

**BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO
BRASILEIRO NA DÉCADA DA MULHER**

É melhor”, pensou, “estar vestida de ignorância e pobreza, que são os obscuros ornamentos do sexo feminino; é melhor deixar a outros o governo e a disciplina do mundo; é melhor estar livre da ambição marcial, do amor ao poder e de todos os desejos varonis, desde que se possam fruir em toda a plenitude de os mais sublimes arrebatamentos do espírito humano que são”, disse em voz alta, como era seu costume quando estava profundamente comovida, “contemplação, solidão, amor”. “Graças a Deus que sou mulher”, gritou (...). (Virginia Woolf, 1978, p. 89).

Introdução

Mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. Precisamente esta combinação – fundamental e marginal a um só tempo – que lhes tem sido tão fatal (Mitchell, 1967, p. 5).

A decisão de descrever a experiência feminista, no quadro do movimento de mulheres em nosso país de hoje, originou-se da constatação de que seria impossível separar o produto do processo de produção e que a mera comparação dos conteúdos expressos da imprensa feminina versus imprensa feminista deixaria de lado o próprio momento político que propiciou seu aparecimento. Além disso, dispondo de um acervo considerável de documentos sobre a questão, pareceu-me que seria importante “socializar” tanto a experiência vivida quanto o arquivo pessoal cuidadosamente acumulado.

Uma das grandes dificuldades com que se depara a nova geração em uma frente de luta específica é o desconhecimento do passado, explicável tanto pela ausência de uma memória registrada e confiável, quanto pela tendência (infelizmente presente entre as feministas) das “veteranas” em ignorar, até mesmo deliberadamente, iniciativas e conquistas que não foram de “seu” grupo. E ao fazermos tábula rasa das experiências do passado estamos sujeitos – às vezes em um pequeno intervalo de tempo – a repetir as mesmas propostas ou, o que é grave, cometer os mesmos erros. Assim, dar início ao estudo sistemático de nossa história feminista corresponde a um trabalho (prazeroso como pode e deve ser a atividade laboral) que considero importante e para o qual me sinto profundamente motivada.

Se a luta da mulher por sua libertação tivesse durado cinco anos nem por isto o tema mereceria ser deixado de lado. Ora,

a verdade é que ela vem crescendo nos últimos cinco anos (1975/80), acumulando-se os fatos e acontecimentos de maneira a tornar cada vez mais difícil desenredar o fio da meada, de se refazer a história utilizando-se da memória contemporânea. Dos pequenos grupos de ontem as massas expressivas do ponto de vista numérico: o aumento da quantidade influencia evidentemente a qualidade do movimento. Está encerrada a fase das “catacumbas” em que o simples ato de assumir a designação “feminista” era, ao mesmo tempo, profundamente corajoso e comprometedor.

Também faz parte de minha decisão a não omissão da verdade vivida, apesar dos previsíveis dissabores que tal opção possa acarretar. Ter medo da verdade, considerar nossos interlocutores incapazes de entendê-la ou apreciá-la devidamente constitui atitude concomitantemente elitista e preconceituosa. Supõe, implicitamente, que aos “mais preparados” incumbe zelar pela difusão e acesso às informações aos “menos preparados”. A questão fundamental, assim, é: a quem interessa camuflar o cotidiano real – por isto mesmo cheio de passagens em que as deficiências, os ressentimentos e a miopia predominaram – a nossa história tal e qual ela foi vivida? Para que – por que – maquiarmos nosso dia-a-dia de maneira a torná-lo mais glamuroso ou menos sofrido do que ele realmente foi?

As páginas que se seguem apresentam, portanto, uma análise baseada em: (a) material acessível a todos, como as coleções dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; (b) documentos e manifestos de acesso mais difícil e que, na medida do possível, apareceram transcritos na íntegra e/ou em anexo; (c) minhas observações pessoais, através da memória e do registro dos acontecimentos por escrito: anotações, cartas, etc. Tratarei, evidentemente, de esclarecer sempre ao leitor a qualidade do material que inspirou/fundamentou tal ou qual observação.

1 – A Atual Conjuntura

Impossível comprar nas bancas de jornais exemplares da imprensa feminista. Mas sua ausência não se explica pela proibição, imposta por forças para-policiais que aterrorizam os proprietários de bancas, tal como sucede com as publicações da imprensa alternativa, a partir de meados de 1980. A verdade é que, sob a pressão mais sutis das distribuidoras que se recusavam a trabalhar com a imprensa feminista e dos militantes que não pagavam os jornais vendidos, a imprensa feminista morreu à míngua, em doses homeopáticas.

No entanto, o movimento de mulheres tem demonstrado uma força política e uma capacidade mobilizadora considerável. Só em 1980 assistimos à reunião de cerca de 4 mil mulheres por ocasião do 2º Congresso da Mulher Paulista, em março; ao lançamento (primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo) do movimento pró-liberalização do aborto; o Primeiro Encontro da mulher da Baixada Fluminense, em junho; à criação do Núcleo de Apoio às Prostitutas, cujas atividades têm sido noticiadas pela grande imprensa; à formação de um movimento em defesa da vítima de; à impressionante manifestação/passeata, realizada em agosto em São Paulo, em apoio às mulheres argentinas (da plaza de Mayo), na qual mais de quinhentas mulheres desfilaram de negro (em um silêncio quebrado pelo ruído das matracas, sempre que a marcha parava por um curto intervalo); a criação da Casa da mulher em Recife e, finalmente, ao movimento de apoio às vítimas da machista, como foi o assassinato frio de mais duas mulheres por seus maridos “ciumentos” em Belo Horizonte.

A questão feminina passou a ser discutida também nas rádios; onde as feministas começam a conquistar horários próprios; na televisão e através de todos os meios de comunicação de massa. Foi-se o tempo do silêncio repressor ou da ironia/desrespeito que

tentava infantilizar a luta das mulheres e/ou reduzi-la a um capricho de burguesas desocupadas e intelectuais descompromissadas. O tratamento dispensado ao tema pela grande imprensa, inclusive, demonstra o intuito do pensamento liberal em recuperar o feminismo, em domesticá-lo e transformá-lo em movimento de “modernização” como se depreende das observações de uma revista “futurista”:

É natural, portanto, que o processo de emancipação feminina tenha sido deflagrado com o espírito equivocado de uma grande vingança contra os homens. Iniciado nos Estados Unidos na década de 60, teve na feia, quase truculenta Betty Friedman seu profeta mais famoso. Como país importador de ideias geralmente mal-absorvidas, o Brasil recebeu o eco das campanhas feministas nos Estados Unidos com distorções semelhantes às registradas nas agrupações políticas esquerdistas. (...)

Os tempos são outros. Para alguns recalcitrantes da esquerda que ainda defendem a vida franciscana de antigamente, o metalúrgico Luis Ignácio da Silva deu uma lição exemplar, recentemente, ao visitar o Congresso Nacional vestindo impecável conjunto de terno e gravata. (...)

Neste sentido, mudaram também as militantes feministas, as mulheres emancipadas que lutam pela igualdade social e sexual. Nos congressos e palestras que promovem mulheres tem-se bem ou com calculado desleixo. Trocaram sapatos de salto alto e outras vestimentas que sacrificavam a comodidade por roupas mais confortáveis e nem por isso menos elegantes. Nos eventos políticos as mais bonitas são mais notadas, como sobressaiam-se antigamente as adolescentes mais vistosas nos bailes de formatura. (*Brasil Século 21*. n. 3, p. 61)

O potencial criador do feminismo evidencia-se também na expansão da produção teórica, artística e cultural cujo eixo temático é a questão da mulher. São pesquisas e estudos que abordam novos aspectos da realidade, colaborando para reescrever a história do Brasil a partir de novas perspectivas mais abrangedoras. A mulher, enquanto objeto de reflexão teórica, tem significado não

somente um fértil campo de pesquisa como a reformulação do instrumental analítico. Além disso, o feminismo propõem-se como ideologia anti-autoritária, aliando-se a outras correntes e grupos discriminados, como aconteceu com o movimento homossexual. E os valores “femininos” são cantados na música popular brasileira por compositores da qualidade de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque.

Poderia, desta maneira, parecer paradoxal que a ampliação do movimento de mulheres – e o da corrente feminista – se processasse concomitantemente à informação de que o *Brasil Mulher*, no seu 16º número, encerrava suas atividades, exatamente dois anos de pois do *Nós Mulheres* (então no seu 89 número). O paradoxo é apenas aparente. De fato, o que desaparece, junto com o *Brasil Mulher*, é um tipo de imprensa feminista (ou para feminista) que a própria evolução do movimento de mulheres tornou obsoleta. A questão que *Nós Mulheres* levantara três anos antes – por ocasião das discussões internas acerca dos rumos do jornal – mostrou-se verdadeira, na prática posterior: o período do feminismo envergonhado já tinha passado. Cumpria produzir uma publicação com outros supostos e objetivos, partindo dos interesses imediatos das “produtoras” e não mais voltada para a defesa exclusiva daquilo que considerávamos os interesses da(s) Outra(s): A Operária.

Aos eternos problemas de comercialização e à indefinição/definição equivocada da “leitora privilegiada” – dramas permanentes da imprensa feminista no período 1975/80 – veio somar-se uma outra ordem de razão também justificadora da dificuldade em se dar continuidade aos nossos jornais. Em outras palavras, a ampliação das “frentes de luta” do movimento de mulheres – que hoje sustenta tanto o movimento por creches – a formação de departamentos femininos nos sindicatos; a ocupação de um espaço político nos partidos em formação, quanto à pesquisa de uma nova linguagem; o estudo da sexualidade feminina e a prática da reflexão em pequenos

grupos – comprovou que a ubiquidade é um dom divino. Ou seja, à medida em que os esforços dos primeiros grupos feministas, fundamentalmente em São Paulo, passaram a espalhar-se por objetivos diversos, tornou-se mais complicado levar adiante a imprensa feminista independente, tal como a concebíamos em meados da década dos setenta.

A emergência do especificamente feminismo – em síntese, poder falar do desejo, da vida doméstica e coisas no estilo, ao invés do exclusivo problema salarial – criou um espaço novo de militância, provocando adesões para as quais a redação de um jornal não constitui a alternativa almejada. Além disso, a maior autonomia do movimento – que não deve ser reduzida ao isolacionismo proposto por algumas tendências, que confundem a necessidade das mulheres encabeçarem suas lutas, evitando que seu movimento se transforme em correias de transmissão de partidos e/ou dóceis instrumentos de certas políticas sindicais, com o enclausuramento das mulheres em pequenas seitas/grupúsculos infantilizados pela presença de algumas “mães” que protegem suas filhinhas dos perigos do “mundo externo” – impede a existência de direções centralizadas que poderiam atrelar a luta das mulheres a um ou outro objetivo exclusivo.

A partir do momento em que os grupos deixaram de ter sua existência orientada e disciplinada por uma tarefa em particular – fazer um jornal, prestar assessoria a tal ou qual grupo de base e, especialmente, no momento que novos grupos apareceram, cansados das brigas internas dos primeiros, o espaço da militância feminista ampliou-se de tal maneira que, hoje, uma reunião realmente representativa do movimento de mulheres no Brasil exigiria o Maracanã como local apropriado. Concomitantemente, as forças políticas que atuavam em praticamente todos os grupos feministas – tornando-os, muitas vezes, palco de disputas encarniçadas concernentes ao caráter mais ou menos socialista da revolução ou disputa doutrinárias do estilo – co-atuaram no sentido de reforçar o

sectarismo grupal que terminava por repelir ou impedir a entrada de novos elementos. Assim, o que termina, junto com o *Brasil Mulher*, é também o período da tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas.

O feminismo de hoje não tem necessidade de líderes, nem de tutelas paternas ou maternas, nem de tribunais de inquisição sobre maior ou menor proletarismo de suas posições. Se todos os grupos que, em 1979, foram responsáveis pela organização do 1º Congresso da Paulista, resolvessem agora fechar suas portas pode-se prever que o impacto sobre o movimento de mulheres seria até positivo. A prática tem demonstrado que é necessário estimular a criação dos grupos de reflexão como momento essencial da tomada de consciência de nossa opressão específica, ao mesmo tempo em que demonstra a eficácia da união (incluindo, então, homens) de todos em torno de objetivos precisos de luta. E a compreensão das questões e impasses com que atualmente defronta o feminismo no país passa também pelo conhecimento de suas raízes e trajetórias que, no fundamental, confundem-se com a história de três grupos ainda atuantes do movimento de mulheres. Por ordem alfabética: Centro de Desenvolvimento da Brasileira (que adotará, no começo de 1980 o nome de Centro da seção São Paulo); Grupo *Nós Mulheres* (e sua cisão de 1978, conhecida como Associação de Mulheres) e o grupo *Brasil-* (com presença em outros estados do país).

2 – 1975: O Ano Internacional da Mulher

Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista

A ONU batizou 1975 com o título de Ano Internacional da Mulher. Este fato propiciou para a oposição brasileira – após

as duras perdas ocasionadas pela repressão aos movimentos de contestação à ditadura militar – um espaço político que foi ocupado principalmente pela corrente política comunista “ortodoxa” (seguidora das orientações do Partido Comunista Soviético), que tinha sido relativamente poupada do terror repressor, justamente por sua oposição à luta armada, não desprezava, como equivocadamente o fez a nova esquerda por um determinado período, as oportunidades legais de trabalho político.

Assim, dado o esfacelamento da nova esquerda (cujo feminismo desenvolvia-se no exílio, principalmente na França) a oportunidade criada pelas comemorações do Ano Internacional da Mulher foi basicamente aproveitada pela tendência ortodoxa. A questão feminina era, na ocasião, praticamente ignorada no país e fora o grupo de reflexão feminista de intelectuais paulistas, só se falava de mulher como tema de tese acadêmica e, assim mesmo, pouco valorizado pela intelectualidade brasileira.

A cúpula que organizou o Encontro tomou todos os cuidados no sentido de evitar quaisquer desvios ao estilo pesado e acadêmico dos trabalhos. Uma vez obtida a anuência da Cúria Metropolitana – faz parte do anedotário da época a impaciência de D. Paulo Evaristo com a insistência da comissão organizadora em enfatizar o aspecto de “diagnóstico” da reunião. Sua Eminência, a uma certa altura, teria comentado: “o diagnóstico está mais do que claro, mas não se pensa nada no sentido da ação”? Tal reação é tão mais irônica quando se recorda que a prudência nas palavras e análises, entre outras razões, era recomendada pela cúpula para “não assustar a Igreja” – processou-se a escolha do local da reunião, evitando-se, a duras penas (por parte de feministas independentes) a inclusão da do governador na lista dos convidados de honra.

Assim, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1975, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista (o próprio tema lembra a influência médica no diagnóstico) tendo como debatedores a Dra. Maria Eugenia Raposo da Silva

Telles, representante da Associação dos Advogados de São Paulo; a Profa. Dra. Marly Cardone (Faculdade de Direito/USP), a Dra. Guiomar Namó de Mello, o Dr. Renato Rúa de Almeida (Frente Nacional do Trabalho), o Dr. Almir Pazzianotto Pinto e outros. Como era – e continua ainda – hábito, o tema (a) foi esquartejada em pedaços denominados “a mulher e o direito”; “a mulher e a educação” e, finalmente “a mulher e a saúde”. Também como era e continua sendo um acordo implícito, o tema mais político escondia-se sob o título “a mulher e a participação na sociedade” que, coincidentemente, teve no vereador Antonio Resk o porta-voz privilegiado:

Expostas as principais Ideias apresentadas no debate ‘A MULHER E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE’ podemos sintetizar nas palavras do vereador Antonio Resk o apelo contido em todos os depoimentos: é preciso que se sensibilize cada vez mais mulheres em nossa cidade, no nosso país, não importa o grau de cultura, para que elas percebam que não poderemos sobreviver senão estando todos unidos, homens e mulheres, os mais e os menos conscientes. Para isto a terá de romper os grilhões que ainda a prendem à superstição, ignorância, herdadas do passado. Precisamos preparar uma nova geração, um novo amanhã, em que a deve surgir como companheira em igualdade de condições, igualdade de sentimentos, igualdade de cultura, igualdade de participação.⁷

Para tanto propomos:

1. traçar, em conjunto com os representantes das sociedades amigos de bairros, sindicatos, entidades de pesquisa, associações em geral e pessoas interessadas, um programa específico para cada entidade, cujo objetivo principal será o de estimular a participar cada vez mais da vida associativa (ex: criação de departamentos femininos nos sindicatos, sociedades, etc.);
2. estimular um relacionamento cada vez maior entre pesquisadores, estudiosos e a comunidade, fazendo com que as associações, sindicatos e entidades em geral possam contar com seu trabalho para a realização de levantamentos e estudos que lhes propiciem um conhecimento mais profundo dos problemas que afetam sua categoria, seu bairro, etc.;
3. constituição de um grupo de estudos constituído por especialistas e interessados no assunto que tenha por objetivo fazer um trabalho de reavaliação e reformulação

dos meios de comunicação dirigidos e referentes à mulheres.

Digamos que a comunicabilidade não é o forte do texto, sem se falar da “constituição de um grupo constituído”... Mas as concepções e métodos de trabalho da “ortodoxia” estão aí perfeitamente exemplificados. Assim, as es (que são as menos conscientes, como se depreende do discurso de Resk) terminam por serem culpabilizadas por sua não participação satisfatória na sociedade. Elas são tratadas como um bando de ignorantes que precisam ser estimuladas e romperem com os “grilhões” e, assim, poderem “surgir como companheiras em igualdade de condição” aos homens. Não existe opressão específica da mulher: trata-se apenas do subdesenvolvimento feminino que pode ser rompido pelo esclarecimento que tornará a mulher apta a... torna-se um homem. O esclarecimento, será obtido através de instrumentos especiais (os departamentos femininos) concebidos como uma forma de tornar acessível às menos preparadas (as mulheres) o universo masculino.

Tratar a questão feminina como o “despreparo feminino” – remetendo as soluções para cursos de capacitação – constitui a essência da concepção ortodoxa, levando com que o trabalho político com as mulheres fosse considerado uma penitência pela maior parte de suas militantes. Promover festinhas pela paz universal; comemorar o dia da criança e reduzir a militância no movimento de mulheres a ocasiões festivas (do dia internacional da mulher ao dia internacional do trabalho) constituem outras características da proposta ortodoxa de conscientização feminina.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira/O Brasil Mulher e o Movimento Feminino pela Anistia

A divulgação dos resultados do Encontro deu-se paralelamente à criação “de uma entidade que sirva de polo para a mulher paulista”,

vale dizer, ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), em novembro de 1975. Os objetivos do CDMB da data de sua fundação aos dias de hoje, continuam os mesmos, como se pode observar pela comparação de documentos de distintas épocas. Apesar da lista de mais de uma centena de associadas, funcionou sempre com um máximo de 30 pessoas, grande parte delas sob a influência política declarada da tendência ortodoxa, sendo que 4 ou 5 mulheres tornaram-se, na prática, as porta-vozes oficiais do Centro. Dado o nível de generalidade de seus objetivos estatutários, as representantes do Centro eram mais “femininas” ou “feministas” segundo as circunstâncias.

I. O centro tem como finalidades principais; o conhecimento e a divulgação da condição da mulher, brasileira em geral e, em particular, da mulher de São Paulo.

II. Contribuir, dentro das diretrizes da Carta-Proposta – resultado, do ‘Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista’ – para que a mulher de São Paulo se conscientize dos seus direitos, ao lado das demais mulheres brasileiras, com vistas à igualdade de condições socioeconômicas e jurídicas entre homens e mulheres.

III. Contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político e cultural do nosso País.

IV. Fazer com que as mulheres brasileiras contribuam cada vez mais na construção da Paz Mundial.

V. Promover o intercâmbio com outras organizações afins.

VI. Promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos e finalidades do Centro.

VII. Promover e desenvolver em sua sede, ou fora dela, atividades culturais, recreativas e esportivas, palestras, cursos, conferências, pesquisas, etc.

Art. 4º – O Centro não fará distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa.

Mas não só o *Centro* resultou do “Encontro para o Diagnóstico”: algumas feministas, que tinham participado do Encontro, desgostosas

com a atuação do grupo dirigente do *Centro* preferiram construir outra alternativa de trabalho. De fato, as próprias notícias que chegavam do Rio de Janeiro, onde o *Centro da Mulher Brasileira* conseguira reunir um número mais expressivo e representativo de mulheres, ajudaram a convencer as “dissidentes” de que era necessário um espaço de atuação mais flexível. As “dissidentes” terminaram por se encontrar com mulheres que lutavam pela instalação de creches na Universidade de São Paulo, dando origem ao grupo “Mulheres em Questão.”

Enquanto isto, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio, promovia uma festa intitulada “Realidade da Mulher”, no Museu de Arte Moderna, em dezembro, comemorando o fim do Ano Internacional da Mulher. Composto e impresso no Paraná, sob a direção de quatro jornalistas, surge o Brasil Mulher

n. 0 – um tablóide de 8 páginas, com uma grande foto em branco e preto na capa : uma mulher negra, grávida, rodopiando com uma menina, ambas pobres, de pés no chão fazendo as seguintes afirmações no editorial:

BRASIL MULHER

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres.

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres, que desejam trabalhar, e serem independentes economicamente de seus maridos, são

obrigadas a levarem uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas como seres que pensam: a prostituição aumenta constantemente a é a única salda para as moças que chegam do interior para a cidade. E finalmente porque o homem já desceu na Lua e, portanto, nada mais lógico que reivindicar uma vida mais justa aqui neste planeta Terra. Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude. Finalmente, *Brasil Mulher* deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente daqueles que com ela se identificarem.

Este é bem o estilo direto, claro e coloquial de Joana Lopes. O jornal fora concebido por uma pequena equipe, tendo Joana Lopes como principal inspiradora, sendo composto por uma capa em que uma foto de mulher ocupa a maior parte do espaço; pelo editorial (na página 2) e seções fixas como o Brasil/Correio, Na Rosa dos Ventos etc. com enorme destaque para a questão da anistia. As páginas centrais do número 0, por exemplo, é constituída por entrevistas – ilustrada por uma foto – de Terezinha Zerbini, em que se narra o recente surgimento do Movimento Feminino pela Anistia. Foi no jornal *Opinião*, na edição de 30 de maio de 1975, que apareceu a primeira notícia de que um grupo de mulheres iniciara “amplo movimento pela anistia aos presos políticos do Brasil”. Já a Igreja se manifestara a respeito quando, por ocasião da Páscoa, o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, incluía entre as orações da Semana Santa um pedido especial: “Anistia generosa para os presos políticos de nossa Terra”. Estas informações são prestadas ao lado do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia (MFA) que todos os grupos de mulheres se encarregaram de obter assinaturas de apoio:

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da

Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

O movimento feminino pela Anistia, além da inquestionável importância da sua bandeira específica, colaborou significativamente para o avanço do movimento de mulheres. Com sede em vários estados, com especial destaque do núcleo de Belo Horizonte, o movimento despertou ou possibilitou um espaço de militância para mulheres que foram, com o tempo, aproximando-se do feminismo. Em São Paulo, a presença muito ativa de Terezinha Zerbini – que nunca disfarçou a pouca importância que concedia a luta feminista – nem sempre facilitou a convivência unitária, como se evidenciou no episódio de sua saída do *Brasil Mulher* e, posteriormente, em 1978, com a retirada do MFA da frente unitária de mulheres em São Paulo, quando a maioria dos grupos optou por incluir a questão do aborto entre suas bandeiras de luta, como veremos adiante.

Estas são, portanto, as circunstâncias históricas em que é dada a partida ao feminismo brasileiro enquanto alternativa de massa. A pluralidade de iniciativas – da Anistia à opressão da mulher *tout court* – demonstra que nosso movimento é também um dos frutos mais expressivos da luta dos setores mais avançados da sociedade pela conquista das liberdades democráticas. A paralisia imposta pela repressão político-militar dificultava a expressão das contradições por intermédio dos canais tradicionais, em uma sociedade democrático-burguesa, como os partidos; o jogo parlamentar; os sindicatos e as manifestações de rua. Assim, ao longo refluxo imposto no período Médici, segue-se o tímido degelo de Geisel e o florescimento de métodos e espaços novos de luta. É chegada a hora e a vez das organizações comunitárias; dos pequenos grupos em que todos se conhecem, do “trabalho de formiga”. Logo, é chegada a hora da mulher, através do MFA, dos Clubes de Mães, das Associações de

MOVIMENTO MEJ 2

28/6/46

Nós, mulheres, quem somos?

Um grupo de feministas
de São Paulo (com
colaboradoras de outros
Estados) acaba de lançar
o primeiro número de
mais um jornal em nome
da mulher brasileira

Uma das provas mais evidentes de que a situação confortável de certas pessoas (os homens) está edificada sobre a posição bastante desconfortável de outras (as mulheres), é que sempre que essas últimas falam em seu favor, os primeiros entendem que elas estejam se levantando contra eles. Não é a toa que, muito contra a sua vontade, todas as vezes que uma feminista vai explicar o conteúdo de sua luta, precisa começar justificando: ninguém aqui é contra os homens, ou tem qualquer intenção de dominá-los. O que se pretende, é por um fim à dominação inversa.

Para não fugir à regra, o editorial do *Nós, Mulheres* contém a mesma explicação "... não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação". Justificativa que ainda terá de se repetir à exaustão, até que os próprios homens (e mesmo muitas mulheres) se convençam de que, combatendo as feministas, estarão simplesmente colaborando para ocultar inimigos mais perigosos — e muito mais atuantes.

Mas além de não ser um jornal contra os homens que seria, sem dúvida, ridículo, *Nós, Mulheres* também está bem longe de ser o resultado de um trabalho feito por menininhas de vida mansa, em reuniões e chazinhos vespertinos. (Outra acusação feita aos movimentos feministas, tentando caracterizá-los como simples expressão da falta de assunto das mulheres de classe média).

Embora redigido — no sentido literal do termo — por universitárias, professoras, etc., ou seja, por mulheres de vida *relativamente* mais fácil do que a maioria, o *Nós, Mulheres* é feito quase integralmente em torno de donas de casa da periferia, operárias, empregadas domésticas, varredoras de rua. Pessoas localizadas no ponto de confluência de dois grandes problemas sociais: o da mulher, e o do trabalhador. Dessa maneira, *Nós, Mulheres* demonstra na prática (e a partir do conteúdo dos depoimentos) a relação intensa e necessária, no modelo social dito ocidental, entre essas duas posições. E confirma a afirmação de Ana (operária) no debate da última página sobre o trabalho feminino: "não pode ser individual, entende. A mulher, sozinha, não pode deixar de aceitar, senão passa fome. Tinha que ser algo mais coletivo". (Maria Rita Kehl)



“Olha, vocês que sabem das coisas precisam chegar aqui e contar (não des)...”

CAROLINA – Agora o problema é fazer com que elas percebam que não vamos ser nós que vamos mostrar nada pra elas, né? Elas dizem: “Vocês sabem das coisas” mas nós também não sabemos nesse nível, entende?”

JANY – Mas de certa forma, o que elas dizem, serve como diretriz pra gente...

INES – Era a primeira vez que elas se viam num jornal, entende? E as reações delas eram valiosas para nós...

JANY – Inclui-se, no número 2, a despeito de eu ter alguns grilos com ele, houve uma preocupação maior com a linguagem. Enfim, tínhamos a preocupação de um jornal mais bonito, mais alegre, mais leve. O primeiro estava um tijolo, né? O comentário delas foi: “esse jornal saiu mais fácil de ler, mais gostoso”. Em termos de linguagem, a gente conseguiu simplificar um pouco mas em detrimento de um aprofundamento maior. Eu, particularmente, acho o nº 2 muito superficial.

Iza – É difícil conciliar, né? **JANY** – É justamente a discussão que tivemos hoje. A gente tende a simplificar mas superficializa; quando a gente aprofunda, a gente complica.

SOLANGE – Mas esse é o problema de toda imprensa nova.

Glória – Eu queria saber a repercussão dessas matérias sobre prostitutas, passas e prostitutas na periferia. Elas se interessam?

SOLANGE – O assunto é tabu, né? Elas se interessam mas é tabu. Até mesmo para mulheres que estão abertas para discutir o jornal mas têm uma moral muito arraigada. Uma disse: “Duvido que isso seja verdade. Não pode ser”. E os homens? Também bastante abertos pra discutir o jornal mas dizem: “Eu detesto esse tipo de mulher”

CAROLINA – O importante nessa matéria foi justamente o enfoque que quisemos dar, mostrando uma mulher que trabalha, que é prostituta...

Cica – Mas as mulheres da periferia também tiveram dificuldade em aceitar, né?

JANY – Não só o problema da prostituição. Sexo, por exemplo. Tentei puxar por essa linha mas elas não se

sentiam muito à vontade pra conversar sobre isso. Comecei a falar de aborto, e a reação foi a mesma. Uma série de assuntos são tabus e a gente vai precisar de tempo...

Eláidia – Onde foi a discussão **JANY** – Num Igreja presbiteriana que é politicamente extremamente aberta para discutir certas coisas mas extremamente fechada para assuntos morais.

SOLANGE – Um outro exemplo. Uma grande porcentagem das prostitutas de São Paulo são ou foram empre-

“O Pasquim é um jornal extremamente crítico em relação ao feminismo e no entanto dá apoio a nossos jornais.” (Solange)

gadas domésticas. Mulheres como nossas capacidade de profissionalização e tal e que acabam fazendo as duas coisas ao mesmo tempo. Agora, a coisa mais difícil – nós conversamos com a Associação de Empregadas Domésticas – a coisa mais difícil é uma empregada aceitar esse fato. Uma questão de defesa porque se sentem ameaçadas se isso ficar estabelecido, se começar a contusão ou paralelo entre a profissão de doméstica e a de prostituta.

CAROLINA – Daí a necessidade de se discutir sempre o problema. De forma a que elas mesmas possam compreender, aceitar de mulher para mulher...

Glória – Vocês já discutiram essa do nº 3 com alguém?

SOLANGE – Um troço importante a respeito dessa matéria. É um conto que recebemos de um homem que mora na periferia, leitor do jornal. Um conto chamado “O Parto” e imaginado a partir da matéria do nº 2. Ele começa sua carta assim: “Sou um leitor daqueles que estão com raiva das mulheres” e termina assim: “Desse jornal que é nosso e do povo...”

Iza – Mas o conto é maravilhoso. Vocês receberam?

SOLANGE – Nada, foi direto como veio. Um texto lindo, simples, elogiado por todo mundo...

INES – Uma mulher chorou quando leu. Uma prostituta...

SOLANGE – A gente recebe muita carta de apoio. Lá de longe lá, de Mato Grosso: “Recebi o jornal das mulheres”, dizem elas. E a gente está sempre tendo surpresas.

INES – Independente das diferenças de classe, o jornal tem leitoras em todas as camadas.

Glória – Você acredita que tem mesmo? Qual a repercussão, por exemplo, entre a mulher da classe média, grande leitora da imprensa feminina, aquela que diz: “Deus me livre, feministas,

essas mulheres horríveis, eu adoro mens”

INES – Não tô falando destas. Estas a gente nem tem contato, falando das bancárias, secretárias, e também tem Capricho, Nova, M. São realmente difíceis de serem tratadas, são ideologicamente perdidas. Mas mesmo aí a gente tem penetração.

JANY – Nosso interesse é aqui trabalhadora, que produz e é explorada. É uma assalariada. Certo que com mulher proprietária, da alta burguesia...

SOLANGE – As vezes o apoio vem onde menos se espera. Por exemplo gratifica muito saber que o PASQUIM um jornal extremamente crítico e relação ao feminismo, um jornal chamado de machista, dá apoio a N Mulheres e Brasil Mulher desde o primeiro número e ainda manda entrevistar a gente. De repente, olham pra gente e dizem: “Pô essas mulheres s: sérias e são feministas”.

Iza – Pois é. O PASQUIM está mandando. Um dia desses, por exemplo entrevistamos uma mulher an feminista, uma mulher-objeto. Ziraló Jaguar e eu. Num determinado momento, que ninguém percebeu, Ziraló e Jaguar criticavam a inércia da mo dizendo. “Mas você aceita ser objeto? Por que não reage? Por que você aceita?” Nem eles tinham percebido a a tude que adotavam. Ai, eu peguei microfone e disse: “Atenção leitores quero comunicar que Ziraló e Jagu estão virando líderes feministas” (riso geral).

Glória – Olha, aqui em São Paulo nos primeiros debates, eu achei tu muito descentralizado. Tinha uns mil grupos, um de cada tipo. Ai, eis a pista no Rio um Centro da Mulher Brasileira, eu disse Brasileira (riso). Essa é a pergunta: Por que lá no Rio f forte o suficiente para criar um Cent e aqui em São Paulo não foi? Por out lado, por que aqui foi suficiente pa organizar dois jornais e no Rio não? Aqui existem dois jornais a um metr um do outro, todos dois com problez de salas, de redação, de distribuição. Por que não se unem?

SOLANGE – O Brasil Mulher com ou em Landrina e depois é que vai pra cá. Agora, nada diz que não exist possibilidade de unificação. No Bra



O time completo de “Nós mulheres” retratado por Cahu: 1 – Carol, 2 – Bia, 3 – Laura, 4 – Solange, 5 – Ya, 6 – Leda, 7 – Marly, 8 – Jane, 9 – Rita, 10 – Ines, 11 – Ines, 12 – Suzana, 13 – Cida, 14 – Cahu.

3 – 1976: Nós Mulheres

Desde que nascemos, *NÓS MULHERES*, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que *NÓS MULHERES* não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher – mãe e esposa. *NÓS MENINAS*, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para *NÓS MULHERES*, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as forças de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter liberdade que para nós é considerada pecaminosa. Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, por que somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos próprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens *NÓS MULHERES* somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora

de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas-de-casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque tem dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos, roupas a seus filhos. A maioria das donas-de-casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas. Queremos mudar esta situação. Achamos que *NÓS MULHERES* devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: “Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós responderemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são trabalhos necessários, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. *NÓS MULHERES* queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação. *NÓS MULHERES* decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação

aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estará ajudando a contribuir este nosso instrumento de conscientização e luta. É claro que neste número não poderia caber tudo o que queríamos mostrar. Pretendemos retomar nos próximos números os assuntos que tratamos neste e outros, falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de *NÓS MULHERES*, enfim. Finalmente, queremos agradecer a gentileza de Ruth Escobar, a quem devemos o financiamento deste primeiro número. E a todas as mulheres que contribuíram com seu depoimento para o nascimento do jornal *NÓS MULHERES*.

O Primeiro Editorial

A reprodução por completo justifica-se pela importância que este editorial tem na história do feminismo brasileiro. Não se trata, simplesmente, de constatar, o tom direto e pouco doutrinário, no que se refere à descrição da opressão da mulher. Retrata com simplicidade o cotidiano da mulher jovem, principalmente a de classe média, que brincou de casinha, ficou com inveja da liberdade do irmão mais velho, revoltou-se com a frase que a mãe lhe dizia, enquanto fazia apertadas tranças que arrancavam lágrimas dos olhos: “quem quer ser bonita padece!”

Não é só o tom evocativo – em que as pessoas concretas estavam ainda visíveis por detrás do discurso – que quebra com a rigidez formal das publicações da oposição. Além disso, este editorial é importante pela afirmação categórica de que somos oprimidas porque somos mulheres. E, mais ainda por denunciar a dupla moral sexual e a repressão sexual, como por ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo em declarar-se feminista.

O editorial apresenta, também, as formulações teóricas e bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres. Assim, notemos que ele toca na questão dos papéis sexuais e da redução, “naturalista”, da mulher as funções (sociais) de mãe e esposa. Enfatiza sua importância para a reprodução da família; seu caráter necessário. Levanta a bandeira da luta “por trabalho igual, salário igual” e pela socialização do trabalho doméstico. Defende, com argumentos que hoje seguramente já não seriam os nossos, a igualdade entre os dois sexos, chegando mesmo a sugerir (esta sugestão, hoje, é colocada simultaneamente com a da socialização do trabalho doméstico, quando não a antecede, isto é, trata-se de dividir o trabalho doméstico desde agora em casa, sem esperar o socialismo) a divisão da responsabilidade doméstica entre o casal.

As influências teórico/ideológicas presentes nestas ideias exprimem melhor do que nada o comprometimento do editorial com a dialética materialista. Assim, incorpora-se o conceito de trabalho necessário, tal como é entendido e “O Capital” (a diferença, estabelecida por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho necessário no capitalismo), levanta-se a bandeira (de maneira bastante análoga à fórmula de Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, da socialização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo que se aponta para a necessidade de profundas transformações sociais e a ligação entre a luta feminista e a “luta de todos, homens e mulheres, por sua emancipação”).

Apesar do editorial corresponder a uma produção coletiva em que todas tiveram algum grau de participação, a influência mais notória é exercida pelas militantes que já haviam passado por uma experiência de exílio/e/ou/estadas no exterior, conhecendo mais profundamente a moderna literatura feminista. Juliet Mitchell, Simone de Beauvoir, Engels, Wally Secombe constituíam leitura obrigatória do “Grupo de Brasileiras no Exterior” uma das matrizes mais

importantes dos atuais grupos feministas. O editorial faz referências, tal como já se encontra no número de lançamento do *Brasil Mulher*, a luta da imprensa democrática neste período. Aliás, uma das passagens que as editoriais mais gostavam e aquela que diz da construção do jornal como “nosso instrumento de conscientização e luta”.

O Processo de Produção

A memória é curta. Tão curta que fica difícil refazer, recriar o espírito, o clima e as intenções de acontecimentos passados há menos de cinco anos. É por isso que a documentação escrita, a memória gravada nas letras, páginas e cores das publicações – é tão rica e insubstituível. Seria difícil contar a história recente do feminismo se não pudéssemos lançar mão do recurso dos nossos textos e das próprias notícias que gerávamos na grande imprensa. Assim, os jornais de São Paulo cobriam sistematicamente nossos encontros, por mais que possamos discordar da abordagem de tais coberturas. Mas, de qualquer maneira, nos damos conta de como o tempo histórico é radicalmente diferente do tempo vivido: afinal, nossas publicações constituíam apenas parcelas de nossas atividades, de nossa militância intensa e eis que, anos depois, só por ela provamos nossa existência.

Quando estávamos em processo de “fechamento”, vale dizer, na fase final de preparação de um número, o ritmo de trabalho se intensificava, podíamos varar a noite em cima das laudas, das ilustrações lendo, correndo, acertando. Mas em “tempos normais” as reuniões realizavam-se nos sábados pelas manhãs (mais tarde transferidas para os domingos à noite). A primeira sede do *Nós Mulheres* situava-se na rua Capote Valente, em Pinheiros, no porão da casa em que a revista *Versus* era editada. Tínhamos três ambientes contíguos que, pouco a pouco, dado o crescente sucesso de *Versus*, fomos perdendo. Mas, apesar de algumas queixas, a convivência com o *Versus* foi sempre cordial.

Esta cordialidade, diga-se de passagem, era regra na imprensa alternativa, mesmo porque muitos jornalistas escreviam para praticamente todos os “nânicos”. Os jornais feministas, ademais, não estavam sob censura prévia, podendo, assim, utilizar o farto material sempre censurado no *Movimento*, por exemplo. O *Nós Mulheres* podia, pois, funcionar sem praticamente nenhum arquivo e com um material muito rudimentar, apesar de que até a diagramação ficava por nossa conta sem se falar do acompanhamento do jornal na gráfica e de sua entrega muitas vezes às próprias bancas. De fato, como nunca conseguimos senão esquemas de distribuição de pequena monta (30% de nossa edição total, em regra) a maior parcela das vendas era realizada diretamente, em São Paulo, através de sucursais do jornal *Movimento* (até a cisão interna que originou o *Em Tempo*) e através de grupos feministas em Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro.

Assim, o sistema era artesanal em todas suas fases. E aos trabalhos acumulados em ser repórter, editora, datilógrafa e copy-desk, adicionava-se o de vendedoras. Durante um largo tempo, inclusive, éramos obrigadas a vender uma cota mínima que, não raras vezes, acabava sendo paga por uma de nós. Apesar dos custos dos jornais se reduzirem aos gastos com papel e impressão, pois fazíamos todo o trabalho gratuitamente, assim como não existia nenhum tipo de retribuição financeira para nossos solidários colaboradores, enfim, apesar dos custos baixos o jornal vivia endividado, com as vendas raramente cobrindo metade dos gastos... Ruth Escobar, no primeiro número. Elis Regina em outro, e inúmeros anônimos em quase todos, colaboravam decisivamente para que o jornal fosse o órgão mais independente do jornalismo brasileiro.

Nenhuma figura concentrava qualquer tipo de ascendência notável. O grupo não tinha, sabidamente, nenhum tutor político que impusesse diretrizes e, nas horas difíceis, proporcionasse um auxílio mais forte. Era a concordância com nossas ideias e/ou simpatia por nossas posições que levava a colaboração estreita. E nosso estilo era direto. Em uma dada reunião alguém levantava a hipótese de se ir

pedir X coisa para Y pessoa. Discutíamos quem deveria compor a comissão e o resto era uma questão de cara e coragem. Assim, entramos em contato com o cartunista Henfil, que, prontamente, passou a fazer propaganda do *Nós Mulheres* e compôs uma tira da Graúna especialmente para nós.

Ao mesmo tempo, dentro de uma oposição que ficara ainda mais rígida e desconfiada com os anos do terror político, o grupo *Nós Mulheres* era considerado independente demais para o manual de “bom tom político” imperante. Éramos, na prática, as primeiras e únicas a trabalhar com a mais absoluta autonomia dentro (ou fora) de quaisquer disciplinas ou hierarquias. O grupo não tinha nenhuma espécie de direção pois o poder de decisão estava exclusivamente nas mãos das produtoras.

As matérias não eram assinadas e o mesmo texto poderia ser feito *n* vezes. Chegamos a modificar uma capa na gráfica, através de um processo de consulta e eleição de todas as responsáveis.

O conselho editorial, que terminou funcionando como órgão de definição da linha editorial, era composto exclusivamente pelas pessoas que tinham participado com grande empenho da produção do número. Senão, o nome aparecia sob a rubrica “colaboração”.

Deste período anárquico/artesanal, desta experiência única, pois o funcionamento do *Brasil Mulber*, em suas diversas fases sempre esteve mais próximo das normas vigentes na imprensa alternativa de modo geral, o *Nós Mulheres* fez o seguinte balanço, em junho de 1979:

O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal *NÓS MULHERES*, optou por uma organização do trabalho que comportasse uma democracia interna, a mais ampla possível partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo, portanto, lutou persistentemente contra estratificações no seu interior, buscando uma rotatividade de funções.

Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto do nosso trabalho nos pertencia. Este tipo de organização criou muitas dificuldades. A produtividade era, em certo sentido, baixa e equivalia a um grande esforço. Às vezes, existia um acúmulo de trabalho, outras vezes, excesso de pessoas para uma mesma tarefa. E finalmente, resultava que algumas de nós acabavam sobrecarregadas. A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamentos – produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários, éramos idealistas ao pensar que nosso simples querer era suficiente para alcançar a mudança. Éramos idealistas, mas o que propúnhamos tem fundamento: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as “mais experientes”, “mais preparadas” das “menos experientes e preparadas”. Neste momento, o desafio se mantém: como nos organizarmos, com uma divisão de trabalho justa e igualitária, sem uma prática, impositiva e autoritária, coerente com nossa concepção de feminismo.

As Produtoras

Consultando o expediente do *Nós Mulheres* e o *Livro de Ouro* do grupo, onde estão registradas a grande maioria das reuniões internas, observa-se uma estabilidade relativamente alta entre os militantes do jornal. De fato, o primeiro número agradece uma lista de trinta nomes dos quais dezoito consolidam-se como conselho editorial no número dois. A partir do segundo número passamos a distinguir as produtoras diretas das colaboradoras (que enviam uma matéria ou foto ou, ainda, davam uma ajuda nos fechamentos do jornal). Das dezoito, quatorze caminham juntas até o número 6, de agosto/setembro de 77, sendo que dois nomes não aparecem em alguns números por razões ligadas à ameaças que vinham sofrendo por parte de órgãos para-policiais.

O número sete do *Nós Mulheres* já é resultado de intensas discussões e balanços cujo saldo, entretanto, indica a saída de quatro pessoas e a passagem de outras para a colaboração menos intensa. De qualquer maneira, existe também uma tendência ao retorno com pessoas reaparecendo em números posteriores. É preciso notar que este é o período em que começa se articular a *Associação de Mulheres*, que passaria a ser o centro privilegiado de atuação de algumas das mulheres antes figurando no conselho editorial do jornal, seu órgão dirigente. As discussões internas a respeito dos caminhos do grupo e o processo que culminou com a saída de metade das militantes do *Nós Mulheres*, que passaram a atuar sob o nome de *Associação de Mulheres*, são aspectos do maior interesse mas que exigiriam um capítulo especial, sob pena de empobrecermos seu sentido político-ideológico.

Para traçarmos um perfil da produtora, tomamos seu corpo editorial mais estável e constituído pelas 10 mulheres que compõem o conselho editorial do número 7. A idade média gira em torno dos 26 anos, sendo que a caçula entrou no *Nós Mulheres* com 17 anos. Naquele momento, quatro das mulheres eram solteiras, duas morando fora do lar paterno; duas estavam separadas dos maridos, vivendo sós com os filhos; uma vivia uma relação estável sem coabitação e, finalmente, três encontravam-se casadas com o mesmo marido, duas eram realmente monogâmicas e uma terceira vivia a experiência do casamento aberto. Das dez, nenhuma tinha um emprego estável, coisa que se modificou bastante posteriormente, muito em função da nossa própria autoconscientização. A esmagadora maioria era constituída por estudantes (de psicologia, de comunicações, de história) e sociólogas (metade das mulheres já eram sociólogas diplomadas) e uma jornalista profissional. Em termos socioeconômicos tínhamos as filhas de famílias ricas; as casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.

A caracterização/individualização das produtoras é importante para a explicação do porquê de dois jornais feministas, quando

unificação teria possibilitado uma concentração mais racional de esforços.

Na realidade, após a comemoração do 8 de março de 1976, o grupo *Nós Mulheres*, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o *Brasil Mulher*. Pois do momento em que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia. Sem se dizer que *Brasil Mulher* deslocara-se totalmente de Londrina para São Paulo, o que facilitaria a unificação.

A oposição ao projeto foi feita pela própria Joana Lopes, que muito sinceramente expôs suas dúvidas sobre a conveniência de um “casamento” de dois grupos tão díspares. As responsáveis pelo *Brasil Mulher*, argumentou Joana Lopes, eram amigas que tinham atravessado juntas períodos muito duros; mulheres mais maduras, de experiências muito distintas da maioria do *Nós Mulheres*. Elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de 4 ou 5 pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo *Nós Mulheres*.

A posição de Joana Lopes foi perfeitamente entendida não ficando nenhum rancor ou ressentimento após este episódio. Na verdade, enquanto a equipe que dirigiu o *Brasil Mulher* permaneceu a mesma de origem, as relações entre os dois grupos foram excelentes com trocas de amabilidade, reforçadas por uma convivência propiciada pela proximidade geográfica das duas redações.

As maiores dificuldades de convivência passaram a se dar na segunda fase do *Brasil Mulher*, em que Joana Lopes perde a direção e se retira, com o antigo núcleo, do jornal que ajudara a criar, como trataremos posteriormente.

4 – 1977: NOVOS PROBLEMAS

8 DE MARÇO EM SÃO PAULO

Será realizado na Penha, às 14 horas, rua Santo Afonso, no Salão do Santuário da Penha, um encontro organizado pela coordenação da promoção humana da região Leste-2. Serão feitos depoimentos de mulheres de diferentes profissões, além da apresentação dos grupos femininos de São Paulo. Haverá uma reunião organizada pelos seguintes grupos: Jornal *Brasil Mulher*, Centro de Desenvolvimento da Mulher (São Paulo), Clubes de Mães da Zona Sul e Leste, Movimento Feminino pela Anistia e Jornal *Nós Mulheres*. Serão também apresentados depoimentos de mulheres trabalhadoras, dos grupos femininos, havendo, após, abertura para debates com a plateia.

Este convite aparece na edição de março-abril de 1977, no *Nós Mulheres* n. 4, exemplificando a unidade de ação existente entre os chamados “grupos de base”(associações de caráter apolítico, reunindo mulheres em torno de sua condição de mãe e/ou de dona-de-casa, sob explícita influência da Igreja) e os grupos “femininos”, assim intitulados para se diferenciarem das “feministas”, consideradas radicais e partidárias “da luta contra o homem”. Desta maneira, a presença comum nos atos comemorativos não conseguia impedir um certo medo em se comprometer com os objetivos feministas por parte dos grupos ditos “femininos”, sempre preocupados em dar demonstrações de idoneidade política às demais forças que compunham a oposição democrática nesse período. Frente a todas ordens de dificuldades, as feministas souberam comportar-se com maturidade mas não conseguiram impedir, por outro lado, que muitos dos preconceitos antifeministas contaminassem nossos próprios grupos e práticas.

Na verdade, uma das maiores barreiras que os grupos feministas encontraram para desenvolver novas alternativas de participação política residiu exatamente na dificuldade das feministas em se assumirem com o sujeito da opressão, ao invés de só falarem

em nome das operárias e trabalhadoras de modo geral. Enfim, cheias de preconceitos contra os “grupos de reflexão” – que nos pareciam uma espécie de réplica do difamado chá das cinco das ricas ociosas – demoramos muito para reconhecer a nossa reflexão feita na prática. As longas conversas após o expediente regular, quando falávamos de nossa vida pessoal, de nossas frustrações e medos, não passavam de formas espontaneas de reflexão. Mas por usarmos as “outras” como álibi, isto é, falarmos do aborto *delas*; dos anticoncepcionais *delas* (as operarias, as mulheres de periferia, etc.) terminávamos por esquecer que vivíamos os mesmos problemas e que poderíamos ser personagens de matéria sobre os nossos abortos, anticoncepcionais, etc. Não eram só as outras que tinham problemas sexuais, que aturavam maridos prepotentes e relações deserotizadas, que dependiam financeiramente dos pais e maridos, etc.

E um dia, após tanta resistência em fazermos uma matéria sobre aborto – pois havia a pressão da Igreja, o risco de romper uma aliança importante num período de recém começada abertura – e argumentos no gênero, a explosão sucedeu. Alguém argumentou que já não aguentava mais ficar ouvindo que nossas reivindicações não eram importantes e, então, ficar imaginando que as mulheres pobres (as católicas, inclusive) não fazem abortos. Vamos enfrentar o fato de que a maioria entre nós já fez ao menos um aborto, transformando a questão em algo realmente significativo. E, assim, fizemos também um aprendizado (anônimo) de como as questões reais terminam se impondo na prática e da importância em saber enfrentá-las.

Em outras palavras, não sendo capazes de nos enxergarmos como representantes de uma certa camada social, logo, também como um público a ser satisfeito/trabalhado ideologicamente, sempre fizemos uma imprensa para “elas” e não para “nós”, apesar do nome do jornal. Ora, na base desta oposição agente/sujeito, esta o didatismo preconceituoso que caracteriza a imprensa que os “mais” (experientes; civilizados, etc.) fazem para os menos (experientes; civilizados, etc.). Aí está o ponto em comum da imprensa dos

oprimidos: crianças, mulheres, etc.: cria-se uma linguagem/forma de expressão que os produtores consideram satisfazer ao desejo do “outro”, ou, então, estar “à sua altura”, vale dizer, no seu nível de compreensão.

A atuação das feministas, durante um ponderável período de tempo poderia se resumir em: a) ter a operária como bandeira e leitora principal (“porque é a mais explorada de todas as mulheres por ser duplamente oprimida, etc. e tal”) mas, na prática, trabalhar com mulheres donas-de-casa (da periferia); b) passar horas discutindo o jornal com analfabetas e nunca ter realizado um trabalho na universidade; c) falar o tempo todo dos problemas econômicos da mulher de suas duras condições de vida – mesmo sabendo que a leitora estava justamente querendo falar de sua vida sexo-afetiva; enfim, cometia-se o típico equívoco doutrinário.

Com dificuldade cada vez maior em fixar objetivamente sua leitora, *Nós Mulheres* (e o *Brasil Mulher* com muito mais intensidade) transformou-se em um jornal no limbo. Em outras palavras, nenhuma bandeira específica era levantada, pois as reivindicações que fazíamos ou apareciam na forma de denúncia (falta creche pois nunca se discutiu “que tipo de creche”) ou diziam respeito a condições gerais de vida (terra a quem trabalha; combate à alta do custo de vida, etc.) ou, então, eram completamente doutrinárias (“socialização do trabalho doméstico”). Nenhuma luta específica – assistência médica/aborto/ contra a sexual/pelo descobrimento do assassino da menina Ana Lídia – era proposta mas, em compensação, introduzimos a questão da “autonomia do movimento de mulheres” exatamente como estava sendo discutida na França e Itália.

Falando de Nós

Em 1977, a equipe do *Nós Mulheres* publicou, após a mornice editorial dos últimos números, dois editoriais importantes do ponto de vista da definição do campo de atuação do feminismo. Estes editoriais, conjuntamente com a qualidade das matérias de depoimentos com operárias, etc., tornam o 5º e 6º número do jornal no melhor produto do feminismo-economicista. Preocupando-se exclusivamente com as condições mais materiais de vida (casa/comida/salário) deixávamos de lado a esfera do lazer/prazer, reduzindo nossa leitora/interlocutora em um “homo economicus”. Mas, ao mesmo tempo defendíamos, com argumentos mais convincentes ainda porque extraídos na vida real, a) a tendência feminista e b) o feminismo como luta radical/transformadora da sociedade. E, pela primeira vez, falávamos de nós, explicávamos para as centenas de pessoas que colaboravam com o jornal quem éramos, qual nossa ligação com o jornal:

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de ideias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate, em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo, que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de *NÓS MULHERES*. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro, fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher estava destinado ao fracasso, segundo alguns, ao ridículo, segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode parecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de *NÓS MULHERES* formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas, aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar. (*NÓS MULHERES*, editorial do n. 5 maio/junho de 77).

As maiores dificuldades provavelmente não tinham sido ainda superadas mas a verdade é que aprenderamos a caminhar. Em outras palavras, o feminismo se tornara a nossa maneira de fazer política, de intervir nos rumos do destino social. Cada vez era maior disposição de nos organizarmos em torno de nossa opressão específica: o que permanecia confuso era *como* fazê-lo corretamente. Nesta medida, as discussões que envolvem as militantes do *Nós Mulheres*, de meados de 1977 até a cisão no final do ano seguinte, concernem: *a)* o destino/linha editorial do jornal; *b)* às nossas relações com os outros grupos feminino/feministas existentes e *c)* nosso trabalho de “ampliação” junto a outras mulheres.

Os três temas encontram abundante referência nas páginas do *Livro de Ouro*, que se tornou espécie de diário de bordo/registro de atas das reuniões do grupo. Em relação ao jornal, as reuniões de crítica de cada número, incluindo relato da apreciação que nossas leitoras da periferia faziam sobre as matérias – terminavam por questionar a linha editorial ou, então, a definição do “público privilegiado”. Esta discussão, diga-se de passagem, era geral nos jornais da imprensa alternativa pois compartilhávamos todos do mesmo desejo de servir aos mais explorados. O difícil era decidir como tornar esta defesa a mais eficaz possível. Radicalizando as exigências e a linguagem?

Através do doutrinário do tipo “depois da conquista do poder pelas forças revolucionárias”?

Além do registro sumário das intervenções nas reuniões, no estilo “Ta/Inês: proposta de estrutura interna” (reunião de 20/11/77), existia o hábito de se fazer propostas por escrito. Assim, cinco militantes, refletindo a diversidade de pontos de vistas internos ao *Nós Mulheres*, produziram laudas e laudas de crítica ao jornal; propostas de organização; crítica e auto crítica ao autoritarismo, etc. Datado de 21 de outubro de 1977, um trecho de um longo balanço dos seis primeiros números do *Nós Mulheres*, citava os “grandes temas ausentes”:

- I. O grande, debate do feminismo (de suas questões mais candentes) está ausente no NM (*Nós Mulheres*);
- II. O jornal não reflete nem mesmo nossas discussões pessoais sobre o feminismo, sobre a condição da mulher, etc. Para um grupo significativo do jornal todo este período foi muito rico no sentido da assimilação pessoal da questão feminina: nada disso transparece no jornal. Tem razão o Henfil que esperava encontrar um grupo de chatas...
- III. A luta ideológica [pois da política já se falou] é tratada com muita pobreza e simplismo. Nunca abordamos a questão do aborto; nossa visão do divórcio (como em outras questões, aliás) ficou no “tirar a média”. Nunca discutimos um filme, por exemplo, quando o “Por um destino insólito” mereceu tantas discussões entre nós mesmas. Cadê as análises sobre aquilo que todas as leitoras gostam: as telenovelas? Isto é, nunca partimos das condições concretas devida das mulheres trabalhadoras (que envolvem tanto as relações de trabalho quanto as familiares, expectativas frustradas, sexualidade, afetividade, etc. e os diversos mecanismos do “sonho”, entendido como evasão do real.

O documento, ademais, distinguia o “público privilegiado” do “tema privilegiado”, argumentando que “podemos fazer um jornal voltado para a defesa dos interesses das trabalhadoras mas nem por isso, numericamente, serão elas nossas leitoras principais”. Neste sentido, preconizava a mudança da linha editorial, tendo em vista a leitora potencialmente feminista: “Ademais, encontraremos apoios a esta

tinha editorial entre outras camadas e classes: nos mesmas somos exemplo disso (há alguma operária?). Assim, trata-se de poder atender às aspirações de leitura de setores importantes na luta feminista, tal como as estudantes, intelectuais, assalariadas das camadas médias e da pequena burguesia, etc.”

A Associação de Mulheres/A Coordenação

Mas não só no jornal centrávamos nossas preocupações. Há muito tempo que o grupo vinha cogitando em organizar melhor seu trabalho de “ampliação”, de forma a poder dar uma alternativa de militância a mulheres que, isoladamente, chegavam ao *Nós Mulheres*, ao mesmo tempo que obteríamos reforço para o trabalho de “base”, vale dizer, as nossas idas mais ou menos sistemáticas aos clubes de mães da periferia, onde discutíamos com as mulheres matérias do jornal. Mantínhamos também contatos esporádicos com trabalhadoras metalúrgicas e bancárias, além de outras mulheres que vendiam pequenas quantidades do jornal. As reportagens, sempre feitas *in loco*, incluíam sempre o estabelecimento de relações mais próximas com as entrevistadas e explicação dos objetivos das feministas.

Para efeitos legais o jornal aparecia como órgão da “Associação de Mulheres”, entidade sem fins lucrativos. Isto é, legalmente estávamos constituídas de maneira a poder nos dedicarmos a outras atividades não-lucrativas. Assim, decidimos aproveitar o nome “Associação” para expandir o processo de incorporação de mulheres à luta feminista. A discussão em torno dos princípios e objetivos da Associação terminaram por camuflar, no período final do primeiro grupo *Nós Mulheres*, violentas disputas pelo poder grupal. Mas, antes disso, testemunham a dificuldade dos primeiros passos de um movimento que surgia realmente autônomo, fruto do trabalho das feministas.

Concomitantemente, discutia-se a questão da unidade das feministas e “femininas” em síntese, das diversas correntes e tendências que compõem o movimento de mulheres em cada momento histórico. Esta questão, na época, foi levantada através de um questionário, respondido por escrito, por algumas militantes e discutido em conjunto, composto das seguintes perguntas: “a) como concretizar o jornal como tribuna democrática de mulheres; b) como estabelecer este contato e com que grupos”. Neste momento, a expressão “frente democrática de mulheres” é utilizada como sinônimo de movimento de mulheres e a questão que estava subjacente era a do papel do *Nós Mulheres*, órgão feminista, dentro do movimento de mulheres ainda incipiente no país.

(...) Por ser um jornal não profissional e defender a bandeira do feminismo ele cabe, dada a própria fragilidade, do movimento feminista em nosso país, numa frente de mulheres, indiscutivelmente. No entanto, a questão de fundo é saber exatamente o que é esta frente (ou melhor, o que poderá ser). Por enquanto, a nível nacional, temos 2 jornais que se dizem feministas (NM e BM) agrupando um número reduzido de mulheres; alguns ‘grupos de reflexão’ (no estilo do existente em São Paulo); o Centro de Desenvolvimento da Mulher (SP) de pouco fôlego até o momento; os Centros em outros Estados (Rio, Bahia, Minas); o Movimento Feminino pela Anistia (com um jornal e um objetivo bem específico: a anistia). Além desses grupos de natureza diversa existem outros, mais antigos, com os quais não temos contato, no estilo da Sociedade para o Progresso da Mulher etc. citados por uma carta de uma velha senhora. Finalmente, como grupos de mulheres (mais femininos, na maioria) temos os Clubes de Mães; as Associações de Donas de Casa, etc. (ademais, temos os organismos femininos do MDB com os quais não me parece difícil chegar a um programa mínimo). Fundamentalmente seriam estes os grupos e agrupamentos que poderiam unir-se em torno de alguns objetivos comuns. A questão subsequente é, pois, quais seriam estes objetivos que, uma vez definidos, dariam o próprio peso político dessa frente e o seu alcance. Os objetivos democráticos - que definem o nome da frente - teriam de ser explicitados, isto é, a bandeira de lutas

pelas liberdades democráticas tem de materializar-se em propostas que traduzam, concomitantemente, a nossa especificidade: frente de mulheres.

Este é o teor do ponto de vista de uma militante do *Nós Mulheres*: enfatiza a necessidade da definição de um programa mínimo em torno do qual se uniriam as forças representativas do movimento de mulher, dando origem a frente democrática de mulheres. A enumeração destas forças representativas demonstra bem que em São Paulo, excluindo-se o *Brasil Mulber*, não existia outro grupo feminista. A mesma situação aparece também descrita em outra contribuição ao debate interno do *Nós Mulheres*, demonstrando a pobreza do panorama político em matéria de alianças em torno dos objetivos feministas:

O primeiro ponto a ressaltar é que o nosso contato com grupos de mulheres não pode se dar no ar, a partir da mera concordância tácita com os princípios explicitados através do jornal. Não é possível uma solidariedade ideológica que não se vincule a uma luta política concreta. Por isso, acredito que o nosso propósito deva ser o de lutar pela constituição de um forte agrupamento de mulheres dos setores democráticos, capaz de levar adiante a luta contra a opressão da mulher e a luta pelas causas populares em geral.

Este trabalho é lento e longo. Acredito que a proposta a curto prazo deva ser a de levar um esboço de documento para discussão nos grupos de mulheres já organizados (prioritariamente nos sindicatos onde exista participação ativa das mulheres, nos clubes de mães, associações de donas-de-casa, etc. É claro que o documento deve ser também discutido com o BM, com as mulheres do MDB. (Com o Centro e com a Zerbiní tenho dúvidas).

Na proposta, a ser encaminhada deveriam ser incluídos os seguintes itens: 1) análise, da conjuntura política atual; 2) importância da organização de mulheres frente a essa conjuntura; 3) questões políticas fundamentais em torno das quais as mulheres devem se organizar. O primeiro passo, portanto, seria redigir a proposta e levá-la para discussão nos diferentes grupos; o segundo passo seria a redação final do documento, feita por uma comissão

mista dos grupos. Da redação final deveria constar um programa mínimo de trabalho comum, incluindo reivindicações para lutas específicas. Posteriormente, formar-se-ia uma Coordenadoria Geral com participantes dos diferentes grupos (os grupos não perderiam o seu caráter individual, embora o documento conjunto também passasse a nortear os seus trabalhos específicos). A função da Coordenadoria, em princípio, deveria ser a de analisar os trabalhos específicos desenvolvidos pelos grupos (para que se pudesse garantir o mínimo de unidade) e de propor e encaminhar as questões mais gerais.

A ideia de um organismo que unificasse os esforços dos diversos grupos atuando no movimento de mulheres – a Coordenação, como ficou posteriormente conhecida – já era, portanto, defendida pelo *Nós Mulheres* em fins de 1977, assim como a aprovação de um programa mínimo de lutas que permitisse expandir a unidade para âmbitos maiores do que as assinaturas em documentos de protesto, como muitas vezes acontecia. Mas o maior problema que enfrentávamos dizia respeito às nossas dificuldades em estabelecer relações mais sinceras com outros grupos, evitando ao mesmo tempo ter de tomar uma posição definida diante da dinâmica tomada pelas lutas internas no movimento das mulheres. Assim, nunca chegamos a propor uma discussão com o coletivo de trabalho do MFA, cometendo o equívoco de aceitar uma única interlocutora. Problema análogo enfrentamos por ocasião da tomada do *Brasil Mulher* por uma frente de tendências políticas semi organizadas, processo que culminou com o afastamento de Joana Lopes do jornal que ajudara a criar. As participantes do *Nós Mulheres* assistiram caladas à reprodução dos mais autoritários métodos de atuação política, com o emprego de maiorias eventuais cuja única razão de ser era garantir maior expressão numérica para uma dada corrente política, além do processo de suspeição e expurgo das “minorias”.

A evolução do *Brasil Mulher*, neste sentido, exemplifica bem os métodos de ocupação de espaço políticos abertos anteriormente, na base da entrada em massa de militantes cuja filiação era mantida

em segredo não somente devido aos riscos relacionados à repressão política vigente como, principalmente, para não revelar os verdadeiros propósitos de sua presença: conquistar o poder dentro do jornal, garantindo a defesa do programa político de sua preferência. O jornal vinha enfrentando problemas análogos aos do *Nós Mulheres*, relativamente à comercialização, definição de público, etc., além de contar com uma menor base de apoio, o que tornava cada vez mais difícil sua produção regular. Por estas razões, não causou espanto a notícia de que após seis meses sem aparecer – o último número saíra em dezembro de 76 – o *Brasil Mulher* número sete apresentasse ponderável modificação em seu expediente. Do pequeno grupo inicial restava Joana Lopes, que não mais aparecia como editora e sim como uma das vinte e um figurantes da equipe de redação. Tudo indicava que outras feministas tinham decidido incorporar-se ao projeto de Joana Lopes e que o *Brasil Mulher* ultrapassaria sua crise de crescimento. Mas a posição tomada pelo editorial que selaria a nova unidade não deixou dúvidas quanto a concepção de feminismo que passaria a dominar:

A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais na sociedade. Por isso nos unimos a manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas.

Rezava o primeiro parágrafo. E, no parágrafo final, vemos de novo a mulher reduzida a uma problemática de segunda ordem; sua emancipação sendo defendida de maneira utilitarista: vamos conscientizar a mulher para que em troca ela lute pelo socialismo.

A partir deste número, o *Brasil Mulher* enveredou pela linha da defesa dos “interesses populares” e “pelas liberdades democráticas”, tratando as questões de maneira tão genérica quanto o *Movimento* ou *Em Tempo*. Consolidou-se no espaço da “revista para mulheres que tendo menor consciência que os homens não conseguem entender os alternativos “masculinos”. Em outras palavras tornou-se uma

espécie de braço auxiliar da política “masculina”. Este foi o período em que os representantes da UNE e outros organismos estudantis utilizavam-se do movimento de mulheres para tentar impor uma orientação. Na verdade, os universitários, naquele momento, não desenvolviam nenhum trabalho específico com mulheres, nem incluíam esta questão em seus programas ou objetivos de luta. Mas, para captar apoio para suas iniciativas, ao mesmo tempo em que esperavam exercer o controle político do movimento das mulheres, enviavam estudantes do sexo feminino para virem conversar e votar em todos os acontecimentos organizados pelos grupos de mulheres.

Arvorando-se em porta-vozes dos interesses de milhões de trabalhadores e, em seu nome, os “iluminados” defendiam a democracia por métodos pouco democráticos. Ao comparecerem em nossas reuniões mais amplas, supostamente representando as “mulheres” estudantes, as participantes do movimento estudantil – bem como outras que faziam a mesma “representação” em nome dos professores, dos trabalhadores da Sabesp ou qualquer outra sigla no gênero – estavam ensinando para as mulheres menos experientes politicamente métodos e formas de comportamento típicos da ética capitalista: os “mais vivos”; o “dar o golpe”; “levar a assembléia”; fazer um conchavo”.

O processo que culminou com a saída de Joana Lopes e a primeira equipe do *Brasil Mulher* do jornal que haviam criado tem muito a haver com o dito anteriormente. De fato, sem entrar no mérito da própria entrada no *Brasil Mulher* daquelas que assumiriam a direção depois do expurgo de Joana Lopes, permanece a crítica à condução da assembleia que culminou com sua demissão. Pior ainda foi o desrespeito ao leitor que, completamente desinformado e à margem do que realmente sucedia nos bastidores do *Brasil Mulher*, foi informado da grave crise através desta pequena e lacônica nota, publicada acima do expediente do jornal:

Em assembleia geral do dia 21.07.77 da Sociedade Brasil Mulher desligou-se da mesma um grupo de pessoas que

participou da elaboração deste nº8 e que por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente (*Brasil Mulher* n. 8, agosto de 77).

5 – 1978: A Politização do Movimento de Mulheres

Convite

os grupos femininos de, São Paulo convidam para o ato de comemoração do dia internacional da mulher, 8 de março de 1978, às 20 horas, na câmara municipal, de São Paulo
Viaduto Jacareí – Centro

A comissão

A julgar pelo texto do convite e o local, o ato não teria passado de mais uma comemoração típica da oposição: reúnem-se pessoas conhecidas, para as quais outras pessoas conhecidas refazem o discurso de sempre: as Mães dos Presos políticos clamando pelos filhos; o MFA pela anistia, o Movimento do Custo de Vida dando o seu recado. Só que o ato na câmara correspondia apenas a um momento das comemorações do dia da mulher. No sábado anterior, nas dependências da Universidade Católica (no Tuquinha e salas adjacentes) os grupos feministas e femininos de São Paulo haviam organizado um encontro de mulheres, na base de subgrupos que discutiam um tema específico (mulher e trabalho); (mulher e família) (mulher e participação política), etc. As conclusões a que chegavam eram resumidas e votadas pelo conjunto, na Assembléia Geral, melhor dizendo, votada pelas representantes oficiais (aonde incluíam-se representantes da UNE, ADUSP, etc.) do movimento de mulheres.

O encontro correspondeu a um esforço muito grande do *Nós Mulheres*, interessadas que estávamos em estabelecer um programa mínimo e uma Coordenadoria para os grupos de mulheres em São Paulo. Este programa, podemos já adiantar, foi discutido praticamente o ano inteiro pelas mulheres dos vários grupos e pessoas interessadas pois, como se sabe, 1978 foi o ano de eleições para a Câmara e o Senado.

O *Nós Mulheres* n. 7, comemorando o 8 de março de 1978, traz na capa uma livre interpretação de Conceição Cahu do quadro de Delacroix “A Liberdade Guiando o Povo”. Uma única “chamada de capa” anuncia o teor do número: As Mulheres em Busca da Liberdade e, na ilustração, a bandeira conduzida pela Liberdade tem estampado o signo feminino. Editado em 8 páginas, o jornal dedica suas páginas centrais a uma seção intitulada *Organizações de Mulheres*, e uma página inteira à notícias/entrevistas acerca do Dia da Mulher. O título da matéria foi retirado da letra de *Cio da Terra*, de Chico Buarque e Milton Nascimento e diz:

(...) e fecundar o chão

Da primeira greve das operárias, em 1857, às manifestações de hoje, o Dia da Mulher reflete o avanço em nosso nível de organização.

Oito de março de 1857: a polícia reprime violentamente as operárias têxteis de Nova York numa das primeiras greves de mulheres do mundo.

Em 1910, a socialista alemã Clara Zetkin propõe que a data passe a ser comemorada em todo o mundo como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil, a partir de 1976, grupos de mulheres se unem para comemorar publicamente o Dia da Mulher.

Em 8 de março de 1976, cinco grupos promoveram uma amostra de fotos e filmes sobre a mulher no Museu de Arte de São Paulo, expondo suas primeiras experiências como grupos organizados para um público de 400 pessoas.

O 8 de março de 1977 foi comemorado à tarde no Santuário da Penha por mais de 500 mulheres dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa da Zona Leste de São Paulo. À noite, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, mulheres de diversos setores – bancárias, operárias, empregadas domésticas

– deram o seu depoimento sobre as discriminações que sofreram no trabalho. Os grupos que organizaram o encontro apresentaram documentos lembrando o Dia Internacional da Mulher, mostrando os avanços e dificuldades da organização de mulheres. Este ano, por volta de dez grupos organizados de São Paulo, programaram dois dias de atividades. No sábado, de março, na PUC – Pontifícia Universidade Católica –, um dia inteiro de debates sobre a situação da mulher na família, no trabalho (dentro e fora de casa) e na sociedade, com a intenção de elaborar um programa comum de luta, contendo os pontos que unificam o maior número de mulheres, organizadas ou não. Dia oito, à noite, esses grupos estarão na Câmara Municipal de São Paulo comemorando junto a outras entidades e a população em geral O DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. Será lido o programa comum de luta tirado no dia quatro e diversas entidades e setores profissionais presentes serão convidadas a se manifestar sobre o tema do dia.

A lista das entidades responsáveis pela realização esclarece a falta de homogeneidade existente entre elas – ajuda a comprovar a dificuldade em caminhar unitariamente sem, ao mesmo tempo, perder de vista seus interesses particulares. A Associação dos Docentes da USP (ADUSP); Associação de Mulheres; *Brasil-Mulher*; Centro Brasileiro de Estudos sobre a saúde (CEBES); Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Clube de Mães da Zona Sul; Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino do MDB; Movimento Feminino pela Anistia e *Nós Mulheres* apareciam assinando convocatórias conjuntas para a comemoração. As feministas tinham dispendido grandes esforços para unir a todos, pois algumas querelas separavam alguns destes grupos entre si, e o programa comum elaborado (tal como foi publicado em encarte no *Brasil Mulher* n. 11), apesar de não conter quaisquer alusões a pontos conflitivos, como a legalização do aborto, por exemplo, continha a maior parte das reivindicações propostas pelas feministas.

Ao mesmo tempo, a ideia da criação de grupos para a discussão dos temas do dia quatro de março abriu o caminho no sentido de

fixar uma dinâmica nova de trabalho político: grupos mistos (das feministas às donas-de-casa da periferia, passando por bancárias, estudantes, etc.) funcionando à base do depoimento pessoal e do estreito contato entre os participantes e criando laços de solidariedade muito rapidamente. Finalmente, diversificando o temário para a inclusão da problemática da família, as feministas começaram a deslocar a ênfase dada à questão do trabalho (o que explica, em grande medida, o economicismo/obreirismo então ideologicamente predominante) levando a questão da opressão, da mulher à sua esfera mais específica: a privada (familiar).

As páginas centrais do *Nós Mulheres* n. 7 foram utilizadas pela seção *Organizações de Mulheres*, cuja ilustração foi uma foto de sorridentes e combativas feministas manifestando-se na França, em 1910. A matéria é interessante por várias razões, a começar pela manifestantes: havíamos decidido combater as mulheres chorosas e infelizes, sempre aparecendo como vencidas, que costumeiramente ilustram precisas sobre data. A partir de matérias sobre feminismo e informações de mulheres atuantes no Brasil, perfis fornecidos pelos próprios grupos, os leitores de *Nós Mulheres* travam conhecimento com os grupos que estão:

ABRINDO CAMINHO

Feministas ou femininos, estes grupos se definem claramente pela necessidade de lutar pela democracia e pela emancipação da mulher.

Assim, desfilam a *Associação das Donas de Casa* – “Além de aprender trabalhos manuais, as donas de casa fazem pesquisas sobre as necessidades mais prementes do bairro e vão coletar assinaturas pedindo por creches, postos de saúde, etc.” –; o *Centro da Mulher Brasileira* (RJ), que neste momento absorve o obreirismo paulista ao declarar enfaticamente “cada vez mais nos distanciamos do aspecto sexista da luta da mulher, para privilegiar a problemática da mulher trabalhadora” –; *Pró Mulher* (surgindo em fins de 1977 e pouco ativo até então); *Associação de Mulheres e Jornal Nós Mulheres* (a partir do

começo do ano de 1978 passamos a utilizar a dupla qualificação, para começar a torna reconhecida a Associação); *Clubes de Mães* – “*Unidas para um mundo mais justo*” é um dos lemas desses grupos organizados nos bairros de periferia de São Paulo. Geralmente vinculados à paróquia, eles existem há muito tempo, inicialmente patrocinados por mulheres que vinham de bairros fora da periferia, dedicando-se a obras assistenciais. Embora ainda haja clubes que mantenham essa forma de trabalho, grande parte deles (por volta de 100) seguem uma nova orientação, surgida no início da década de 1970, e que levantou a necessidade de participação ativa da mulher, onde ela se valorizasse como tal e atuasse na resolução dos problemas do bairro e da sociedade em geral. Nas reuniões semanais, as mulheres se encontram para conversar, aprender trabalhos manuais e discutir problemas relacionados à sua vida como mulher, à comunidade e ao país. O que as une é um forte sentimento de solidariedade, como diz uma mãe da zona sul: “os clubes de mães ajudam a mulher a ser gente. Achamos que é preciso repartir tudo: há uma enorme ajuda mútua. Temos inclusive uma caixinha comum para os momentos de maior dificuldade desta ou daquela pessoa da família”. A maior parte das mulheres que participam dos clubes de mães são empregadas domésticas e algumas donas de casa, que não trabalham por não ter onde deixar os filhos. Como donas de casa e moradoras dos bairros de periferia, elas sentem muito de perto o problema do custo de vida: a sacola volta cada vez mais vazia da feira. Foi de uma conversa dessas mulheres que surgiu a primeira ideia do Movimento do Custo de Vida, que vem crescendo dia a dia e que luta pela elevação dos salários acima do nível do custo de vida e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Ao lado da ação na comunidade e na sociedade, os clubes de mães pretendem dar à mulher maior abertura e informação, através de cursos, e possibilitar a ela a aprendizagem de uma profissão.”

O artigo citava ainda a existência da *Nova Mulher Editora*, constituída por pessoas demitidas do *Brasil Mulher* (a editora não

chegou a se concretizar, apesar de ter conseguido organizar, através da correspondência mantida entre Joana Lopes e “centenas de mulheres que escrevem e que até agora estão desconhecidas”, um respeitável fichário de mulheres interessadas na questão feminina. A Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, organizada em 1977 como proteção aos estudantes presos em manifestações, figurava na relação dos grupos femininos se bem que seus objetivos fossem “a) defesa das juntas reivindicações de nossos filhos; b) volta ao Estado de Direito, única forma legítima de defesa dos Direitos Humanos; c) trabalho para o bem comum da comunidade a que pertencemos”. A Sociedade Brasil Mulher (nome legal do grupo Brasil Mulher); o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Feminino do MDB completavam a lista dos grupos conhecidos em São Paulo. Deste último agrupamento, na verdade, pode-se dizer que correspondia mais a uma sigla do que a um trabalho real. Neste momento, a impressão que o “movimento feminino” do partido de oposição dava era de um espaço para as mulheres dos políticos emedebistas, sem nenhuma expressão própria. Os únicos períodos de atividades, evidentemente, relacionavam-se aos períodos eleitorais e este era o caso de 1978, como se sabe.

As Feministas e o Movimento Operário

Iº CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

Foi exaustivo o dia, mas de grande alegria.
Mulheres unidas se encontrando num diálogo primeiro,
mãos calosas, e verdade, esta é a nossa realidade. Muita
atenção e emoção a todas envolvia. Foi com espanto
e interesse que ouvimos, não eram sós..
Momento de união, abaixo a exploração.
Juntas viam surgir, entre as asperezas de nosso tempo,
o brilho da confraternização pelos mesmos ideais.
As partículas e os átomos locomovem-se em grande
movimentação, num contínuo movimento universal;
mesmo com as explosões, o Sol oferece-nos vitaminas
em suas partículas solares. O calor estafante, suor nos

rostos, de mulheres falantes num diálogo primeiro, demonstrando maturidade, capacidade, dizendo duras verdades, reivindicando!

As denúncias foram muitas, de coisas absurdas, todas sofrendo caladas, mudas, numa era de tecnologia avançada, os séculos idos ficando no passado, e ela fala de reivindicações sentidas pela dura lida do nosso cotidiano. Não há creches! Condições de segurança e higiene! Queremos redução da jornada de trabalho! Não aceitamos o horário noturno! E as reivindicações se estendem ao longo das nossas necessidades. Nestes últimos dez anos, a mulher foi quem mais sofreu mudanças em toda a sociedade. Hoje começa um amadurecimento de verdade. Se opondo contra pressões de empresas que usam dos mais diversos subterfúgios para impedir sua participação, disseram elas, não! Participamos da sociedade, queremos igualdade, somos contra toda discriminação. Não queremos igualdade dos machos, mulheres endurecidas pelas máquinas, pela vida mas mulheres que, em sua total intuição sensibilidade e amor, lutam pelo bem comum, com trabalho dedicado, e quando num mundo conturbado se fizer necessário, derrame lágrimas sobre este chão e que neste gesto, ainda que de resto, diga tudo.

(*Nós Mulheres*, n. 7, março de 78)

Em janeiro de 1978 realizou-se o 1º Congresso da Mulher metalúrgica de São Bernardo e Diadema, sob a inspiração e tutela da então diretoria do Sindicato. As feministas organizadas, apesar das ligações que mantinham com operárias e a própria importância de nossa imprensa para a divulgação das lutas sindicais, sofreram todo o tipo de restrição para poderem se aproximar do local e da preparação. De qualquer maneira, conseguiram estar presentes na condição de jornalistas, como se depreende do n. 11 do *Brasil Mulher* e do n. 7 do *Nós Mulheres* (ambos de março 78), acompanhando de perto a evolução do Congresso.

No ponto de vista dos patrões, o Congresso era um péssimo antecedente o que explica as pressões exercidas sobre as mulheres mais ativas, culminando com dispensas intimidatórias. Esta pressão pesou decisivamente para a redução do número de participantes: das 800 inscritas restaram cerca de 300 para participarem efetivamente do

Congresso. O Sindicato, por sua vez, tinha todo o empenho em obter sucesso nesta iniciativa pioneira e, na medida do possível, tentou dirigir a reunião para seus objetivos próprios. Assim, surpreendidos pela própria dinâmica dos grupos de trabalho (foram utilizados os pequenos grupos de discussão que, colocando as mulheres frente a frente, serviu para a “auto reflexão”), a diretoria se viu às voltas com a verdadeira opinião das metalúrgicas que, levando a sério o Congresso, formularam suas reivindicações.

A sessão de encerramento, formalizada como não seria de esperar numa entidade sindical, comprovou a misoginia e cegueira da então diretoria do Sindicato: cassou a palavra de Terezinha Zerbini¹; formulou acusações falsas às feministas e, o que é mais grave, recusou a principal reivindicação das mulheres: um espaço próprio para sua militância sindical, ou seja, o departamento feminino. Para variar, a recusa foi formulada em nome do risco de rompimento da unidade dos trabalhadores.

O Congresso das Metalúrgicas constitui o primeiro de uma série e, pouco a pouco, as categorias profissionais com forte presença feminina passariam a se organizar em torno da discussão da questão feminina. A reação das diretorias sindicais também era parecida: tentar conter o movimento das operárias nos limites do maior economicismo possível, tentando ganhar sua adesão para o sindicato (como força auxiliar) mas nunca para sua luta específica de mulher. As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima. O fato das metalúrgicas,

¹ T. Zerbini, tinha pedido a palavra para ler uma mensagem do movimento Feminino pela Anistia, o que lhe foi negado pela direção da mesa. Da platéia, na assembleia final, pede a palavra aos gritos. Termina por obtê-la e, então lida a mensagem, passa a criticar a diretoria sindical como manipuladora e cupulista. Ora, apesar das manobras internas as metalúrgicas identificavam-se com seu congresso e sentiram-se também atingidas com o teor das acusações permanecendo solidárias à direção da mesa.

assim como as químicas, depois as bancárias, etc. reivindicarem o departamento feminino, tão temido pelas lideranças sindicais, não demonstraria maior sensibilidade das feministas no tocante a problemática real da trabalhadora?

De qualquer maneira, a organização da operária – a partir do seu despertar enquanto explorada/oprimida – deu força renovada ao movimento de mulheres. Na verdade, são operárias algumas das feministas mais radicais e brilhantes da nova geração de militantes, tal como iríamos testemunhar no 1º Congresso da Mulher Paulista, comprovando a importância da experiência operária/trabalhadora (a comunhão de destinos com milhares de outros trabalhadores) para a conscientização do absurdo da condição feminina. As mulheres que trabalham fora de casa são as primeiras a sentirem na carne as consequências do “naturalismo” que atribui as funções domésticas ao sexo feminino. Submetida ao ritmo do capital – que absorve suas energias e vitalidades – e as imposições da família/marido, a trabalhadora sabe, melhor do que ninguém, de que se *Deus fez primeiro o homem, a mulher veio depois. É por isto que a mulher trabalha pelos dois* (Livre interpretação da letra de Edu Lobo).

Diversificando os objetivos

O acúmulo de tarefas que a expansão do movimento de mulheres tornou o ano de 1978 em uma verdadeira maratona de atividades. Convidadas para discutir o jornal com clubes de mães de diversos bairros periféricos de São Paulo, assim como a dar palestras ou participar de debates sobre a questão feminina em inúmeras faculdades, escolas, etc., tínhamos todo o interesse em continuar mantendo um contato permanente com as operárias, bancárias, participantes da associação das donas de casa que já constituíam um público fiel de imprensa feminista.

A diversificação do movimento de mulheres influenciava a vida interna do *Nós Mulheres*, exigindo um esforço de militância que se acentuou ainda mais nas proximidades das eleições de novembro de 78. Aí, passamos a receber solicitações de diversas correntes políticas, todas interessadas em ganhar nossa adesão para sua causa ou candidato. As atas das reuniões neste período registram a agitação política e a discussão interna sobre os rumos da Associação de Mulheres e do jornal.

Ainda no primeiro semestre de 1978, a proposta formal da Associação ficou pronta e seu conteúdo revela a profunda convergência existente no grupo acerca da ligação entre luta pela democracia e luta pela emancipação da mulher, assim como a convicção de que as mulheres deveriam conduzir suas próprias lutas. Na primeira parte da *Carta-proposta*, sob o título “o que é a Associação?”, eram dadas as seguintes explicações:

O grupo de mulheres que há dois anos consecutivos vem se reunindo para realizar o jornal *Nós Mulheres*, tinha, desde o início, o objetivo de fazer um jornal e de ativar a Associação das Mulheres, na qual uma série de atividades diversificadas poderiam ser concretizadas. No entanto, por uma série de motivos, dentre os quais a falta de clareza do que deveria ser esta Associação, nos levou a canalizar todas as nossas energias para a feitura do jornal. Pelo próprio tipo de trabalho que desenvolve, um jornal não consegue aglomerar um número ilimitado de pessoas. Por isso, muitas mulheres que se aproximaram de nosso grupo por se identificarem com ele através do jornal, não puderam ser absorvidas. Na verdade, muitas dessas mulheres demonstraram o interesse de realizar outros tipos de trabalho que não a feitura do jornal e acabaram se afastando. Este foi um dos motivos que nos levou a repensar a questão da necessidade e concretizar a Associação.

O outro motivo apresentado, e justificado a partir das considerações expressas no editorial do n. 6, concerne à necessidade de se avançar na organização do movimento de mulheres. A proposta da Associação deixava claro que não se propunha a ser

o *núcleo aglutinador* das mulheres e sim um dos grupos, disposto a se unir a outros, na luta da mulher. A *Carta Proposta* fazia referência aos objetivos da Associação – trabalho de base junto a trabalhadoras; trabalho de assessoria; pesquisas sobre a condição da mulher, etc. – que, na verdade, correspondiam aos objetivos genéricos de todos os grupos de mulher. Naquele momento, eram oferecidas quatro possibilidades de trabalho: a) *grupo de trabalho de base (assessorias, projetos de creches, etc.)*; b) *grupo de pesquisa*; c) *grupo de cinema*; d) *grupo de publicações (Nós Mulheres e boletins)*. Mas, na verdade, continuavam existindo apenas dois tipos de trabalho; o de base e o do jornal *Nós Mulheres*, envolvendo ambos a quase totalidade das participantes do *Nós Mulheres*: poucas pessoas definiram-se por trabalhar exclusivamente no jornal ou na Associação.

A longa discussão sobre a Associação e o jornal, subjacente à produção da *Carta Proposta*, havia revelado as divergências internas, explicitando a presença de um pequeno núcleo de mulheres de dupla militância e colocando a questão das decisões que extravasavam o âmbito do próprio grupo. O problema não estava no compromisso político com um partido ou organização de caráter partidário, mesmo porque sempre se defendeu no *Nós Mulheres* a liberdade (e a necessidade) de participação na vida partidária. O problema residia no fato de que, militando juntas em duas entidades de caráter distinto, criaram entre si uma solidariedade cujas raízes estavam além do grupo. Hoje, a relativa liberdade de organização permite que as mulheres se apresentem como sendo da “convergência socialista” ou “do PMDB”, como se nota pela assinatura das “convocatórias” de atos unitários. Mas a presença de um só grupo dentro de um espaço em que não existia dupla militância e seu sectarismo político ocasionaram problemas acerca das “forças ocultas” que regiam tal ou qual decisão.

E, para complicar ainda mais a convivência, alguns casos de amor criaram profundas mágoas entre nossas militantes, assim como o estilo pessoal de muitas (mais agressivo e autoritário) também

causava um mal estar generalizado. Incapazes de *nomear* o problema e enfrentá-lo com todas suas consequências, optamos pela hipocrisia nas relações e o grupo se dividiu, na prática, em dois. Para a adesão a qualquer um deles muitas razões poderiam ser evocadas mas a *verdade*, em toda sua complexidade, terminou soterrada por questiúnculas e falsos pretextos. Ao grupo que permaneceu no *Nós Mulheres* uma justiça seja feita: lutou mais para colocar o pessoal nas discussões, encontrando férrea oposição do pequeno núcleo das “políticas” (assim denominadas por manifestarem sempre receios pelos possíveis desmandos que as outras, não submetidas a uma disciplina partidária, poderiam provocar) que, depois das eleições de novembro, estavam firmemente dispostas a romper com o *Nós Mulheres*.

As Eleições

As mulheres organizadas na sua luta denunciam:

A dupla opressão e exploração a que estão submetidas enquanto membros da classe menos favorecida e enquanto membros do sexo feminino e, reivindicam: Direitos iguais para homens e mulheres.

A dupla jornada de trabalho (o trabalho fora do lar e mais as tarefas domésticas) e, reivindicam: Creches; escolas maternais, parques infantis e escolas em período integral com refeições.

A desigualdade no salário e, reivindicam: salário igual para trabalho igual.

Iguais oportunidades de trabalho para homens e mulheres.

Garantia de aprendizado profissional para a mulher.
Garantia de oportunidade e estabilidade de emprego para a mulher que se casa, para a gestante e a lactante.

A falta de assistência médica gratuita e, reivindicam: Assistência no período pré-natal e durante o parto. Fim

do programa de prevenção a gravidez de alto risco, que distribuí massivamente, pílulas anticoncepcionais sem assistência médica.

Por ocasião do 8 de março, fora aprovado o documento *Por Liberdades Democráticas* (publicado na íntegra como encarte especial do *Brasil Mulher* n. 12) e a ideia de uma coordenação dos grupos passou a orientar o trabalho unitário. A Coordenação, como já fizemos referências, foi recebida com muita suspeita por todos os grupos, que aprovaram o “espírito” da proposta mas ficaram esperando para ver o que iria suceder para, então, realmente passar a integrá-la, tornando-a uma realidade concreta. Até então nossas propostas permaneciam no papel, servindo mais como referências doutrinárias do que como bandeiras de luta.

Com as eleições de novembro de 78 o panorama político modificou-se visivelmente. Aumentou o interesse dos candidatos em discutir com as feministas e, pouco a pouco, consolidou-se a seguinte proposição: as feministas, reunidas com todas as mulheres dispostas a participar das eleições a partir de sua condição de sexo oprimido, elaborariam um programa para a mulher a partir do qual discutiríamos com os candidatos. Depois, cada uma faria, individualmente, a campanha de quem escolhesse pois o *Nós Mulheres* não tinha candidatos e sim um programa de lutas a propor.

As atas das reuniões, realizadas na sede do *Nós Mulheres*, demonstram a grande participação de cerca de trinta mulheres que terminaram por participar da aprovação de uma “Carta dos Direitos da Mulher”. Este documento retomava pontos que já tinham sido aprovados pelos grupos, na comemoração do 8 de março anterior, o que garantia a sua aceitação geral, salvo num ponto delicado, que tinha sido introduzido: a legalização do aborto.

O aborto, naquele momento, era o divisor de águas entre as mulheres e Terezinha Zerbini deixara claro que retiraria a assinatura do MFA caso esta questão figurasse no documento. Sua colocação pareceu-nos inteiramente razoável, mesmo porque não tínhamos

dúvidas quanto a oposição cerrada da Igreja a este respeito. Mas nossa argumentação era simples: as feministas têm de propor a questão e ir ganhando adeptos para esta luta. Ninguém pode ignorar a importância do aborto em um país onde as estimativas ultrapassam a cifra de 3 milhões anuais de mulheres atingidas pela necessidade de realizá-lo, em condições médicas e psicológicas péssimas, dada a própria clandestinidade do ato. As militantes do *Nós Mulheres* fizeram certa pressão para que o aborto figurasse, diferentemente do que tinha sucedido até então. E conseguiram a adesão do *Centro*. Como argumento foi utilizado até o fato de que no atrasado Portugal esta já era bandeira de luta de todas as correntes de esquerda, tal como nos foi revelado por um documento do movimento democrático de mulheres. É por esta razão que, na *Carta dos Direitos da Mulher* a fórmula é idêntica a do documento português:

abolição da legislação repressiva com relação ao aborto,
que deve ser encarado como último recurso face a uma
gravidez não desejada.

Nenhum candidato aceitou defender abertamente esta questão, mas vários prometeram o máximo de apoio quando ela aparecesse sustentada por outras forças. De qualquer maneira, foi um passo importante propor a liberalização do aborto em nosso programa de luta e tê-la discutido com os candidatos².

² Não é difícil imaginar as razões de tanta resistência à questão do aborto, quando se leva em conta, por exemplo que a Igreja distribuiu as seguintes recomendações para seus fiéis, por ocasião do pleito de 78, como testemunhei na região episcopal Oeste (que abrange os municípios de Osasco, Carapicuíba e outros): “Alguns critérios positivos para a escolha de candidatos;
– aqueles que defendem e promovem a justiça e o verdadeiro bem da população, principalmente dos mais necessitados;
– aqueles que se preocupam com os bairros da periferia, lutando para que seus moradores tenham melhores condições de vida;
– aqueles que se empenham por melhores salários e mais equitativa distribuição da renda;

6. 1979 – Movimento de Mulheres: em busca de uma identidade

MULHER! ABRA OS OLHOS

(...) As mulheres que participaram do Congresso, em sua maioria, tinham já alguma experiência anterior em organizações femininas, como bem o demonstrou, a grande afluência de associadas de Clubes de Mães. Questões como as relacionadas com o custo de vida e condições de vida e trabalho constituíam, pois, assuntos mais conhecidos. For isto, a maior soltura e os depoimentos mais “do fundo do coração” foram despertados pelo tema da sexualidade e por aquilo que elas chamavam de “realização afetiva”.

– A mulher sofre muito com os problemas do sexo. Eu me casei com 14 anos de idade, meu pai pôs nos documentos que eu tinha 3 anos a mais. Estou vivendo com meu marido faz trinta anos. Às vezes me revolto e pergunto porque casei. Quando as filhas nasceram eu dormia com elas, depois da trabalhadeira do dia todo. Ele nunca me ajudou, dormia num outro quarto. Aí, quando

– aqueles que promovem e defendem a justa e digna moradia do povo assalariado;
– aqueles que não se deixam levar pela corrupção, mas defendem a verdade e a justiça.

Mais algumas considerações:

Será que todos os candidatos que se dizem católicos e buscam a reeleição, foram fiéis, no exercício de seu mandato àquilo que para nós é sagrado e inviolável?

Por exemplo: quem foi fiel por ocasião da votação do divórcio. Quem votou a favor? Quem votou contra? Quem fugiu da responsabilidade da votação, não comparecendo?

Certamente virão outras propostas contra a ‘ordem divina’ do direito que todos têm à vida, principalmente, os pequeninos que estão por nascer e não tem condições de se defender das mãos assassinas: o chamado ABORTO... ‘Com os olhos fixo no Evangelho, devem os pastores da Igreja animar os que procuram criar melhores condições de vida para o povo. Devem também denunciar os que, na comunidade humana, agem contra os planos de Deus’. (CNBB, Igreja e Política, p. 45).

as meninas estavam quietas, e que ele vinha me procurar: ele se realizava e pronto. Eu, nunca. Sei que sempre sufoquei esta parte, o sexo. Mas foi por minhas filhas que aguentei tudo. Eu vivo para elas – contava uma senhora cercada pelo silêncio compreensivo e solidário de seu grupo.

Então, apareceu a opressão sexual; a dupla moral que tudo permite ao homem, desobrigando-o na prática da monogamia compulsória, e pune a mulher na base do estigma da mãe solteira; do sadismo de médicos de Hospital da Clínicas (entre outros) que praticam curetagem a frio, sempre que desconfiam ter sido provocado o aborto da paciente, internada com hemorragia. A existência do machismo espelhada na violência física que sofrem muitas mulheres e na própria existência de categoria profissional conhecida como prostituição – ou seja, em mulheres que vendem o próprio corpo encontrando quem conheça satisfação sexual em um ato praticado em tais condições. O machismo que impõe o peso da contracepção à mulher, que a utiliza como objeto sexual, como artigo de cama e mesa.

E se as mulheres apontavam as condições de existência – incluindo a moradia, sem um quarto exclusivo para o casal como uma das causas de frigidez da mulher, assim como o excesso de trabalho a (canseira em que o homem e a mulher chegam do trabalho) e outras razões mais relacionadas com a condição econômica. Não esqueceram também de mencionar o machismo: (“O homem se realiza e não se importa com o prazer da mulher”); o medo à gravidez; a educação preconceituosa que receberam; o moralismo e (por que não?) a falta de carinho e de amor com que são tratadas.

Inúmeras foram, então, as propostas apresentadas: elas refletiram a necessidade da revolução cultural, complemento inseparável da transformação econômica. Declarando que a brasileira não tem nenhuma garantia

quando fica grávida, dada a carência alimentar, a ausência de atendimento e acompanhamento médico, muitas no Congresso declaravam que a brasileira não tem direito de escolher e que frente a uma gravidez indesejada o aborto clandestino, realizado pelas curiosas, no caso das mulheres sem recursos (ou seja, a esmagadora maioria das brasileiras) ou então em clínicas que cobram uma exorbitância, alimentando a ganância dos abutres que desrespeitam a profissão médica, aparece como única alternativa. “Não se trata de ser a favor ou contra o aborto – afirmava uma das oradoras mais aplaudidas – e sim de legalizar o que hoje é praticado com 3 milhões de mulheres. E para que todas as mulheres possam realizá-los dentro das melhores condições médicas, exigimos que o aborto seja também gratuito”.

A capacidade em criar este clima de entusiasmo, solidariedade e confiança, de também tocar nas emoções das participantes (nos grupos em que isto sucedeu levou à exigência espontânea de que “não podemos agora dizer adeus, umas para as outras esperar pelo próximo Congresso: precisamos continuar juntas”.

Neste sentido, foram apresentadas propostas em favor da formação do Movimento de Mulheres de São Paulo, na base da definição de um programa comum de lutas, a sair do Congresso, e da unificação dos diversos grupos, associações e Instituições femininas e feministas em uma coordenadoria.

É provável, portanto, que 1979 transforme-se num ano memorável no calendário das lutas feministas. E que o 8 de Março deste ano seja comemorado com o avanço do movimento de mulheres, refletido ao nível de um programa e de uma organização unitários. Esta é a esperança deixada pelo 1º Congresso da Mulher Paulista (*EM TEMPO*, março, 79).³

³ Artigo de minha autoria, publicado no jornal. *Em tempo*, março 79.

A Nova Realidade

Do ponto de vista político *strictu sensu*, o 1º Congresso da Mulher Paulista constitui um marco fundamental na história do feminismo. De fato, organizado pelas mulheres, independentemente das forças políticas atuantes hoje no país, o Congresso evidenciou uma presença popular surpreendente para todos que, subestimando o feminismo, esperavam apenas os discursos e manifestações de um pequeno setor social. Assim, este é o momento em que o movimento de mulheres em São Paulo (com evidentes repercussões nacionais) adquire uma nova qualidade frente à “classe política”, em geral, e à esquerda em particular. A passagem dos pequenos grupos das catacumbas para as arenas públicas; a ocupação de novos espaços de atuação e um respeito novo dos seus aliados dentro da oposição: eis algumas das aquisições evidentes ligadas ao acontecimento.

Para as feministas, as razões de maior alegria relacionam-se a uma constatação muito simples: as mulheres colocaram-se como sujeitos da ação/reflexão, desvendando rapidamente o “enigma” de sua opressão. E, ao fazê-lo, deslocaram o eixo temático da discussão para o campo de ação especificamente feminino: a família/o privado.

Politizar as relações pessoais, travando combate com o autoritarismo aonde ele estiver, até mesmo nas nossas fantasias mais profundas; nas perversões mais escondidas e caladas. Tudo considerar; tudo examinar; tudo falar/deixar fluir. A busca de uma identidade – outra que a dona-de-casa-com-marido-e-filhos – pressupõe uma pesquisa sumamente enriquecedora e o estudo minucioso de nosso cotidiano, tão e tantas vezes dissecado, catalogado e qualificado que a versão acadêmico-doutrinária acabou por se impor à empírica.

A grande novidade trazida pelo 1º Congresso da Mulher Paulista, retornando ao nosso tema, foi justamente a reafirmação – por outras vozes de mulher – do discurso das metalúrgicas, proferido no ano imediatamente anterior. As mulheres, ao comparecerem nas

salas do Teatro Ruth Escobar, apesar de terem sido levadas (ou chegarem) através dos clubes de mães, sindicatos e outras entidades similares, falavam por si mesmas, a partir do momento que os pequenos grupos de reflexão romperam com praticamente todo o controle extramuros. Longe dos olhos do patrão, do marido, do contra mestre, do professor, do tutor político, etc., as mulheres desabavam, deixando aflorar com fluidez o até então silenciado.

E o aspecto mais dinâmico – aquilo que garantiu a permanência, por dois longos dias, de mais de 500 mulheres, em condições de pouco conforto – do 1º Congresso da Mulher Paulista foi exatamente o da descoberta da identidade – vale dizer, da compreensão da sua experiência como testemunho de uma situação mais geral. É a descoberta do feminino, tal como entendido por Mindlin (1975, p. 58).

Num mundo patriarcal e produtivo, há sempre repressão de experiências emocionais, de sexualidade, de sentimentos. A cultura espera da mulher um comportamento tradicional; e não deixa que ela viva como mulher num sentido verdadeiro. Adulta, movendo-se entre valores masculinos, duvida de si como mulher, pois não viveu como mulher. Mas também é comum sentir, trabalhando, que “brinca” de ser homem, que aquilo não corresponde à sua natureza profunda, que se trata de um jogo (e um jogo necessário, já que ter um papel na sociedade é um desejo natural), que é personagem de uma farsa. Mulheres-Diadorim, embaçando a feminilidade, sem poder mostra-se aos homens-cangaceiros a não ser como companheiras. Ou, para afirmar o lado feminino, eliminam preconceitos e fronteiras, arrancam a mulher de uma casca de homem e a exibem. Em nenhum dos casos conseguem ser ainda mulheres inteiras. E esse é só um dos exemplos do que as mulheres sentem como forma de opressão e em geral concordam que são oprimidas.

Foi uma experiência totalmente pioneira – tanto para as organizadoras do Congresso quanto para suas convidadas – a discussão travada pela base: centenas de mulheres podendo, simultaneamente nos vinte e muitos grupos formados, falar de si;

descobrir-se enquanto identidade político-social. Na realidade, havia uma certa seriedade no ar, pois as presentes no Teatro Ruth Escobar sentiam que presenciavam um ato marcante.

A grande participação que caracterizou o 1º Congresso veio, assim, a reafirmar o fenômeno observado no Congresso das Metalúrgicas, no ano anterior. Em ambos os casos, por detrás da simpatia/estímulo certas direções sindicais: políticas, etc. – existia a clara determinação de se impor a linha “justa, ampla e correta” para o movimento de massa. Mas a forma de desrespeitar as expressões legítimas das operárias, no primeiro caso, e das mulheres de variadas classes, no 1º Congresso, foi um pouco diferente. Enquanto a diretoria do Sindicato das Metalúrgicas negou sua reivindicação por departamentos femininos, o documento final do 1º Congresso (síntese de acordos e conchavos entre as “cúpulas”) simplesmente escamoteou (quando não adulterou) as resoluções que tinham sido tiradas dos subgrupos.

Em outras palavras, enquanto o *processo de discussão* foi amplo e fecundo, garantindo-se a palavra a cada uma das mulheres, presentes, nos subgrupos de 15 a 20 pessoas, a elaboração do documento final, a cargo das cúpulas, implicou nos “acertos políticos”, que excluía, por exemplo, a inclusão da luta pela legalização do aborto, não obstante ter sido defendida por ampla maioria.

O Encontro Nacional de Mulheres

A opressão da mulher precede ao capitalismo, em outras palavras, o patriarcado e a submissão do sexo feminino ao masculino, assumindo formas diferentes segundo cada sociedade concreta e cada período histórico, acompanham a história da humanidade. A mulher, mesmo desfrutando de direitos iguais ao homem, como trabalhadora e como cidadã, continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada para uma revolução cultural. É preciso uma nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos, onde a agressão sexual (do gracejo ao beliscão no traseiro,

das pequenas violências cotidianas ao estupro) seja considerada tão selvagem como o canibalismo. Mas esta revolução cultural não supõe, apenas, a luta ideológica; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem. Enquanto houver miséria na existência humana, haverá também a, incluindo esta de caráter sexual. Logo, a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato que nenhum homem será explorado por outro, de que terminou o reino da miséria. É por isto que o feminismo, objetivamente interessado em uma série de reformas sociais, luta, ademais, por uma transformação radical da sociedade.

Neste sentido, o movimento de mulheres integra-se à luta dos explorados e oprimidos pelos objetivos mais avançados a se colocarem para a humanidade. Ao mesmo tempo, o feminismo defende a bandeira do fim da opressão da mulher pelo homem, problema cuja resolução e condição *sine qua non* para que as relações sociais mudem de qualidade.

E a compreensão da perspectiva radical do feminismo, e da amplitude de seus objetivos transparece já no documento do 1º Congresso da Mulher Paulista, quando fala que as mulheres querem mudar a sociedade “porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos.” E esta foi a grande contribuição das paulistas ao Encontro Nacional: uma plataforma de lutas que, por iniciativa dos grupos aí representados (*Nós Mulheres, Centro de Desenvolvimento da mulher, Associação das Donas de Casa e Associação das Mulheres*) foi apresentado como proposta de ação para o movimento de mulheres em todo o país. Ou seja, as resoluções do 1º Congresso da Mulher Paulista, síntese das aspirações e reivindicações de milhares de mulheres, transformaram-se nas bandeiras de luta das mulheres brasileiras (MORAES, Escrita/Ensaio n. 5, 1979, p. 154).

O tom triunfalista do comentário não condiz, verdade seja dita, com a pouca expressividade de significados da adesão, por parte dos diversos grupos reunidos no 1º Encontro Nacional de Mulheres, às resoluções do congresso paulista. A pequena bancada paulista, ainda sob o impacto das emoções dos dias anteriores, chegou ao Rio de

Janeiro com uma expectativa otimista que dificilmente poderia deixar de ser decepcionada.

Apesar da organização que cercou o Encontro – as convidadas recebendo pastas com material sobre o Centro da Mulher Brasileira, atividades preestabelecidas; etc. – a falta de entusiasmo, afora nos embates políticos-ideológicos, foi a tônica predominante. Muitas das paulistas tinham perdido a cerimônia de encerramento, na noite do dia 8, para estar presente à abertura das comemorações no Rio de Janeiro, tal era a ânsia de viver – “nacionalmente” – o encontro de São Paulo.

As hospedeiras, este era o problema, enfrentavam a divisão de seu grupo, dilacerado por profundas divisões internas, a mais importante das quais opondo feministas da linha “ortodoxa” (também conhecida como “reforma”) as feministas independentes, vale dizer, sem filiação orgânico-partidárias. Esta divisão se fazia em cima da crítica a orientação estreita tomada pela prática do Centro da Mulher, muito próxima da concepção “feminina” dos ortodoxos. Assim, vinte das mais conhecidas feministas do Rio de Janeiro retiraram-se do Centro, assinando um documento (04/03/79) em que afirmavam a necessidade dos grupos de reflexão (sempre desprezados pela esquerda tradicional); de novas formas de prática política e do necessário respeito à diversidade do movimento feminista:

Paraná, o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, o que permitirá a cada um – homens e mulheres – viver livremente sua opção. Assim, o feminismo é político na medida em que enfrenta o debate sobre a especificidade da opressão feminina e suas causas, tirando as mulheres do isolamento e da passividade em que têm sido mantidas secularmente, levando-as a contestar vários pilares da sociedade em que vivemos. Como todos os oprimidos do mundo, as mulheres tem sido divididas e mantidas em estado de rivalidade e competição, fechadas em suas casas, em suas cozinhas, em relações com os companheiros, em sua solidão, e até em suas pequenas conquistas no terreno da libertação individual.

O papel dos grupos de reflexão e de consciência – tão pouco compreendido no Brasil – é justamente o primeiro passo da possibilidade de mudança das relações interpessoais a partir do intercâmbio de experiências vividas por nós: a sexualidade, a contracepção, a violência, os diversos tipos de discriminação e de opressão que sofremos.

Através desses grupos é que podemos perceber que essa opressão é específica e se encontra profundamente vinculada aos papéis que nos foram atribuídos há séculos, assim como todos os condicionamentos que recebemos e que tem por objetivo primordial a perpetuação desses papéis.

A compreensão do conteúdo dessa opressão específica, e de e como ele se exerce no interior de cada classe social, une as mulheres e cria uma nova solidariedade entre elas, um tipo de relação até então inexistente, levando à contestação coletiva desses papéis e de tudo que veicula esses condicionamentos. A reflexão coletiva e o debate conduzem a uma prática que possui um enorme potencial revolucionário na medida em que contesta e busca substituir valores básicos da sociedade em que vivemos:

– a família, onde a mulher é esposa, reprodutora de crianças e valores sociais, mantenedora da força de trabalho, sem que o trabalho doméstico seja considerado como um trabalho produtivo, indispensável à manutenção da sociedade capitalista;

– a inserção profissional, pois a mulher ocupa, geralmente, os empregos menos remunerados, mais repetitivos, menos qualificados, onde as leis não são aplicadas (a trabalho igual, salário igual; obrigatoriedade de creches em locais de trabalho com mais de 30 mulheres, etc.);

– legislação discriminatória criada e posta em prática pelo Estado;

– a ideologia transmissoras dos valores veiculada pela escola e reforçada pelos meios de comunicação (os estereótipos sexuais);

– os padrões e as normas que regem a disposição de nossos corpos e nossas opções sexuais de parceiro;

- a violência cotidiana considerada “natural” que se abate sobre as mulheres: os preconceitos, a segregação, as agressões, os espancamento, o estupro, as imposições, os limites institucionais para determinadas atividades;
- o autoritarismo, em todas as suas manifestações, desde as relações interpessoais, passando pelas relações de trabalho, a vida dos grupos e organizações políticas que sempre relegam a segundo plano as questões específicas da condição feminina.”

O documento das mulheres que, em seguida, formariam o *Coletivo de Mulheres* (uma confederação de grupos de reflexão/ação com absoluta autonomia), continha tanto estes quanto uma série de outros questionamentos de máxima importância para a luta feminista. Mas, diante de um plenário composto por mulheres de vários Estados (com experiências totalmente distintas, em termos de luta feminista) e da pressa das paulistas em socializar seu programa, as feministas cariocas não puderam nem avançar na discussão das divergências nem fortalecer efetivamente os laços com o movimento de mulheres em outras partes do país. O Encontro Nacional, neste sentido, valeu pelo primeiro contato de alguns grupos e da troca de documentos e endereços que seriam úteis mais tarde. A aprovação do documento das paulistas, por sua vez, significou tanto o reconhecimento de problemáticas idênticas (o que é extremamente positivo) quanto a incipiência do feminismo em outros Estados pois não se deveria aceitar, tão rapidamente, a tutela paulista.

As resoluções do 1º Congresso

O Congresso se encerra no Dia Internacional da Mulher, (8) quinta-feira, às 20 horas, no Teatro Ruth Escobar. Nesta noite deverá ser votada a formação de uma frente de Mulheres, com uma sede, a Casa da Mulher Paulista, congregando os vários grupos, entidades e mulheres independentes que participaram do Congresso” (*Folha de São Paulo*, 6/3/79).

As mulheres presentes foram convidadas a participar de uma reunião dia 19 às 19 horas, no Sindicato dos Bancários, rua São Bento, 65, para discutir o encaminhamento da luta por creches. É anunciado-se uma outra reunião, daqui a um mês, entre as entidades organizadoras do Congresso para se definir como dar continuidade ao Congresso. (...) Agradecendo a homenagem e dando seu apoio à luta das mulheres, Clarice Herzog encerrou o Congresso. Todas leram juntas, então, as suas reivindicações. Resta saber se a união proclamada será sólida e duradoura. Pois a maior expectativa do Congresso, a formação da frente de Mulheres, não foi concretizada. Ela poderá surgir, entretanto, no próximo dia 19, na reunião na sede do Sindicato dos Bancários (*Folha de São Paulo*, 10/3/79).

O último comentário da *Folha de São Paulo* demonstra como a/o jornalista foi mais sensível aos anseios do público presente do que a cúpula organizadora do Congresso. Enquanto as mulheres – numa unidade espantosa de estados de ânimo – exigiam a continuidade daquele processo de conscientização/identificação, reivindicando a frente das mulheres e seu local, as “massistas”, dado seus compromissos com os movimentos tuteladores das mulheres (setores da Igreja, alguns sindicalistas, tendências políticas sexistas, que negam a opressão específica da mulher, como esta que se expressa no jornal *A Hora do Povo*), rebaixaram o nível político do acontecimento, forjando um documento paupérrimo de reivindicações.

De fato o documento do 1º Congresso constitui a peça mais informativa sobre o hibridez ideológica da cúpula do movimento de mulheres. E, mais ainda, não dá nem mesmo para nos espantarmos com a expressão “cúpula do movimento de mulheres” porque, nos momentos de decisão política, forças inominadas impunham posições rígidas e doutrinárias às suas militantes feministas. Este desrespeito ao trabalho e à capacidade de uma militante foram responsáveis registre-se de passagem pelo enorme refluxo de mulheres das organizações da esquerda radical. Mas, infelizmente, muitas vezes femininas, no 1º Congresso, repetiram fórmulas doutrinárias de

organizações que, na verdade, temiam a organização das mulheres a partir de opressões muito profundas, como a da sexual, por exemplo. Assim, desencorajaram tanto a nível do programa de lutas quanto ao da organização imediata em torno de um objetivo/instrumento de unidade, como Casa da Mulher Paulista, as manifestações de desejo mais claras das 800 mulheres que foram comemorar o encerramento.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher – já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar sua sorte.

Estes trechos do documento constituem as expressões mais diretas dos efeitos causados nas mulheres pela reunião ampla que fora o Congresso. Ao mesmo tempo, confirmando o doutrinário de forças políticas atuantes – cujo antifeminismo só se revelaria claramente por ocasião dos enfrentamentos do 2º Congresso – o documento evita, para satisfazer temores que a palavra feminismo causa na esquerda tradicional, quaisquer referências às organizações feministas:

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que “os outros” não tem tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Em que exatamente estas formulações estão incorretas? A impressão é de que o essencial foi dito e reafirmado pois não estão aí as reivindicações de equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e creches e até mesmo a socialização do trabalho doméstico?

A resposta é que precisamos distinguir exatamente as reivindicações que afetam toda uma classe social – a operária, no caso – daquelas que dizem respeito exclusivamente às mulheres, independentemente de sua classe de origem. Em outras palavras, as discriminações em relação a menores salários; profissionalização, etc. afetam também os interesses dos operários de sexo masculino. O operário está objetivamente interessado no fortalecimento de sua categoria laboral, única garantia de resistência aos desígnios expropriadores da acumulação capitalista. Ora, quando as mulheres (respondendo a lógica expansionista do processo de produção capitalista, que tudo incorpora e transforma segundo suas necessidades) passam a ser mais de 30 por cento da população oficialmente considerada como economicamente ativa, toda classe trabalhadora será afetada por esta presença crescente.

Desta maneira, ao defender as reivindicações de maior justiça dentro da classe operária, os trabalhadores estão defendendo seus interesses imediatos: não se trata, portanto, de “generosidade” ou “solidariedade” às reivindicações femininas. O mesmo acontece, no caso das creches. Quando o salário da mulher participa de maneira importante no orçamento doméstico e nasce uma criança, mais uma boca, o que fazer? Poderia a mulher permanecer em casa e usufruir de descanso? Ou, então, poderia ela (ou o pai) permanecer em casa, cuidando do bebê, como garantem as legislações natalistas, de alguns países europeus? As creches, assim, são do interesse de todos, quando ambos os membros do casal exercem atividades fora do lar.

A questão se complica no tocante aos outros trabalhos: domésticos, da limpeza da casa ao preparo dos alimentos. Este trabalho, apesar de beneficiar *ao casal* sempre termina sendo executado exclusiva ou principalmente pela mulher. Aí, então, a palavra de

ordem correta seria: socializar o trabalho doméstico, transformá-lo em mais um ramo industrial. Mas, enquanto não chegamos lá trata-se de, agora, dividi-lo no interior da família, tal como vimos no código civil cubano. Pois, sejamos modestos, se Cuba ainda não socializou o trabalho doméstico, apesar de reconhecer sua importância., tratando de diminuir a carga discriminatória sobre a mulher através de uma medida que afeta as relações (ditas “privadas”) domésticas do casal, por que não começaríamos também por aí?

Também aqui a resposta é simples. Por que, no caso da divisão *do trabalho doméstico entre o casal*, os interesses masculinos sofrem prejuízo pois, em nossa sociedade, praticamente todos os homens exploram as mulheres, sobrecarregadas com uma dupla jornada de trabalho. Assim, se o Estado fizer, amanhã, o que as mulheres fazem sozinha hoje: muito bem. Mas, dividir o trabalho dentro de cada casa: aí as resistências pessoais são enormes como confessaram sinceramente alguns operários.

É claramente este o primeiro ponto em que os interesses imediatos de operários e operárias se dividem: elas querem a resolução do trabalho doméstico. Eles estão de acordo, desde que isto não signifique aumentar sua carga diária de trabalho. Nesta ocasião, desmistifica-se o “natural” e o “agradável” que é o trabalho doméstico: os homens não querem dividir por ele ser cansativo, exigir habilitação (aprendizado) e dedicação. E quem quer trabalhar além da estafante jornada industrial?

Por isto, o documento do Congresso não avançou efetivamente nas vias propriamente femininas da questão, como sói acontecer quando organizações masculinas estão controlando a condução dos debates. Assim, o documento de 8 de março de 79 não chegou muito em termos de reivindicações que tocassem o âmago da questão: a opressão da mulher pelo homem e não simplesmente, pelo “sistema” ou “capitalismo”. E, coerentemente, só pode propor em termos de organização das mulheres – a maior participação nos sindicatos,

organismos de base, etc. e nos “grupos femininos”, vale dizer, tutelados pela Igreja; partidos ou tendências políticas antifeministas.

Silêncio sobre a organização das mulheres, a partir delas mesmas, de suas necessidades concretas (e não do discurso sobre tais necessidades proferidos por homens). As feministas, neste sentido, foram cúmplices – por ingenuidade ou falta de convicção – do tutelado. Muitas já defendiam a “autonomia” do movimento: mas a conciliação que proporcionaram com o antifeminismo fez com que passassem a defender a uma palavra “feminismo” despida de conteúdo. É, ao abdicarem de quaisquer exigências programáticas junto a seus “aliados” as feministas escancararam ainda mais as portas para invasão de tutelas de todo o tipo.

1979: Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE

Com este título o *Brasil-Mulher* n. 15 (abril de 79), nas páginas centrais do jornal, trata das creches (da falta de), convidando os leitores a participarem do Movimento por Creches, criado por iniciativa da Coordenação saída do 1º Congresso. Em outras palavras, a partir da definição de que a luta por creches interessava objetivamente a todas as mulheres, as entidades e pessoas reunidas na Coordenação do 1º Congresso passaram a convidar os grupos comunitários que já encaminhavam, isoladamente, reivindicações por creches, assim como todos aqueles que tinham intenções de fazê-lo, para reuniões no Sindicato dos Bancários.

A organização do Movimento por Creches constitui o único trabalho unitário em que os grupos feministas paulistas participaram no ano de 1979 e é bem exemplificador do pouco que inovaram em termos de convívio político. Vários aspectos, na verdade, transformavam uma questão aparentemente simples – a luta por creches – em um problema quase insolúvel. Em outras palavras,

o único ponto de acordo existente era a necessidade de creches pois detalhes mais precisos, referentes ao tipo de creche (a qualidade das instalações; a orientação pedagógica; a responsabilidade pela gestão, etc.), praticamente não haviam sido pensados. Além disso, o Movimento ambicionava centralizar iniciativas muito díspares, dizendo respeito a grupos que reivindicavam creches em circunstâncias distintas (ligados a trabalhos comunitários em bairros da periferia da cidade), sendo difícil equacionar o problema em termos de poucas variáveis. A este quadro complexo adicionava-se o “movimento de mulheres”, representado por delegações oriundas da Coordenação e por voluntárias de todos os grupos.

As reuniões propiciavam espetáculos caóticos, em que – houve momentos – centenas de pessoas falavam coisas diferentes, às vezes simultaneamente, cada qual querendo contar sua experiência; suas necessidades. As feministas, desorientadas, compareciam às reuniões sem saber o que propor exatamente. Terminaram por se tornar uma espécie de escribas, especialistas em redigir convocatórias e panfletos. Seu contato com a questão restringia-se, pois, ao aspecto burocrático-administrativo e, na ausência de temas saído diretamente do processo de constituição de grupos de pressão local, as divergências se restringiam à questões de caráter político-pessoal, em que o status político era avaliado pelo número de contatos/conhecimentos entre a “base”. Isto é, na falta de um trabalho próprio (as feministas não estavam reivindicando por creches nos seus locais de trabalho e residência), o poder era disputado através da exibição de uma maior “clientela” entre as mulheres da periferia.

A Coordenação, na qual conviviam feministas de diversos matizes e representantes de tendências políticas de esquerda, absorveu rapidamente todos os vícios do “cupulismo” político. As participantes ostentavam – com alguma ou nenhuma razão – insígnias das “massas” e decidiam em seu nome tornando a Coordenação um Supremo Tribunal do Movimento de Mulheres.

Aquelas que percebiam o trágico-cômico da situação terminaram por se ausentar das reuniões, tanto do Movimento por Creches quanto da Coordenação, percebendo a inutilidade da crítica a esta prática viciada. As feministas que permaneceram foram obrigadas a assumir decisões e, principalmente, a conviver em termos de manobristo representativo. O exemplo da atuação da Coordenação no Movimento de Creches é categórico a este respeito: a Coordenação aparecia como uma das entidades constitutivas do Movimento mas, ao mesmo tempo, os grupos que a formavam (cerca de quinze) também apareciam individualizados nas reuniões, havendo nítida superposição de representações para efeitos de votação/decisões.

A desorientação do Movimento de Creches representa, assim, o espelho da falta de unidade real do movimento de mulheres nesta questão. Porque as feministas não estavam reivindicando creches para si mesmas e sim para as “outras”. Além disso, como já foi assinalado, pouco tinham para prestar como contribuição do ponto de vista da qualidade de creche; o que equivale a dizer que não estavam maduras nem por necessidades objetivas, tão pouco por uma reflexão aprofundada da questão. E esta irresponsabilidade de tratamento dos pontos unitários de luta – esta permanente superficialidade no tratamento das questões – é em grande medida fruto da concepção “massista”, na qual o sucesso é medido pelas adesões dos elementos mais manipuláveis. Ora, não é difícil conquistar a confiança das mulheres quando falamos a mesma linguagem e prometemos defender os mesmos interesses. Difícil é trabalhar com pessoas que estão social e culturalmente fora do universo político-ideológico dominante.

A crítica à atuação da Coordenação não deve encobrir, evidentemente, a responsabilidade de quase todas as tendências – dos católicos socialistas aos comunistas – na reprodução desta luta pelo poder através de métodos antidemocráticos e altamente manipuladores. De fato, o convívio com o monolitismo

político, que pode até utilizar métodos que incluem a calúnia, a adulteração de resultados eleitorais e mesmo a física para a conquista de postos-chaves nos sindicatos, partidos e movimento de massa, colaborou bastante para que mulheres não questionassem a qualidade da prática política da Coordenação. O desrespeito dentro do próprio movimento de mulheres, neste sentido, reproduz a prática manipuladora/tuteladora de meia dúzia de tendências/organizações políticas brasileiras que disputam – nas palavras – as denominações de socialistas e comunistas e que – na prática – comportam-se como pequenos chefetes das “massas atrasadas”.

Assim, sempre disposto a marcar e comandar manifestações; sempre pronto a aderir às eventuais maiorias ou forças de pressão mais bem sucedidas, sempre falando em nome de grandes (e ausentes) massas, o grupo “massista”, que congrega uma dúzia de mulheres, tem empobrecido/banalizado todos os acontecimentos em que participam. Mas, enquanto o feminismo não partir da transformação das relações entre as próprias mulheres, impedindo que o autoritarismo impere, assistiremos às cenas que vão da tragédia à comédia; de mulheres identificadas com as opções políticas da *A Hora do Povo* transformando-se em leões de chácara, como aconteceu no 2º Congresso, até as “gafes” de militantes desinformadas, como sucedeu em relação ao Movimento de Creches. De fato, entre o anedotário do feminismo uma das peças que provocou risadas foi a experiência de uma mulher, que se integrou ao *Nós Mulheres* após o 1º Congresso, e que tendo ido participar do Movimento de Creches, após ter comparecido a uma reunião da Coordenação, ingenuamente entregou à assembleia do Movimento resoluções “secretas” (os chamados “encaminhamentos”) tiradas na reunião prévia da Coordenação. A graça não está no gelo causado por sua revelação e sim no fato de que a criticada foi ela, por falta de habilidade, e não a Coordenação, por “cupulismo/conchavismo”...

O Congresso das Metalúrgicas

A política de arrocho salarial do Governo há 15 anos vem penalizando toda a classe operária. Mas a mulher trabalhadora tem necessitado exercer um duplo esforço para sobreviver: o extenuante trabalho doméstico depois que sai da fábrica. Ninguém desconhece as discriminações indignas que se praticam contra as mulheres: inferiorizadas desde pequenas, humilhadas nas empresas, impedidas de se profissionalizarem, ganhando menos do que o homem (ainda que fazendo o mesmo serviço), a falta de creches, obrigadas a fazerem horas extras, as “cantadas” dos chefes, a falta de higiene nos banheiros, a proibição de tomar água e ir ao banheiro e um mundo de injustiças a mais. Tudo isso foi denunciado e discutido no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo. Mas a coisa vai mudar. As companheiras falaram. E palavra de metalúrgico não volta atrás. Os pontos de luta estão aqui, assinalados em vermelho (*O Metalúrgico* n. 171 – setembro/79). Joaquim dos Santos Andrade.

Durante três dias (31 de agosto, 1 e 2 de setembro) duzentas metalúrgicas de São Paulo reuniram-se para discutir, em grupos de trabalho, seu cotidiano nas fábricas, as discriminações e sofridas, enfim, sua condição de mulher trabalhadora. A partir da radiografia da “sexualização” da exploração da força de trabalho, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que, através das guias de imposto sindical de todas as trabalhadoras metalúrgicas das 13 mil empresas da Capital, provou que as mulheres ganhavam, em média 42% a menos que os homens, ficava difícil negar a super exploração da qual a mulher é vítima. A comparação entre homens e mulheres revelou, ademais, que 83% das mulheres ganham menos do que Cr\$ 28,35 por hora, e que nessa faixa de salários se encontram 51% dos homens. Provou, ainda, que apenas 11% das mulheres ganham entre Cr\$ 28,35 e Cr\$ 47,25 por hora (enquanto 25% dos homens estão nesta faixa) e que apenas 2% das mulheres ganham mais de 10 salários por mês’. (*O Metalúrgico*, n. 271).

Apesar da presença de um conhecido “pelego” à testa do Sindicato, apesar também do antifeminismo da tendência política que se expressa na *Hora do Povo* e da ambiguidade paralisante da tendência “ortodoxa” ou “reformista” – enfim, não obstante o pequeno alcance político das forças que dirigiam então o Sindicato dos Metalúrgicos – as mulheres foram capazes de expressar claramente seus interesses, discutindo a jornada de trabalho dentro da fábrica e a dentro de casa. Desta maneira, trataram tanto das reivindicações relacionadas a igualdade de salário, profissionalização, etc. como a criação de departamentos femininos, concebidos para: *a) incentivar a participação da mulher na vida sindical. b) Organizar as mulheres nas suas lutas específicas. c) Realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica.* Ademais, denunciaram as torturas praticadas nos hospitais contra as mulheres, referindo-se ao bárbaro tratamento imposto as mulheres, no Hospital das Clínicas, nos casos de complicações provenientes de aborto.

Solidárias com os resultados do 1º Congresso da Mulher Paulista, as metalúrgicas encamparam tanto as palavras de ordem que lhes diziam respeito mais diretamente, como “salário igual por trabalho igual” e creches, quanto a absolutamente descabida palavra de ordem de “ser contra o programa de prevenção da gravidez de alto risco”. Cada louco com sua mania, diz o ditado. Para os “ortodoxos”, frente a quase que infinita variedade de aspectos negativos da política de saúde governamental, o moinho de ventos predileto é constituído pelo Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco que, se é parcial, equivocado ou coisa equivalente não merece, por sua absoluta ineficácia, maior atenção. Assim, por imposição “ortodoxa” este ponto passou a figurar em todas as reivindicações do movimento de mulher, apesar de ninguém conhecê-lo ao certo. Na verdade, incapazes de concentrar-se em uma palavra de ordem positiva – lutar pela garantia de assistência ginecológica a mulher, principalmente no concernente à utilização de anticoncepcionais – os “ortodoxos” desperdiçaram as suas energias no combate a um programa fantasma.

De qualquer maneira, a relativa pobreza dos documentos oficiais reflete a própria concepção que preside à redação de tais peças, que são usadas, por todas as correntes políticas, como provas de que “as massas estão com as ‘nossas’ concepções”. Tais deformações, apesar das barreiras que colocam a luta da mulher por sua identidade sócio-política, não são suficientes, de qualquer maneira para tirar a força destes primeiros congressos das mulheres trabalhadoras.

A repercussão na grande imprensa

Uma das formas mais simples de aquilatar o impacto das comemorações do dia internacional da mulher em 1979 em São Paulo é a leitura da cobertura realizada pela *Folha de São Paulo*, garantindo o registro da atuação do movimento de mulheres, em inúmeras páginas do jornal, ao mesmo tempo em que, na maior parte dos casos, noticiava, o evento na *Folha Ilustrada* e não nas partes reservadas à política local.

Deste extenso noticiário penso ser importante seleccionar alguns temas, como índices da qualidade assumida pelas diferentes comemorações. Assim, chamaremos a atenção para: a) a quantidade dos atos comemorativos; b) a convergência dos atos (com a exceção do pronunciamento sectário de Terezinha Zerbini, opondo o ato realizado na Câmara Municipal ao ato de encerramento do 1º Congresso); c) depoimentos colhidos *in loco*; d) a grande expectativa de que a descoberta da identidade comum a vontade de prosseguir juntas tornasse factível a criação da Casa da Mulher Paulista e a organização da Frente de Mulheres.

a) as comemorações:

Folha de São Paulo, terça- feira, 6 de março de 1979.
VOZES DO CONGRESSO DAS 500

“Cantando ‘Olé mulber rendeira, olé mulber renda, tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a reclamar’, as 500 mulheres da Grande São Paulo que se reuniram no 1º Congresso da Mulber Paulista, durante este fim-de-semana, no Teatro Ruth Escobar, levantaram as seguintes propostas: homenagem à Clarice Herzog e à esposa de Manoel Fiel Filho, mortos na prisão em 1975, em memória a todos os homens e mulheres que sofreram a repressão do governo militar; mudança na definição de mulber no dicionário Aurélio Buarque de Hollanda; uma “Semana de Estudos da Sociedade Machista” (proposta por 25 homens que participaram do encontro); luta contra a repressão ao aborto; luta imediata por creches em todos os bairros de São Paulo, sustentadas pelo Governo e orientadas pelos pais; uma comissão de mulheres para acompanhar o Inquérito Parlamentar sobre a violência contra os menores na FEBEM; uma comissão para denunciar o projeto do deputado Gilvan Rocha do MDB, que quer proibir o uso do DIU, método anticoncepcional intrauterino; um convite à participação no ata Público que será realizado dia 12 na Câmara Municipal em protesto à posse de Maluf; e solidariedade à luta dos povos latino-americanos contra os governos militares, ao povo vietnamita e ao da Nicarágua e a luta da mulber no Irã.

Trabalhadoras no Cinema

Como mais uma forma de comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, será realizado uma amostra de filmes sobre a situação da mulber no Brasil, hoje e amanhã, às 20:30 horas, no MIS-Museu do Imagem e do Som – Av. Europa, 15

Hoje, dia 6, serão exibidos três curta-metragens: “Menino Menina”, de Eliane Bandeira, que mostra os diferenças na educação das crianças com base nos preconceitos sobre o papel da mulber e do homem dentro da sociedade; “Vida de Doméstica”, da mesma autora, trata da questão da empregada domestica,

a profissão mais marginalizada entre as chamadas “profissões femininas” e “As Metalúrgicas”, de Olga Futema e Renato Tajajós, revela os problemas específicos que a mulher metalúrgica enfrenta em seu trabalho na fábrica, mostrando os resultados do 1º Congresso da Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, realizado no ano passado.

Amanhã, dia 7, será exibido uma longa-metragem sobre a prostituição. Haverá debate organizado por Nós Mulheres”. A entrada é gratuita.

Folha de São Paulo, quarta-feira, 7 de março de 1979.

Ato Comemorativo

O Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o Movimento Renovação Cristã e o Diretório do MDB de São Paulo realizarão amanhã às 20 horas, no Auditório “Pedroso Horta” da Câmara Municipal, um ato comemorativo do “Dia Internacional da Mulher”.

Ontem, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, dona Terezinha Zerbini, esteve na Câmara Municipal convidando os vereadores para o evento, lembrando que a data já foi comemorada em São Paulo, em 1976, 1977 e 1978. Disse também que a reunião tem a finalidade de permitir “uma reflexão sobre a função da mulher como agente transformador na sociedade, dando prioridade ao enfoque do menor, por estarmos no “Ano Internacional da Criança”.

O tema central da campanha deste ano será desenvolvido pela professora Sílvia Pimentel, da PUC. Terezinha Zerbini aproveitou para destacar a distinção existente entre o ato marcado para a Câmara Municipal e outro que será realizado no Teatro Ruth Escobar, na mesma ocasião. O primeiro, segundo ela, tem um caráter político mais abrangente, ligado à necessidade de transformação do país numa democracia real.

Folha de São Paulo, quinta-feira, 8 de março de 1979.

Mulheres Comemoram seu dia Exigindo uma Transformação

A principal manifestação brasileira do Dia Internacional da Mulher, que hoje e comemorado em todo o mundo, é o encerramento do 2º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. As conclusões dos debates do Congresso serão apresentadas na forma de um documento, com as reivindicações propostas por todas as mulheres. Cada grupo participante, porém, vai se manifestar a respeito de seu trabalho particular e de suas propostas.

“Mulheres do povo, que tiveram participação ativa no Congresso, falarão sobre seus anseios e medos do que está para vir.” como informou Eneida de Castro Solero, representante da frente Nacional do Trabalho. A maior expectativa do encerramento do Congresso, que devera contar com a presença de Clarice Herzog e da esposa de Manoel Fiel Filho, é quanto à formação da frente de Mulheres, que dará unidade e força a luta de todas as mulheres da região de São Paulo.

Na Igreja de São Miguel Paulista, às duas e meia da tarde, mulheres que estão organizadas em Clubes de Mães farão uma reunião comemorativa do 8 de Março, falando de suas propostas e reivindicações.

Os clubes de Mães são grupos formados principalmente pela Igreja, em torno de trabalhos como croché, bordado, tricô. Sobre isso, disse uma mulher no Congresso. “Precisamos de uma profissão. Em vez de as levarem nos Clubes de Mães um saco de feijão, que acaba, levem um profissional que possa nos ensinar um ofício.

O programa da Xênia, na TV Bandeirantes, esta convocando todas as mulheres interessadas a irem hoje a sede da estação no Morumbi, para debater entre as três e quatro e meia da tarde, com mulheres do povo de líderes feministas convidadas.

A Femina, uma central de prestação de serviços, especializada em fornecer assessoria e orientação feminina, promove hoje, a partir das 14 horas, um ciclo de palestras abordando assuntos específicos.

Em São Carlos, a filial da Sociedade Brasil Mulher, do Movimento Feminino Pela Anistia, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos e a União Municipal dos Estudantes de São Carlos, convidam para uma mesa redonda que será realizada na Câmara Municipal, Praça Coronel

Salles, às 20 horas, com a intenção de levantar uma série de questões para a “libertação total da mulher”.

“Mulher na Bahia” é o tema do painel que o Núcleo Baiano do Movimento pela Anistia promove hoje e com o qual pretende levar ao público, a experiência de vida de diversas mulheres que participam ativamente da sociedade baiana. No painel participarão nove mulheres, entre as quais uma juíza do trabalho, uma artista plástica, uma socióloga, uma cobradora de ônibus e uma professora de dança.

No Rio de Janeiro, abre hoje na Faculdade Cândido Mendes o congresso da Mulher Carioca, com o lançamento dos temas para discussões que terão início na tarde de amanhã e irão de manhã à noite, até o domingo. Nas noites de sábado e domingo haverá exibição de filmes e leitura de peças que colocam a situação da mulher em nossa sociedade.

b) A tônica do discurso das mulheres

Folha de São Paulo, 6 de março de 1979.

“O trabalho doméstico é trabalho?”. Com esta pergunta, o 1º Congresso da Mulher Paulista abriu as discussões deste sábado, dia 3 de março, reunindo as mulheres presentes em 23 grupos além de um grupo só de homem, que acompanharam suas esposas ou vieram sozinhos. Aparecida Kobec, responsável pela Associação das Donas de Casa, casada e com três filhos, introduziu o tema, falando da falta do recebimento social do trabalho doméstico.

– A gente lava, passa, dá forças ao marido para que ele enfrente o trabalho do dia seguinte e produza seu tanto, e ninguém dá valor a isso. A mulher não quer ser a “rainha do lar” apenas no dia 8 de março, para no resto do ano ser uma “escrava do lar”. Queremos condições justas já está na hora de se estudar soluções coletivas para o trabalho doméstico: em casa, com a participação total do homem nas tarefas e na rua, através da socialização do trabalho doméstico. Ou seja, que os órgãos competentes instalem creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Cida, como é mais conhecida pelas mulheres da Zona leste, propôs a união de todas as mulheres, como a única saída para a situação em que as donas de casa se encontram. “A sociedade nos educou para resolvermos os problemas individualmente e isso não é certo. Se nos unirmos e o sistema capitalista nos oferecer as mesmas condições que o homem desfruta, tenho certeza que nós, as donas de casa, não seremos mais chamadas de burras.”

A posição defendida por Cida durante sua exposição representa bem os anseios da mulher paulista. Isso ficou bastante claro após as discussões em grupo e da conclusão, exposta por uma relatora geral, efusivamente aplaudida pela plateia:

“O trabalho doméstico é pesado, cansativo, monótono e ininterrupto. A gente não tem descanso durante o dia, trabalhamos nos fins-de-semana e também nas férias escolares das crianças. Mas como o trabalho em casa não produz lucro, é desvalorizado socialmente. Só que sem o trabalho doméstico, como farão os homens? Como donas de casa nós interferimos no processo de produção indiretamente, é bem verdade, mas isto tem uma importância fundamental.

Entre as conclusões chegadas estão a luta pelas creches e, a longo prazo, também a criação de lavanderias e outros serviços públicos que maximizariam o trabalho dentro de casa. Quanto à reunião de mulheres em torno de clubes de mães, associações e outras agremiações, ‘ela é importantíssima, pois congrega as mulheres e, a partir dessa união, fica mais fácil reivindicar por necessidades e problemas do próprio bairro. Os mutirões também contam com o apoio geral, embora ele possa representar uma arma perigosa’ na medida em que passa para o povo a solução de problemas, cuja responsabilidade é apenas do Estado.

Um dos assuntos mais problemáticos, sem dúvida, foi a institucionalização dos serviços domésticos, através de um salário específico a dona de casa. A falta conhecimento sobre o assunto levou a opiniões mais variadas, como a de Maria Pessoa, que acha “importante um salário para amparar minhas despesas” ou de Orlando Maia, “que é a favor do Salário porque assim a mulher também teria o direito à previdência social”.

Mas as conclusões finais do congresso foram completamente desfavoráveis ao salário doméstico, como relatou uma das responsáveis do grupo:

– Se a gente, tivesse, que receber um salário, ele seria muito alto. Porque nós, donas de casa, exercemos as funções de lavadeira, passadeira, cozinheira,

faxineira e além disso temos que cuidar dos filhos, e somos também babás.

O trabalho da mulher fora do lar foi discutido após um lanche rápido cedido pelo próprio congresso. Os assuntos debatidos foram: A dificuldade encontrada pela mulher para se profissionalizar, a desvalorização das profissões ditas femininas, as garantias que as mulheres deveriam ter em seus empregos e como encaminhar uma luta conjunta por creches.

A participação política das mulheres também serviu como tema para que a metalúrgica do Sindicato de Santo André, Léia Aparecida de Oliveira fizesse um inflamado discurso sobre o assunto.

A luta da mulher ao lado do homem começou praticamente agora, na última greve dos metalúrgicos em 78. Quando o Governo bradava sua instalação contra a nossa greve, as mulheres negociavam com os sindicatos e com os patrões. Nossos próprios companheiros ficaram espantados com a nossa força. E também fomos nós que os instigamos a prosseguir na sua luta por um salário melhor.”

Segundo a economista Maria Moraes, o último censo registra como as quatro profissões que reúnem maior número de mulheres as de empregada doméstica – “que vive num quartinho apertado e é obrigada a utilizar o elevador de serviço” – a mulher que trabalha na roça – “esta rainha do lar é verdadeiramente uma trabalhadora da enxada – a professora primária – “a segunda mãe obrigada a aceitar um salário baixo pelo amor ao trabalho” – e a operária – “que trabalha em péssimas condições, às vezes com máquinas desenhadas para os homens”.

Todas essas mulheres reunidas no congresso trouxeram entre as conclusões sobre a profissionalização, diversos preconceitos, da sociedade, sentidos na própria pele diariamente.

– Nós temos dificuldades em nos profissionalizar. Os cursos são caros demais para um salário baixo que recebemos. Na verdade, não deve interessar ao sistema oferecer condições para que nos fortaleçamos como classe, que tem consciência e que não aceita mais os salários inferiores aos recebidos pelos homens; por uma mesma atividade.

Entre as denúncias trazidas pelas mulheres está a de Aparecida Malavasi, uma metalúrgica de São Paulo que foi obrigada a ser registrada como solteira “porque a empresa onde trabalho não quer ter preocupações com mulheres

casadas”. Outra mulher diz que num curso realizado pelo Senai de Guarulhos, ela conseguiu ser aprovada no curso “dito masculino” de Controle de Qualidade, mas como era mulher acabou não sendo aceita. Uma das alegações feita pelos responsáveis foi que a empresa não tinha banheiro para mulheres.

Na verdade, a tradição dos serviços domésticos sempre coube a mulher e as famílias sempre deram maior oportunidade ao homem para seguir uma carreira. Com a crescente desvalorização de determinadas profissões, como a dos professores, as mulheres passaram a ocupá-las recebendo e submetendo-se a salários mais baixos.

Quanto à falta de garantias nos locais de trabalhos, as mulheres apontaram a atitude machista de certos chefes que utilizam-se de suas funcionárias sexualmente, impondo-lhe como condição essencial para uma melhoria de cargo. Uma das mulheres disse para a plateia, recebendo palmas entusiasmadas: “A mulher sai com seu chefe quando ela quer e não quando o chefe exige.

A falta de garantias para a mulher grávida, os salários diferentes para funções iguais em relação aos homens, a inexistência de creches, e a participação política através de sindicatos e comissões de trabalho foram as propostas básicas das mulheres.

– A mulher tem que perceber seu peso político - resumiu uma das relatoras do congresso. Até agora sua participação tem sido praticamente nula e se não houver uma união dessas mulheres será difícil levar nossas reivindicações aos órgãos competentes. As mulheres tecelãs, por exemplo, provaram através das recentes greves que temos condições de readquirir nossos direitos e é isso que devemos fazer.

A Mulher e a repressão sexual

Inês Castilho e Denise Natale

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

“De que me vale ser filho da santa, melhor seria ser filho da outra, outra realidade menos morta, tanta mentira tanta força bruta”. Estes versos de *Cálice*, música de Chico Buarque e Gilberto Gil, visa a dupla moral que, há séculos vem confinando a sexualidade, feminina: a mãe de família assexuada, e a prostituta, mulher, que é identificada com a sujeira. Essa moral, que vem negando o prazer sexual à mulher sob vários pretextos é pela primeira vez questionada publicamente por mais de 500 mulheres (e mesmo alguns homens) que participaram dos trabalhos do 1º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. Mulheres de classe média e da periferia, a maioria com família de formação cristã, aplaudiram a proposta de um dos grupos de trabalho de se cortar o hímen da menina logo ao nascer (uma réplica da circuncisão) para se acabar de vez com o tabu da virgindade. Falaram de masturbação, da falta que sentem do carinho masculino, de vergonha e medo do marido. Da educação cristã repressora, do cansaço pelo trabalho excessivo, do uso que a propaganda faz do sexo e que deveria ser substituída pela informação sobre a sexualidade. Da tensão criada pelo medo de engravidar, do sexo contido antes do casamento, das dificuldades financeiras.

Essas questões foram levantadas em torno da pergunta “quais as causas da frigidez feminina?”, introduzida por Valse Beker, há sete anos médica psiquiatra do Serviço de Orientação familiar, que falou de uma pesquisa feita em 1971, entre 4000 mulheres de baixa renda familiar, entre as quais 50% eram frígidas, ou seja, não sentiam nenhum prazer na relação sexual. Alguns depoimentos dessas mulheres. “Sou fria porque tenho medo de ficar grávida, meu marido não me faz carinho e não me dá dinheiro”. “Ele não me agrada, só eu que agrado ele só eu evito filho, ele só quer saber de boa vida”.

Entre as mulheres presentes ao Congresso, as ideias eram as mesmas: *É por causa da educação que a gente recebe, tem curso de sexualidade que fala que o homem faz xixi dentro da gente. A gente tem que servir ao marido, ele casa só para ter de graça algumas tarefas, e na cama é a mesma coisa. A gente tem muito sentimento de culpa e de vergonha. Eu tinha vontade mas não conseguia, quando ficava nervosa não adiantava que não conseguia, tinha muita coisa pra fazer, muito com que me preocupar. Acho que a gente tem é*

que falar qual o jeito que a gente prefere: porque ele tem que adivinhar, coitado? A educação diz que sexo é sujeira e pecado, não é coisa de mulher direita. A brasileira não tem direito a desejar um homem nem liberdade nenhuma, daí demorar muito para ter prazer.”

c) A palavra do homem

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

“A estrutura do sistema capitalista também não está do nosso lado. O trabalho noturno e as horas extras nos deixam tão exaustos, no fim do dia, que nem queremos ouvir falar dos problemas da casa. Além disso, quase sempre surgem problemas de ordem sexual. As esposas reclamam, e com razão”.

“Quando casei, pela educação que recebi, era só chegar lá, subir em cima meter bronca e acabou. A própria companheira começou a travar uma intensa luta, dizendo assim também não dá, meu chapa, eu também que entrar nesse processo, aí tive que mudar”.

“Qual de nos conhece a curva de prazer da mulher?” “Precisamos impulsionar ao máximo sua libertação. Tem que ter carinho, dialogar sobre os problemas sexuais. A gente vive dentro de uma sociedade machista e impõe à mulher esse comportamento. Vamos fazer um chamado público contra toda a exploração sexual da mulher, que é objeto de gozo, mercadoria para a TV, o cinema, a publicidade. Vamos chamar todos os jornalistas e artistas para colaborarem nesta campanha.”

“Dentro do sistema capitalista, o que importa é o vigor, a posse e o poder. Para que? Para consumir. A mulher entra apenas como mais um objeto de consumo.”

“Há gente da oposição falando de libertar o proletariado e se esquecendo de libertar em suas relações pessoais: são oprimidos e estão oprimindo também.”

7 – A Violência Contra a Mulher

Mulher, pobre mulher

Qual dentre vos foi a primeira a consentir que o homem egoísta vos lançasse a canga ao pescoço, as algemas às mãos e a péia aos pés?

Eis aki a vossa geração: mães desgraçadas, esposas humilhadas, solteironas martirizadas, meretrizes tripudiadas
(Ercília Nogueira Cobra, *Virgindade inútil*, 1927, p. 54)

Mas estamos aqui hoje para falar desta violência Impune que se volta exclusivamente contra a mulher. Ela é sempre “de alguém”: do pai, do marido ou do patrão. E todos acham natural que ela obedeça e se submeta. Se não o fizer, merece punição. É essa relação de posse do homem sobre a mulher que faz com que o espancamento e o estupro de uma mulher não provoque maior indignação; que sua morte seria justificada porque teria “manchado” o nome do marido. Nós, mulheres, protestamos contra essa situação. Não queremos ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio. E agora, juntas, falemos:

QUEM AMA NÃO MATA!!!

**MULHER NÃO É PROPRIEDADE NEM DO PAI,
NEM DE MARIDO, NEM DE PATRÃO:**

**CONTRA TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA À MULHER!**

(Carta Aberta a População, manifestação feminista contra a violência, São Paulo, 3/10/80)

Os preparativos para o 2º Congresso da Mulher Paulista em 1980

A história do 2º Congresso pode ser contada de várias maneiras e, entre os inúmeros episódios que poderiam ser escolhidos para dar início a esta reconstituição histórica, a entrada em cena das lésbicas

organizadas em uma tendência feminista, parece-me o índice mais significativo da diversidade que o movimento de mulheres estava apresentando em São Paulo. As feministas paulistas mantinham contatos solidários, mas muito esporádicos com homossexuais ligados ao jornal *Lampião* e ao grupo *Somos*, mas as relações com as homossexuais só começaram a se aprofundar no episódio do estupro sofrido por Marisa Nunes em novembro de 1979. Ela pertencia ao grupo *Somos* e sua decisão de denunciar o culpado propiciou um movimento conjunto de denúncias contra a violência sexual.

Como nesta ocasião já estavam ocorrendo as reuniões da Coordenação para a preparação do 2º Congresso, o Nós Mulheres convidou as feministas lésbicas para participarem destas discussões. A entrada em cena da Ação Lésbica Feminista provocou um certo rebuliço: estávamos em dezembro, quando a Coordenação ainda podia se reunir em locais pequenos (um mês depois, as reuniões passaram a contar com mais de uma centena de participantes) e se realizavam na sede do Centro da mulher. As cadeiras estavam dispostas em círculo; havia um certo “formalismo-manobrismo” no ar, com duas personagens autoritárias dirigindo a sessão. As feministas lésbicas chegaram em um pequeno grupo – jovens e vestidas com simplicidade - que passaria despercebido se não fosse o processo de identificação obrigatório. Aí, quando se tratou de enunciar o grupo de origem houve um visível espanto: Lesbos o que? Afinal de contas, a última apresentação tinha sido de uma participante do sindicato das químicas...

Ao final da reunião uma das “dirigentes” (que presidira a sessão) veio sondar as representantes do Nós Mulheres: o que achávamos da participação dos Lesbos? Ela acreditava que as mulheres da periferia ficariam contra e, por esta razão, também se opunha. Indignadas respondemos que a participação das lésbicas era para nos uma questão de princípios e que os incomodados que se manifestassem aberta e declaradamente. Marcou-se, então, uma reunião extra (entre os grupos feministas) para a discussão da questão. As lésbicas foram informadas

e acreditando se tratar de um encontro para explicações aparecerem em massa. Frente a candura desta posição as feministas que não viam com simpatia a entrada da Ação Lésbica na Coordenação ficaram na difícil situação de ter de cara-a-cara justificar porque excluí-las da organização do Congresso. Ao final da reunião, portanto, mais uma entidade participava da Coordenação. E, ao que se sabe, sua entrada não provocou a reação negativa das “massas da periferia” às quais as “lideranças” conservadoras sempre atribuem, em óbvio processo de transferência, seus próprios medos e fantasmas.

Superada esta questão, o ponto de divergência mais importante permaneceu sendo o temário. As feministas eram de opinião que o Congresso deveria ter um tema central – a violência – com seus desdobramentos (a violência dentro da família; nas ruas; no local de trabalho), de forma a permitir uma reflexão/discussão mais aprofundada. Os “capitães” e algumas representantes de entidade de periferia estavam em desacordo. A cada reunião, novos grupos e novas propostas iam sendo colocadas e no momento que a Coordenação passou a se reunir na Frente Nacional do Trabalho, com o horário rígido obrigatório (por causa do fechamento do prédio) das 20 às 22 horas, o Congresso passou a ser “administrado”, vale dizer, os expedientes organizativos, do tipo de “levantamento de fundos”, “local”, “ônibus”, “creches”, etc. tornaram-se predominantes e as discussões de caráter político - o que pretendíamos com o Congresso, que propostas levar, etc. – foram soterradas pelas atribuições e cobranças de tarefas.

No entanto, o material mais significativo, do ponto de vista da realidade da organização do Congresso, concerne aos critérios de participação na Coordenação, estabelecidos pela necessidade de se cobrir o “inchaço” político representado por pessoas que se afirmavam “representantes do clube de mães de tororó” ou da “oposição sindical da Telesp”.

1. Participam da Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista todas as entidades ou grupos organizados que tenham trabalho com mulheres ou em fase de organização. Entende-se por fase de organização um grupo já constituído, empenhando esforços para a organização das mulheres. Entretanto, seria importante contar com a participação de todas as pessoas interessadas na liberação da mulher em todas as comissões de trabalho.
2. O critério preferencial de decisão é por consenso e, em último caso, votação.
3. Cada entidade terá direito a um voto.
4. As representantes das entidades nas reuniões da Coordenação serão de, no máximo, três pessoas, com direito a voz.
5. As representantes dos Movimentos “Carestia”, “Creches” também seguem os critérios anteriores enquanto movimentos unitários e não por zona. Este critério também se aplica a Frente Nacional do Trabalho, Ação Católica Operária e Associação das Donas de Casa.
6. Não há número de participantes nas comissões de trabalho de infraestrutura, tanto por entidade como individualmente.
7. A participação de entidades na Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista foi fechada no dia 31 de janeiro de 1980. Outras entidades que queriam participar poderão engrossar as comissões de trabalho.
8. Todas as entidades que participam da Coordenação devem, necessariamente, participar das comissões de infraestrutura.

As feministas paulistas sabiam de antemão que o 2º Congresso deveria reunir mais de duas mil mulheres o que explica, inclusive, a escolha de um local grande, como a Universidade Católica. E as expectativas, nas duas semanas anteriores, com reuniões da Coordenação que poderiam chegar a duzentas mulheres, aumentaram ainda mais quando a questão passou também a ser tratada pela imprensa, rádio e televisão. Discussões sobre temas do feminismo foram realizadas nas universidades e um enorme trabalho de coleta

de fundos (shows e festas) também contribuíram para a rápida mobilização em torno do Congresso.

O 2º Congresso da Mulher Paulista

A chegada à rua Monte Alegre, na manhã do dia 8 de março, causava um forte impacto: centenas de pessoas nas ruas próximas; dezenas de militantes das diferentes correntes da esquerda apregoando seus jornais; bancas distribuindo material, vendendo posters e coisas no estilo; ônibus apinhados de mulheres e crianças vindas dos pontos mais longes da cidade e do subúrbio; feministas com braçadeiras identificando seus nomes, grupos e funções; uma enorme fila para as creches (que atenderam mais de 900 crianças) e uma algazarra de dia de festa. Ver mulheres de todas as idades e classes sociais entrando nas salas para participar das primeiras comemorações, que incluíam peças teatrais, apoiadas por homens que se encarregavam das creches e auxiliavam no serviço da infraestrutura, já era uma comprovação da vontade e disposição de discutir a questão feminina. Pois, apesar do lanche e da condução garantida para as mulheres da periferia o desconforto da participação era enorme dada a precariedade de recursos.

A ampla participação – e a importância em termos políticos da reunião estavam garantidas: o 2º Congresso passaria para a história, mas a clara tensão no ar indicava que as razões pelas quais ele ganharia tanta notoriedade talvez não fossem as mesmas que a chegada à Universidade Católica pareciam indicar, naquele matutino sábado. Acontecimentos anteriores explicavam alguns incidentes iniciais, como a agressividade dos representantes da “Hora do Povo” contra as feministas que pediam que não colocassem cartazes pois tínhamos nos comprometido a não permitir propaganda política dentro do recinto do Teatro da Universidade Católica (Tuca), onde se realizavam as assembleias gerais. De fato, as correntes políticas contrárias à

organização específica da mulher – perfeitamente identificados como os partidários da “Hora do Povo” e setores majoritários do dividido Partido Comunista Brasileiro – já tinham manifestado suas intenções de impor pela força uma resolução “feminina” para o encerramento. Em outras palavras, mascarada de diversas maneiras (desde a questão da discussão do temário até o rápido inchaço sofrido pela Coordenação, tomada de assalto por grupos que se diziam representar x ou y trabalhos dos quais ninguém ouvira falar e sem que houvessem condições de apurarmos sua veracidade) as contradições entre feministas e antifeministas estourariam no 2º Congresso quando os confrontos foram diretos.

Neste sentido, é interessante seguir a cobertura realizada pela imprensa, especialmente a alternativa, para detalhamento dos incidentes. Já no dia 28 de fevereiro, por ocasião de uma entrevista coletiva, o clima era tenso o suficiente para que *Em Tempo* (nº 101, 6 a 19 de março de 80) comentasse, sob o título “Nos bastidores a luta pelo poder”, que a “Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista não poderia ter imaginado que a tal entrevista viria “a se transformar num campo de batalha” e que “das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo. Os jornalistas presentes se perguntavam se a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou com o estrelato que lhes acenaria a aparição num noticiário no vídeo”.

Além do lamentável e grotesco espetáculo de “líderes” acotovelando-se para aparecer na televisão, existiam razões um pouco menos personalistas para o individualismo de cada entidade. Em outras palavras, a unidade da Coordenação estava mais do que comprometida pela divergência de fundo quanto ao caráter do 2º Congresso: feminista e tirando a resolução do estímulo à organização específica das mulheres, ou então antifeminista, negando

tal necessidade - à qual se sobrepunha a vaidade pessoal de mulheres ansiosas pelo reconhecimento público que aparentemente lhes garantia aparecer na T. V. Neste sentido, é precisa a análise de Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo no *Em Tempo* (nº 101):

De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: o Congresso será feminista ou feminino. Se feminista, a preocupação maior e a discussão dos problemas específicos da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância, nestas lutas, as faça esquecer de sua condição de mulher, conseqüentemente oprimidas duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe. Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc.) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminina não é importante diante da luta de toda a sociedade.

As divergências, na verdade, alcançavam níveis ainda mais profundos pois tratava-se, também, da direção do movimento de mulheres. Todas as tendências políticas tinham interesse na manutenção da Coordenação, desde que a linha de atuação fosse a sua. O que explica que militantes da Hora do Povo, através de algumas entidades (reais ou fantasmas) que dominavam, estivessem super representados na Coordenação – órgão unitário e autônomo do movimento de mulheres – para tentar impor uma linha política antifeminista, vale dizer: as mulheres devem se organizar mas exclusivamente nos organismos mistos, como os partidos e sindicatos. Se esta era a posição da Hora do Povo, outras correntes, também lutando pelo poder dentro da Coordenação, defendiam a autonomia do movimento de mulheres. E esta acirrada disputa – que chegou a lances de violência física – demonstra a dificuldade da esquerda, ao menos de ponderável setor da esquerda brasileira, em respeitar o espaço político do movimento de massas, ao mesmo tempo que

indica a importância assumida pelo movimento de mulheres do ponto de vista das tendências políticas organizadas.

A importância concedida por todas as tendências políticas organizadas – dentro do amplo espectro na esquerda – também pode ser avaliada pela ampla distribuição de material e seu conteúdo diferenciado. Assim, enquanto “Mulheres Militantes do PT” assinavam um documento que apoiava 2º Congresso, afirmando, ademais, que “o movimento de mulheres como um todo não deve se filiar a nenhum partido mas ser um movimento independente e unitário para todos aqueles que se disponham a levar, suas bandeiras de luta” a Unidade Sindical, dentro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, justificava sua adesão ao Congresso nos seguintes termos:

No Brasil de hoje, a mulher ocupa um lugar cada vez mais destacado na vida econômica e organiza-se em entidades de bairro, começa a construir departamentos femininos nos sindicatos, participa dos movimentos culturais e políticos afirmando sua condição de ativa participante na transformação da sociedade. Hoje, mais do que em qualquer época anterior, fica claro que sem a participação das mulheres não se conquistará uma sociedade mais justa e humana.

A diferença é visível para quem já se acostumou a ler nas entrelinhas: para a Unidade Sindical a “ativa participação” da mulher deve se resumir a reforçar os homens, e sua perspectiva, na luta política e sindical. É como se o espaço de atuação da mulher já existisse aquele que o homem domina. Nega-se, então, a perspectiva feminina que distingue suas reivindicações das dos homens. As mulheres, em geral queixam-se do desrespeito masculino, que vai das passadas de mão à cantada declarada, nos locais de trabalho: eis um pequeno exemplo da contradição de perspectivas. Quando não existe contradição temos diferenciação: as mulheres ganham menos do que os homens pelas mesmas tarefas mais tal fato é encoberto por uma série de estratégias que elas, enquanto principais interessadas estão denunciando. É claro que seus companheiros

de trabalho as apoiam genericamente falando. Mas, na prática, no entanto, as pequenas conquistas femininas foram fruto de sua luta específica.

Todas estas questões estavam no ar, nos momentos da inscrição para a participação no 2º Congresso. As quatro mil mulheres poderiam, em princípio, optar por um dos temas das discussões – a discriminação da mulher: 1) enquanto mulher; 2) enquanto mãe; 3) enquanto dona-de-casa; 4) enquanto trabalhadora. As “lideranças” preocupadas em demonstrar a maior relevância dos seu tema tentaram impor sua escolha para as “lideradas”. Neste sentido, as mulheres que tinham sido convidadas (ou participavam) através dos clubes de mães eram conduzidas a optar pelo tema “enquanto mãe”; as operárias deveriam permanecer discutindo o tema 4) e assim por diante. Tal prática, na verdade, não só era autoritária e impositiva como também contraproducente. As mulheres que lá compareceram, afinal, tinham sido convocadas por um documento que perguntava: Quantas mulheres você é? Uma mulher que trabalha fora... Outra que cuida de casa... Uma mulher que é mãe... Outra que é esposa. Uma que se conforma... Outra que se revolta... Vamos juntar os pedaços, mulher? Ou seja, quando a proposta era juntar os pedaços não fazia sentido dividir as mulheres entre “profissões” e temas.

Na verdade, tal procedimento terminou sendo desmascarado pelas mulheres “lideradas” que diziam: “vou mudar de grupo, discutir sobre mãe já estou cansada, quero e falar da relação homem-mulher”. E, no final das contas, tal como tinha sido previsto pelas feministas, “a discriminação da mulher enquanto mulher”, incluindo questões sobre educação sexual, sexualidade, violência sexual e outros no gênero constituiu o tema de maior interesse e participação.

Assim, a enorme disposição em participar efetivamente de seu congresso levou com que as mulheres repudiassem as pretensões hegemônicas de representantes do jornal “Hora do Povo” e congêneres que, diga-se de passagem, haviam tomado a força

crachás de coordenadoras de grupo, cujo poder era grande por serem as responsáveis pela transmissão das resoluções chegadas. O fato das coordenadoras terem sido escolhidas de antemão, na base de um rateio entre as entidades organizadoras do 2º Congresso, já era um antecedente antidemocrático pois elas, legitimamente, deveriam ser da escolha de cada subgrupo, como acontecera no 1º Congresso. Ora, o roubo de crachás e as duplicatas de coordenadoras (causando cenas ridículas) terminaram por desmoralizar ainda mais a atuação da tendência antifeminista. Mas, no dia seguinte, em que as discussões se dariam em torno das questões mais polêmicas, ou seja, em torno do caráter do movimento de mulheres, a violência terminou imperando, com cenas de pugilato entre as diversas tendências em pugna no plenário (principalmente a que opunha membro da Convergência Socialista a outros do Movimento Revolucionário MR8, dada a atuação deste último no movimento sindical). Sob o título de “Começa a Pancadaria”, o jornal *Movimento* (nº 246, 17 a 23/3/80) assim descreve os incidentes:

As propostas e reivindicações desses grupos de discussão reunidas em quatro relatórios finais sobre cada um dos temas, foram lidas no domingo pela manhã, quando começou o tumulto. Nair, uma participante, subiu ao palco e pediu a palavra, em nome do grupo D, que discutia a questão da mulher como trabalhadora assalariada. Uma outra questionou sua legitimidade como coordenadora e as vaias começaram. Aos gritos de “fura greve” e “pelega” dirigidos para Nair (segundo suas conhecidas, já foi de oposição mas hoje e ligada à atual diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) começaram os tapas e empurrões nas primeiras filas, envolvendo muita gente.

Um grupo de mulheres tentou separar mas acabou, apanhando. Um outro grupo formou barreira de segurança para impedir que mais gente brigasse, mas foi furado por cotoveladas nos seios, dadas por valentes rapazes, identificados como pertencentes ao grupo minoritário e antifeminista do PMDB, embora, contraditoriamente, seja esse o único partido que possui um departamento feminino, devidamente inscrito no congresso.

Algumas feministas, olhando de cima do palco do TUCA o pandemônio em que se transformara a assembleia geral do 2º Congresso, não tiveram outra reação senão chorar. Em seguida, convocaram uma reunião de urgência, decididas a abandonar o segundo Congresso, declarando em alto e bom som as razões de sua decisão. Nós Mulheres, Brasil Mulher, Associação de Mulheres, Grupo 8 de Março, Centro da Mulher, Pró Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Ação Lésbico Feminista, Associação das Donas-de-Casa, feministas de Campinas foram os grupos que se reuniram para discutir esta proposta. Terminou vencendo a resolução de se escrever um documento, a ser lido no encerramento, em que se avaliava o comportamento da tendência antifeminista.

Os fatos vieram a demonstrar que esta atitude foi a mais criteriosa: assumindo sua identidade enquanto feministas estes grupos demonstraram contar com o apoio da esmagadora maioria do Congresso. E se este, no seu final, encerrou-se em meio a brigas, sendo impossível votar qualquer resolução, o documento assinado pelas feministas e endossado por quase todas as entidades pertencentes a Coordenação foi o claro aviso de que estava terminado o período da unidade a qualquer preço.

Desdobramentos do 2º Congresso: O encontro em Valinhos

Uns acentuam o significado positivo de um congresso dessa amplitude. Dizem que a unidade é fundamental para derrubar as forças inimigas. Parece haver um otimismo atávico nos militantes. Algo com que se nutrem. Tudo bem, mas o que ficou provado nesse congresso é que essa unidade pode ser facilmente desfeita, porque ainda não tem bases muito sólidas. Claro, e fantástico poder reunir tanta mulher para falarmos de nós mesmas. Mas será que foi isso mesmo que aconteceu? A interferência de grupos externos (organizações e partidos políticos) foi a causa de todo o tumulto. É quase impossível convencer os militantes desses grupos da imperiosa necessidade de autonomia do movimento de mulheres. Eles estarão

sempre ali, obstinados, tentando conquistar espaço, falando fora de hora. Quanto mais crescer o movimento de mulheres, mais correrá o risco de infiltrações. O jeito é nos defendermos. Isso significa conter a invasão, impedi-la. O único meio é que haja uma força vinda do próprio movimento de mulheres que, pela sua abrangência e atualidade, se sobreponha às outras. Mas esse movimento parece mais preocupado com a unidade – formal – do que com o conteúdo em torno do qual se unem as mulheres (Cynthia Sarti; *Lampião* n. 23).

As feministas reuniram-se, dias depois, para fazer o balanço do II Congresso e discutir perspectivas de atuação frente aos acontecimentos. Cerca de cinquenta mulheres, dos grupos já citados, fizeram a crítica mais ou menos radical da atuação daquelas forças políticas e dispuseram-se a dar continuidade as reuniões mistas com o intuito de fortalecer a unidade entre grupos feministas. Ao mesmo tempo, marcaram para junho um encontro de feministas, que deveria ser realizado dentro da maior discrição, no sentido de evitar a repetição dos problemas vividos no 2º Congresso.

Para as 120 mulheres que, durante todo um fim-de-semana, de junho, estiveram discutindo, falando de si mesmas, comendo, dormindo, cantando e dançando juntas o Encontro de Valinhos será sempre uma lembrança inesquecível. Num convento, com freiras do velho estilo do hábito, momentos de verdade e liberdade foram vividos. Foi este encontro, diga-se de passagem, que criou um base positiva para o trabalho unitário à seguir. Pois as tais reuniões mistas para discussão só estavam servindo de palco para acerto de conta e reprodução de sectarismo entre as próprias feministas. Era necessário um outro espaço - este, dos pequenos grupos de reflexão, - para que a solidariedade se fizesse a partir de laços mais sólidos.

A discussão do temário sobre os principais impasses e saídas para o movimento feminista permitiu que se estabelecesse um acordo geral quanto a importância de traçarmos alguns objetivos concretos para o trabalho conjunto. Houve o reconhecimento geral da fragilidade dos grupos e da necessidade de somarem-se esforços em

torno do planejamento familiar, da luta por uma imprensa feminista e da criação de um órgão de defesa da mulher vítima de violência sexual. Assim, nasceu o SOS MULHER que inauguraria uma nova concepção de trabalho feminista, ao diluir a hierarquia dos grupos em plantões compostos por voluntárias das mais diversas origens sociais e políticas.

Enquanto isto, a Coordenação continuava a se reunir, tendo decidido pela expulsão das entidades responsáveis pelos incidentes do 2º Congresso, “Foi aprovado ainda a elaboração de uma carta para ser enviada a Comissão Pró Departamento Feminino do PMPB, Diretório do PMDB de Vila São José, Diretório do PMDB do Barro Branco, Departamento Feminino do DCE-livre da USP e Comissão Pró Departamento feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comunicando a expulsão de suas representantes na Coordenação do Congresso da Mulher Paulista, devendo as entidades Indicarem suas substitutas” (*Movimento* n° 246).

A crise detonada pelos incidentes do II Congresso não se limitou, evidentemente, à expulsão de algumas mulheres e à lua-de-mel de Valinhos. Acostumadas a fortalecer e prestar apoio decidido a todas as iniciativas da esquerda as feministas, no momento que definiam seus objetivos prioritários, viram-se sozinhas no esforço de sua concretização. Verdade é que contavam com o apoio de mulheres saídas do movimento de massa, como a Associação das Donas-de-Casa, algumas operárias e clubes de mães. Ao mesmo tempo, o crescimento do feminismo como força política abrangia outras mulheres, setores sociais e espaços de atuação além dos criados na fase pioneira, de metade da década dos 70.

A amplitude tomada pela questão feminina, legitimando e dando respeitabilidade ao tema mulher, enquanto objeto de estudo e sujeito de ação, tornou mais fácil as adesões: de repente tornou-se moda o “assumir seu lado feminino”, entre homens de vanguarda principalmente, e declarar-se feministas para mulheres até então afastadas de quaisquer lutas pela igualdade de direitos.

Os meios de comunicação de massa absorveram rapidamente as mudanças sociais, criando programas na televisão, rádio e imprensa. As revistas femininas também sofreram o impacto da atuação feminista, passando a introduzir novos temas e abordagens, sobre o sexo, o aborto e outros itens até então proscritos. Novos grupos se criaram; mais pessoas passaram a se sensibilizar com a questão e, ao menos do ponto de vista extensivo, o feminismo tornou-se assunto corrente entre pessoas familiarizadas com os temas da atualidade. Os partidos políticos em rearticulação, à exclusão do partido do governo, introduziram em seus programas alguma referência a esta questão; alguns organizando no seu interior diretórios femininos ou comissões de mulheres. Os encontros dos intelectuais acadêmicos do país, das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – aos encontros anuais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais demonstraram que não existe ciência social neutra e que o questionamento dos valores dominantes supõe a crítica de todas as formas de manifestação da hierarquia baseada na opressão de um setor classe, sexo ou raça.

Em síntese, o 2º Congresso tornou-se principalmente o marco de passagem do feminismo dos pequenos grupos, do período 1975/80 para o feminismo como movimento social mais amplo a partir de 1980. O crescimento rápido provocou problemas novos pois o discurso e prática dos oprimidos tem de se diferenciar do discurso e da prática dos opressores. As mulheres não se organizaram, em seus primeiros grupos, somente para descobrir e denunciar sua opressão: elas têm um programa, que envolve a proposta de novas relações entre homens e mulheres, no quadro de uma sociedade em que não exista a propriedade privada dos meios de produção. E o feminismo avançou na própria medida em que foi capaz de transformar nossa concepção de mundo ao mesmo tempo em que nos ensinava a conviver diferentemente com outras mulheres; a fazer política de maneira nova; a entender as diversas ramificações da luta pelo poder e, de maneira geral, a combater o

autoritarismo. Este foi um processo lento que justamente impede otimismo exagerados frente à novas adesões e ao próprio interesse que as forças políticas agora demonstram em relação ao movimento de mulheres. Ao mesmo tempo, só “caindo na vida” o feminismo poderia amadurecer e frutificar, escapando à sina de reduzir-se simplesmente em mais uma seita.

8 – Cronologia dos congressos e encontros dos movimentos de mulher

Situando os fatos em seus contextos

O Ano Internacional da Mulher de 1975 facilitou não somente a criação de grupos e agremiações, como também favoreceu o encontro daqueles grupos de mulheres que viviam na periferia, especialmente sob a proteção (e interferências) da Igreja Católica com os nascentes grupos de mulheres das classes médias e intelectuais. O grupo Nós Mulheres formou-se a partir deste espaço aberto com o compromisso oficial da ditadura militar em respeitar uma comemoração da ONU. O primeiro número do jornal foi fruto de intensas discussões e serviu como suporte para a institucionalização do grupo com o fim de obter financiamento internacional para nossos projetos de “conscientização da mulher”.

Dada a repressão explícita e o terrorismo utilizado contra os oponentes, era preciso muita coragem e determinação para seguir em diante. Eu mesma, quando colaborava como jornalista do Movimento, fui vítima de cartas de ameaça da AAB (Associação Anticomunista Brasileira) endereçada à economista Maria Moraes, na redação do jornal. Razão pela qual durante algum tempo não assinei com meu nome matérias na imprensa alternativa.

Mas o processo de reorganização da esquerda e da oposição democrática em geral crescia inexoravelmente : em 1977, a PUC SP sediou dois importantes encontros, não obstante a repressão militar e em 1978 foi possível organizar o primeiro congresso dos grupos femininos e feministas.

Nadir Gouvea Kfourri e a PUC-SP como espaço de liberdade: 1977



Arquivo Pessoal

Nadir Kfourri, reitora da PUC. Foto histórica do acervo familiar. Nadir Kfourri, minha tia, foi escolhida pelo então cardeal Paulo Arns, um paladino dos direitos humanos, para ser a primeira

reitora da PUC, em 1976. É um momento solene e atrás, de cabeça inclinada, está sua irmã Lygia. Nadir transformou a PUC no espaço universitário de vanguarda, aberto para as reuniões de intelectuais e de estudantes, ao mesmo tempo que conseguiu democratizar as rígidas estruturas de uma universidade católica. Feminista sem alardes, ela criou imediatamente uma creche para as crianças das funcionárias e estudantes da PUC. Democratizou os órgão de poder da instituição e conseguiu instaurar eleições para o cargo de reitor, com a participação de professores, funcionários e estudantes. Foi eleita por quase 8 mil votos em 1980.

Na sua gestão a PUC acolheu docentes demitidos das universidades públicas como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Maurício Tragtenberg (Ciências Sociais), Paulo Freire (Educação), José Arthur Gianotti e Bento Prado Jr. (Filosofia) e Paul Singer (Economia).

Reunião da SBPC na PUC

Também na sua gestão a PUC abriu suas salas, de 6 e 13 de julho de 1977, para a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que tinha sido proibida pela ditadura e que nenhuma universidade pública aceitou sediar. A sociedade (inclusive a não acadêmica) se mobilizou para que o evento ocorresse, opondo-se à atitude da ditadura.

Foi nessa reunião da SBPC que as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas organizaram debates sobre o tema da mulher.



Jornal da PUC

A reorganização do movimento estudantil



Jornal da PUC

No dia 22 de setembro de 1977, por volta das 21h, alunos faziam um ato público na porta do Tuca para celebrar a realização do 3º Encontro Nacional de Estudantes, proibido pela ditadura. Este encontro fazia parte do processo de reorganização do movimento estudantil e da União Nacional dos Estudantes (UNE), colocados na clandestinidade. “Naquela hora, tropas da Polícia Militar – chefiadas pessoalmente pelo coronel Erasmo Dias, então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo – chegaram ao local. Os policiais atiraram bombas sobre os manifestantes e entraram no campus, prendendo membros da comunidade. Na operação dentro da PUC-SP, foram utilizadas bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral. Além da violência inerente ao ato, inúmeros danos materiais foram causados à Instituição.”

Avisada da invasão, Nadir Kfoury foi imediatamente para a PUC. Quando chegou, o general Erasmo Dias estendeu a mão para cumprimentá-la. Minha tia, indignada, virou-lhe as costas ao mesmo tempo em que dizia “Não dou a mão a assassinos.” Cerca de 900 estudantes foram presos, 25 estudantes estavam feridos, três com fortes queimaduras.

A luta pela anistia

O Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1976, foi um primeiro e fundamental passo na organização da luta pela revogação das leis de exceção, retorno dos exilados e liberdade para os presos políticos. Em fevereiro de 1978 foi formado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia que congregou esforços de diversas entidades e personalidades contra o regime de exceção. Na luta pelos direitos humanos, a ênfase dada foi à luta pela anistia, à luta contra as perseguições políticas, as prisões e as torturas. O Comitê lutou

pela extinção das leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, e pelo dismantelamento dos órgãos e aparelhos de repressão, como o DOPS e a polícia política.

Os grupos Nós Mulheres e Brasil Mulher (que tinha sido nos seus primeiros números um jornal do Movimento Feminino pela Anistia) apoiaram e divulgaram a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita



A comemoração do 8 de março de 1978:

O primeiro ato público de comemoração do Ano Internacional da Mulher, em São Paulo, foi realizado na Câmara Municipal, no dia 08 de março de 1978. O convite era realizado em nome dos “grupos femininos de São Paulo” e assinado pela “Comissão” (representantes dos grupos femininos e feministas responsáveis pela organização). Afinal, a ditadura ainda exercia seus poderes arbitrários, os sequestros de militantes continuava transformando cada ato público num momento de risco.

**convite**

**os grupos femininos de são paulo
convidam para o ato de
comemoração do
dia internacional da mulher,
8 de março de 1978, às 20 horas,
na camara municipal de são paulo
viaduto jacarei - centro
a comissão**

As eleições de 1978 para a Câmara e o Congresso

As eleições de 1978, não obstante todas as restrições impostas pela ditadura militar, propiciaram muitos encontros e discussões entre aquelas e aqueles que tinham como bandeira comum o

retorno das “liberdades democráticas”. O grupo Nós Mulheres era intransigente com respeito à autonomia do movimento de mulheres. Nesse sentido, defendia a participação partidária mas não se filiava a nenhuma corrente. Já nas eleições de 1974, que o MDB teve expressiva votação, as correntes de esquerda decidiram participar das eleições com a bandeira do “voto programa”. Quando voltei ao Brasil, no ano seguinte, já conhecia o deputado federal Airton Soares, eleito pelo “voto programa” que aceitou defender o programa das feministas (exceto a descriminalização do aborto). Sua propaganda tem a bela foto da greve vitoriosa das trabalhadoras do setor de vestuário (no caso, De Millus) contra as revistas físicas a que eram submetidas sob alegação de que poderiam estar levando escondido um sutiã.

Contra a opinião de muitas feministas, os clandestinos partidos comunistas atacavam quaisquer programas de prevenção da gravidez, com o argumento de que “estão querendo acabar com os pobres”. Assim, o fim de um desses programas acabou sendo introduzido entre nossas reivindicações. Só posso concluir que não é fácil o trabalho em frente e que talvez as feministas tenham cedido de mais, em nome das alianças com outros grupos organizados de mulheres.

Pela maior participação da mulher na vida política e social

Airton Soares
Deputado Federal MDB 336
Marco Aurélio Ribeiro
Deputado Estadual MDB 1517



O Primeiro Congresso da Mulher Paulista, de março de 1979

O movimento de mulheres, e principalmente os movimentos feministas consolidaram sua presença na vida política do país, especialmente em São Paulo. A decisão da ONU de transformar 1975/85 na Década da Mulher colaborou para o fortalecimento também do feminismo na academia. Em 1978 a Fundação Ford financiou o primeiro concurso de pesquisa sobre a mulheres, fortalecendo as pesquisadoras da área. o movimento de mulheres tinha crescido tanto que tivemos de nos reunir no Teatro Ruth Escobar, sede desse e de outros importantes debates e encontros da oposição à ditadura. Esse foi, na verdade, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, que terminou com uma proposta unitária de 3 prioridades de luta: 1. Lutar pelo princípio de igual salario para igual trabalho, dadas as diferenças salariais entre homens e mulheres; 2. Exigir um plano nacional de saúde da mulher e 3. Lutar pelas creches. O manifesto pelas creches conta com centenas de assinaturas de grupos de mulheres da periferia, dos sindicatos, das jornalistas, etc.

Foto *Movimento*

MOVIMENTO DE LUTA PELA CRECHE

Estamos aqui, no dia Internacional do Trabalho, como mulheres trabalhadoras. Trabalhadoras um pouco diferentes dos outros, e queremos explicar porque.

Somos diferentes, em primeiro lugar, porque não nos reconhecem como trabalhadoras, quando trabalhamos em casa 24 horas por dia para criar condições para todos descansarem e trabalharem. Não reconhecem, mas o nosso trabalho dá mais lucro que vai direto para o bolso do patrão.

Somos diferentes porque quando trabalhamos também fora, acumulamos os dois serviços - em casa e na fábrica. E sempre nos pagam menos pelo trabalho que fazemos. Trabalhamos mais e ganhamos menos.

Mas estamos aqui não para nos lamentar. Estamos aqui para dizer que viemos como mulheres se organizando para lutar pelos nossos direitos - direitos estes que interessam a todos os trabalhadores.

Nós, mulheres, começamos a lutar por nossos direitos a muito tempo - desde 1879, quando, no dia 8 de março 129 operárias texteis americanas morreram queimadas na fábrica por lutar pela redução da jornada de trabalho e por equiparação salarial.

Neste ano de 1979 comemoramos a data fazendo o 19 Congresso da Mulher Paulista. Nele, levantamos nossas principais reivindicações. E viemos aqui para colocá-las a vocês.

A nossa primeira reivindicação é por CRECHE. A mulher é que mais sente o problema. Isto todo mundo vê. Se bem que os filhos, como não são só filhos da mãe, interessam a toda a sociedade. A sociedade é que deve criar condições para que estes trabalhadores de amanhã possam se desenvolver em boas condições de saúde e de formação.

Por isto, começamos o MOVIMENTO DA LUTA PELA CRECHE, para a qual convidamos todos vocês a lutarem

Precisamos lutar pelas creches em nossos sindicatos, em todos os bairros, juntos e fortes. Porque é um direito nosso que ninguém pode nos tirar.

Queremos creches por período integral, inteiramente, financiadas pelo Estado e pelas empresas, perto dos locais de trabalho e de moradia, com nossa participação na orientação dada às crianças e com boas condições para o seu desenvolvimento - não aceitamos depósito de crianças.

Mas nossa luta não para aí. A mulher que trabalha fora sabe que é a primeira a ser despedida quando a situação aperta e é sempre readmitida com salário mais baixo.

Isto rebaixa o salário de todos os trabalhadores. Por isto devemos nos unir todos e lutar em nossas entidades de classe por um SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL, e , que seja um salário decente e não de fome.

Queremos também que todos tenham iguais oportunidades de formação profissional e de emprego. E de boas condições de trabalho.

Iste vai muito mais no sentido de uma jornada de trabalho mais curta para todos, para que tenha emprego para todo mundo. E durante o dia, que a noite foi feita para homens e mulheres dormir.

Estamos aqui para dar o nosso apoio concreto a esta manifestação de 19 de Maio.

Anistia, comemorações e as festas do Nós Mulheres

O grupo Nós Mulheres era conhecido por suas festas de arromba. Arrecadar fundos mas também divertir-se muito. No ano de 1979 a comemoração foi sensacional. Alegria pelo retorno dos e das exiladas assim como pela libertação dos ainda numerosos presos e presas políticas. Aquele verão ganhou o apodo de verão da abertura. Muita gente participou da organização e da divulgação. Resolvemos fazer uma festa-quermesse no sentido de que começaria no final da tarde e não tinha hora para acabar.

O GRUPO "NÓS MULHERES" CONVIDA A TODOS E A TODAS
PARA SUA GRANDE FESTA NO "GALPÃO"
DIA 28 DE OUTUBRO A PARTIR DAS 19 HORAS.
RUA PRINCESA IZABEL, 379
BROOKLYN



TESÃO, TESÃO, TESÃO
ABAIXO A REPRRESSÃO!



Arquivo Pessoal

O local era perfeito, permitindo múltiplas atividades. O epicentro era o espaço para dança com a luz estetoscópica. Henfil desenhou um logo para a festa: A Graúna proclamando: Tesão, tesão, tesão. Abaixo a repressão. Espaço amplo que permitiu exibição de filmes, uma peça com Maria Alice Vergueiro, muitas música, muita dança. A foto abaixo foi tirada na manhã da festa e reuniu grande parte do grupo paulista mais feministas vindas do Rio de Janeiro.

O Segundo Congresso: 8 de março de 1980

O TUCA Teatro da Universidade Católica foi cedido pela reitora Nadir Kfourri para abrigar os dois dias do Segundo Congresso. Por um lado, o Congresso foi um sucesso em termos de adesão de mulheres e de cobertura jornalística. Por outro lado, não se pode dizer

que terminou bem, dadas as cenas de violência que se verificaram na plenária final, no TUCA. Frente ao crescente prestígio do movimento de mulheres, grupúsculos que atuavam dentro do MDB (o partido de oposição criado pela ditadura, enquanto que a ARENA era o partido da ditadura), como o auto intitulado MR-8, infiltraram-se no congresso para impor seus pontos de vista estreitos. O congresso foi alvo de ampla cobertura jornalística, sendo que o artigo mais completo foi escrito por Maria Carneiro da Cunha e publicado no *Folha de São Paulo*, em março de 1980. Naquele então o Nós Mulheres já se dividira em dois grupos. O primeiro, que manteve o jornal e o nome, em que militei e um segundo que adotou o nome de Associação de Mulheres e que se propunha principalmente a fazer um trabalho mais relacionado às mulheres da periferia.

A revista *Veja* também dedicou uma edição à questão do feminismo, em 24 de setembro de 1980, e a página que selecionei fala do ex-feminismo de Marília Gabriela e do meu otimismo feminista.



Foto *Movimento*



A ex-feminista Marília Gabriela: "Hoje me sinto igual às outras"

homens, se eles contribuírem. "Nunca me canso de lembrar que à mulher mutilada corresponde necessariamente um homem mutilado."

A apresentadora da Globo Marília Gabriela, 32 anos, responsável pelo programa matinal "TV Mulher", tem a obrigação profissional de captar as vibrações mentais da brasileira para fazer um bom programa todos os dias. Além do know-how de jornalista, Marília Gabriela — dois casamentos, um filho em cada um — viveu pessoalmente alguns dos problemas que suas telespectadoras abordam nas 400 cartas diárias enviadas ao programa. Foi feminista e largou esse estado. "Hoje, eu me sinto mais igual às mulheres, já não me destaco tanto do todo."

ESTUDAR PARA CONHECER — O programa "TV Mulher", no entanto, padece de alguma confusão na área do feminino. Reunindo o audacioso e paternal costureiro Clodovil, professoras de ginástica e aulas práticas de preparação de comida, o programa é influenciado pela salada de conceitos que persegue as mulheres. Ao lado de programação tão conservadora, oferece aulas de educação sexual onde a vontade de quebrar tabus muitas vezes atropela a eficácia dos ensinamentos. Mas, no fim das contas, "TV Mulher" é em si mesmo uma prova de que existe uma mulher especial a quem se deve dirigir mensagens específicas. Com esse programa, a televisão tenta descobrir a mulher.

A mulher brasileira começa a ser descoberta sobretudo porque começa a ser estudada. Empresas produtoras de bens de consumo para as quais ela é uma rainha procuram escapar, sem saber, de generalizações pouco inteligentes como as

que se fizeram no Palácio do Planalto diante dos resultados das eleições de 1974 em São Paulo. Acreditou-se no governo que o emedebista Orestes Quêrcia, alto, atlético e com rosto de galã de western-spaghetti, derrotara o sombrio professor Carvalho Pinto, da Arena, porque parecia bonito. Tolice. Foi necessário um ano para que uma equipe de pesquisadores liderada pelo professor Bolívar Lamounier ensinasse ao país que havia uma correlação direta entre o aumento da força feminina no mercado de trabalho e o aumento dos votos dados à oposição. A mulher das camadas mais baixas da população, que hoje prefere



A feminista Maria: "muito otimista"

um lugar numa fábrica ao fogão de uma patroa que não lhe dá seguro-saúde nem plenos direitos trabalhistas, votou na oposição exatamente pelo motivo oposto ao que o Planalto supunha: votou num candidato com silhueta de artista porque ele combatia um regime que ela, saindo da copa, entendera melhor.

"TRABALHAR PRIMEIRO" — Se alguém se desse ao trabalho de ler programas de partidos, veria que o do PMDB está atento para o fato óbvio de que, no ar, há algo além dos aviões de carreira. Lá está escrito: "O PMDB (...) sustenta as reivindicações das mulheres na divisão do trabalho doméstico". Maria Moraes, feminista pioneira e socióloga da Fundação Carlos Chagas, apresenta essa citação programática como prova de avanço. Uma prova microscópica. Afinal, o PMDB, na composição de suas direções em todo o país, é, como o PDS, um verdadeiro Clube do Bolinha. No entanto, Maria Moraes acredita que até mesmo declarações programáticas são um avanço. "Há cinco anos apenas qualquer reivindicação de melhoria na condição feminina era considerada heresia. Não há como ser pessimista. Há futuro para a mulher."

Espremidas entre uma educação antiquada e os ventos de um feminismo que ainda não entende e mal pratica, a mulher casada brasileira mostra que rompeu um ciclo. Foi educada por sua mãe de forma muito semelhante àquela que já ensinara à avó, no entanto dá à filha conselhos que construirão gerações de mulheres diferentes. Talvez a McCann e toda a bateria de sociólogos das universidades brasileiras estejam diante da última geração de donas-de-casa nas grandes cidades do país e, sobretudo, no Rio e em São Paulo. As velhas expressões "prendas do lar" e "doméstica" já começam a cair em desuso. Elas educam as filhas para serem mulheres, preferencialmente casadas, mas ambiciosamente independentes. "Minha mãe era uma carga do que queriam que ela fosse", diz uma das entrevistadas, enquanto outra acrescenta: "Minha filha tem que estudar para trabalhar. Trabalhar primeiro, acima de tudo". Assim, se algum dia alguém "achar bonito não ter o que comer", como fazia Amélia do samba, elas preferirão que esse estranho costume fique para os homens.

Feminismo

Congresso da mulher,
tumulto até positivo

MARIA CARNEIRO DA CUNHA

Reuniu-se na última quinta-feira, no Instituto de Arquitetos do Brasil, a coordenadoria do 2.º Congresso da Mulher Paulista, com a finalidade de realizar uma avaliação desse encontro, que se desenvolveu em meio a um clima muito poético, mas que alguns consideraram positivo.

Ficou decidido que será redigido um documento contendo as bandeiras principais do congresso, fundamentado nos relatórios de todos os grupos de discussão. Esse documento será enviado a todas as 54 entidades participantes, junto com outro em que serão explicados às bases os motivos do violento tumulto do final.

Fazem parte da comissão de redação, entre outros, Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho; Rita de Lucca, da Associação de Mulheres; Rachel Moreno, do Movimento de Luta por Creches; Marise Egger do Centro da Mulher Brasileira; Ethel Leon, do grupo de mulheres do jornal "O Companheiro"; e Eteni O.P. Machado e Creivocin Silva do Sindicato dos Médicos.

Uma comissão de três pessoas escolhidas entre membros de entidades que fazem parte do Comitê Brasileiro pela Anistia, se encarregará de entregar a carta de apoio a Flávia Schilling no Consulado do Uruguai.

Politicamente, a decisão mais importante foi a exclusão da coordenadoria das representantes de diversas entidades: Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comissões de mulheres das Sociedades de Amigos de Bairro de São José e do Barro Branco, parte do DCE da USP e elementos do Departamento Feminino do PMDB. Houve um consenso geral de que foi nessas entidades que se concentraram os elementos que procuraram tumultuar o andamento do Congresso e seu afastamento foi considerado absolutamente necessário. Mas trata-se do afastamento de pessoas e não das entidades, que podem estudar o envio de outras representantes. Dentro do PMDB, as próprias integrantes da comissão executiva

pareceram maciçamente, infiltrando-se em diversas entidades, que sempre tentaram dominar." Para ela, eles têm uma visão política estreita e até retrógrada, pois afirmam taxativamente que não existe questão específica da mulher. "Ora, isso é ridículo, quando se sabe que em determinadas categorias de trabalhadoras, como as metalúrgicas, as mulheres chegam a ganhar 73% a menos que os homens nas mesmas funções", como lembra Maria Moraes. "O que eles conseguiram foi deixar claro, para muitas, a necessidade de um movimento independente de mulheres."

Para a representante do "Nós Mulheres", os pontos mais positivos foram o fortalecimento das tendências feministas dentro do movimento de mulheres e a demonstração da capacidade de mobilização da mulher.

Maria Lúcia Eluf, da Pró-Mulher, outra entidade feminista, é de opinião que o temário do Congresso era muito bom e se não foi totalmente preenchido, "isso se deveu a uma disputa de poder e às manipulações de certas correntes políticas no sentido de impor determinadas posições. "A proposta inicial de unir grupos feministas e não feministas numa luta comum em prol de uma ação política mais concreta a favor da mulher, se perdeu por causa da divisão entre facções político-partidárias e por falta de uma linha mestra que conduzisse e controlasse as ações acima dessas facções e em torno de uma proposta mínima". Mas ela não é pessimista. "Acho que o saldo foi positivo, porque fez as mulheres pensarem sobre seus próprios problemas, mas também acho que deve haver uma maior convivência entre os diversos grupos no decorrer do ano, para o amadurecimento de propostas comuns."

Regina Stella Moreira Pires, do Movimento de Luta por Creches e do Centro da Mulher Brasileira tem opinião semelhante sobre o acerto do temário. "Já é um fato positivo a mobilização de número tão grande de mulheres, com a finalidade

provisória divulgaram uma moção de repúdio às atitudes desses grupos, que mereceram a reprovação geral.

Quanto aos grupos feministas, eles se reuniram na noite anterior para integrar seus pontos de vista num documento que traduzisse uma posição comum, com vistas a futuras atividades. Isso não significa que deixarão de participar da coordenadoria mais ampla, junto com outros grupos de mulheres.

Pelo teor dos depoimentos de diversas integrantes de entidades feministas e não feministas, pode-se concluir que a maioria chegou à conclusão de que houve um saldo positivo, apesar dos tumultos e tentativas de manipulação.

Para Eneida Soler, da Frente Nacional do Trabalho, o Congresso representou um avanço no trabalho que vem sendo realizado há alguns anos por essa entidade, principalmente junto a mulheres da periferia. "Este ano foi possível aprofundar a discussão de certos temas que só puderam ser abordados de leve no ano passado, e isso foi conseguido por meio da divisão do temário em quatro grupos: (discriminação da mulher enquanto mulher, enquanto mãe; enquanto trabalhadora; e organização e participação política da mulher)", conforme Eneida. Ela também dá sua opinião sobre os tumultos. "Se conseguimos um saldo positivo, foi justamente porque a força deste encontro foi dada a essas discussões em grupos. Aqueles interessados em baderna têm mais experiência em manipulações em plenário, mas isso é bem mais difícil em grupos menores. Foi exatamente porque não conseguiram prejudicar o trabalho nos grupos, que partiram com força total no fim do Congresso, para impedir o seu encerramento normal. Mas tudo isso será explicado às bases naquele documento e num trabalho posterior de esclarecimento."

Para Maria Moraes, do grupo feminista "Nós Mulheres", as cenas do final do Congresso foram um "espetáculo deplorável pela violência e pelo antefeminismo e impediram o clima de solidariedade que deveria reinar numa reunião desse tipo". Ela dá nome aos bois: "Se houve tentativa de manipulação, ela partiu principalmente do pessoal ligado ao jornal 'A Hora do Povo'. Provavelmente, ele não congrega nem 100 pessoas em todo o Brasil, mas lá com-

especifica de discutir seus problemas", diz ela. Mais: "Houve certamente uma vontade concreta de tumultuar por parte de certos grupos minoritários, que, não encontrando condições de impor suas propostas políticas nos grupos, tentaram fazê-lo na marra, jogando o plenário contra a mesa, gritando e agredindo fisicamente várias participantes. Eles estavam concentrados nas entidades mencionadas no documento que aprovou a exclusão desses elementos, dos trabalhos da coordenadoria."

Lia Zatz, da Associação de Mulheres, explicou que essa entidade foi das primeiras a defender a autonomia do movimento de mulheres, ponto que não tinha sido entendido por muitas mulheres pertencentes a outros grupos.

"Agora essa necessidade foi mostrada concretamente no Congresso", acredita ela. "Autonomia não quer dizer que se deva ser contra os partidos. As mulheres também devem participar ativamente deles, mas sem confundir as duas coisas, porque seu movimento, para ser eficaz, tem que ser amplo, abrangendo mulheres de todas as classes e de todas as tendências partidárias." Para Lia Zatz, os grupos que tentaram tumultuar o congresso são justamente aqueles que se opõem à autonomia do movimento de mulheres. "Isso também demonstra a necessidade de maior união entre os grupos feministas. E preciso que eles assumam e recuperem este nome."

DECORADORAS

Decorações em qualquer estilo Tel.: 203.4636

DEPILAÇÃO DEFINITIVA

Eliminação completa sem dor, marcas ou cicatrizes.

INSTITUTO PAULISTA DE

RADIOFISIOLOGIA DR. IRANY MOHI

CRM 8732

R. Itapem, 490, 1.º andar, conj. 13/18,

das 9 às 19 hs. Tel.: 288-3683

288-4843 - 288-5168 e 288-0275

DETETIVE PARTICULAR

Rápidez - Sigilo

Solução

DISC.: 284-4170

DRA. CECILIA

BECHELLI

CORREIA

Médica dermatologista - CRM

13.681. Cursos e estágio no Brasil,

Europa e Estados Unidos.

Clínica, Cirurgia e Estética da Pele. Ca-

belos, Pelos e Unhas.

Av. 9 de Julho, 2929 - Jd. Paulista

Fones: 289-0014 284-2563 e hora mar-

cada.



As correntes feministas

Associação das Mulheres 1976
 Grupo 8 de março 1978
 Pró-Mulher 1977
 Nós, Mulheres 1975
 Brasil Mulher 1975
 Centro da Mulher Brasileira 1975
 Grupo Somo 1979
 Grupo de Estudo da Mulher 1979
 Ano Internacional da Mulher 1975
 Associação das Donas de Casa 1984

dependências da PUC de universitárias com sandálias de plástico a profissionais liberais sobre saltos altos, de jovens negras exibindo penteado afro a metalúrgicas e donas de casa convencionalmente penteadas.

DIVERGÊNCIAS — Havia até homens. E, para maior glória de um congresso de mulheres, esses homens, ao menos desta vez, nada fizeram para obter privilégios. Por exemplo: muitas mulheres levaram seus filhos e, logo na abertura do Congresso, convocaram os homens para cuidar das crianças nas nove creches improvisadas — uma atribuição que eles cumpriram sem reclamações. Outros homens participaram da discussão. Foi um grupo exclusivamente masculino, por sinal, que pôs em debate os temas mais polêmicos, como a prostituição e o aborto.

Comportamento

Elas têm a palavra

Brigas, polêmicas e muito barulho no auditório. São 3 500 mulheres testando sua força

Quando as luzes do teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) se apagaram às 17h30 de domingo passado, 9 de março, uma gritaria ensurdecedora de 3 500 participantes saudou o encerramento do mais importante encontro feminino já realizado no Brasil. O II Congresso da Mulher Paulista, no entanto, terminava de forma altamente frustrante para muitas das presentes. Além das cenas de pugilato promovidas por algumas mulheres no calor dos debates, com cotoveladas dirigidas aos seios das rivais e tapas indiscriminados, o Congresso chegou ao fim sem nenhuma conclusão oficial. Tanto que, para não deixar as coisas no ar, as organizadoras voltaram a se encontrar na quinta-feira passada, extraordinariamente, numa tentativa de chegar a alguns resultados — o

que não aconteceria, pela segunda vez, ao final de seis horas de discussões. Houve, porém, muitos resultados que não dependem de ser inscritos em documentos finais. "O saldo do Congresso é positivo", lembrava Maria Aparecida de Marco Sobral, do GEM — Grupo de Estado da Mulher —, "já que conseguimos mobilizar 3 500 mulheres para discutir problemas femininos". Algumas congressistas chegaram a comentar que, no mesmo fim de semana em que elas se reuniam na PUC, a festa de lançamento do Partido dos Trabalhadores em Osasco, uma cidade de trabalhadores da Grande São Paulo, não arremetava mais de 3 000 pessoas. Mais que uma questão de números, o II Congresso da Mulher Paulista conseguiu atrair uma variedade imensa de mulheres. Cruzavam as

Organizado por 52 entidades — dentre elas, apenas nove tipicamente feministas —, o Congresso deu prioridade ao tema da creche e da mulher trabalhadora. Essa inclinação já poderia prever-se antes mesmo do encontro, já que o próprio cartaz do Congresso era a fotografia de uma tecelã. De todo modo, houve um certo desentendimento quanto a prioridades do movimento feminista. Algumas entidades, como o Movimento 8 de Março, pretendem atuar numa esfera exclusivamente feminista. Outras organizações defendem uma militância que chamam de "dupla". "Achamos que a mulher, além de sua participação como feminista, deve atuar nos partidos políticos, nos sindicatos, nas comunidades de bairro", explicava Solange Padilha, do grupo Nós, Mulheres. No fundo, porém, as duas alas acreditam que "a problemática da mulher está estritamente ligada a uma estrutura social a ser combatida".

BATALHAS — Os tapas em plenário, porém, estouraram por outro gênero de desentendimento. Num manifesto assinado por dezoito das entidades organizadoras, as brigas foram atribuídas à responsabilidade de "setores que desrespeitaram o fato de que a luta das

Ruth Escobar e a frente de mulheres feministas

Se Carmen Barroso foi a peça chave da institucionalização dos estudos sobre a mulher e posteriormente estudos de gênero no Brasil, a grande figura do feminismo em ação chama-se Ruth Escobar. Agitadora cultural, jornalista, atriz, empresária, de enorme coragem pessoal, libertária e vanguardista. Foi ela quem financiou o primeiro número do Nós Mulheres ; quem cedeu seu o espaço do teatro Ruth Escobar para o Primeiro Congresso da Mulher Paulista em 1978; que introduziu práticas performáticas nas manifestações políticas; que criou em 1980, a Frente de Mulheres Feministas, reunindo feministas conhecidas como a própria Carmen Barroso; Eva Blay, Marta Suplicy, Rudá Abramo. Lia Fukui, Silvia Pimentel, Maria Malta Campos, Alda Marcoantonio, Ruth Cardoso, a cineasta Ana Carolina e muitas outras.

Frente de Mulheres Feministas apresenta

FORUM DE DEBATES SOBRE A MULHER

TEATRO RUTH ESCOBAR — Rua dos Ingleses, 209

12 de maio - PROSTITUIÇÃO

(2.a feira)
20:30 hs.

*Célia Rezende (filme); Eduardo Mulyaert Antunes;
Maria Sílvia (Leitura de depoimentos);
Rosa Maria Fisher Ferreira
Coordenação: Inês Castilho*

26 de maio - TRABALHO DOMÉSTICO E EMPREGO DOMÉSTICO

(2.a feira)
20:30 hs.

*Helecieth Saffiotti; Isabel Cleto de Sousa;
José Yunes; Ligia Moraes Leite; Maria Moraes
Coordenação: Cristina Bruschini*

9 de junho - A MULHER E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

(2.a feira)
20:30 hs.

*Aizila Nascimento; Carmen da Silva; Nilce Tranjan
Coordenação: Fúlvia Rosemberg*

21 de junho - A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E A MULHER

(Sábado)
15:00 hs.

*Agenor Parente; Almir Pazzianoto;
Evaristo de Moraes Filho; Felícia Madeira; Marty Cardone
Coordenação: Sílvia Pimentel*

Frente de Mulheres Feministas apresenta

FORUM DE DEBATES SOBRE A MULHER

TEATRO RUTH ESCOBAR - Rua dos Ingleses 209 - 2.ª FEIRAS, 20:30 H.

31 de março - A MULHER E A REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

*Leonel Brizola - PTB / Almino Afonso - PMDB
Irma Passoni e Chico de Oliveira - PT
Herbert Levy - PP / Fausto Rocha - PDS
Apresentação - Ruth Escobar / Coordenação - Eva A. Blay*

14 de abril - VIOLÊNCIA SEXUAL NO COTIDIANO

*Anésia Pacheco Chaves; Cecília Prada
Maria Carneiro da Cunha; Martha Suplicy
Ruth Cardoso*

28 de abril - ABORTO

Branca Moreira Alves; Carmen Barreto; Elza Berquó

O 8 de março de 1981: O Terceiro Congresso da Mulher Paulista

O 3º Congresso marcou a ruptura do Nós Mulheres e outros grupos feministas com a chamada Coordenação que organizava os congressos. Nos reunimos e conversamos longamente sobre nossos projetos pessoais e sobre o estado de arte do movimento de mulheres.

Dessa reunião saiu o documento *Os velhos conceitos estão desgastados*, publicado na Folha de São Paulo no dia 8 de março de 1981. Assinaram o documento: Bró Jatobá, Marina Abreu, Cida Aidar, Cynthia Sarti, Márcia Vicenti, Maria Moraes, Eliane Moraes, Renata Pallotini, Heloisa Pontes, Silvia Lustig, Ilana Novinky, Sonia Barros, Inês Castilho e Vera Mangabeira.



Foto Movimento

mulher como uma torça de trabalho, que é, e como um ser que se desvenda e se conscientiza de sua condição existencial.

A mulher tem direito ao trabalho, e tem obrigação de manter sua independência econômica. Mas se ela defende esse direito, tem

Mas enquanto a mulher levanta os problemas da sua condição social, me parece, ela não está colocando em pauta para discussão os valores, os grandes valores, que criaram as bases da solidariedade humana.

Quando demoro para lhe levar a comida, às vezes, quando passam cinco ou dez minutos da hora habitual, ele me ataca de pontapés. Ele me bate no rosto, ele me chuta a barriga, ele me cospe, ele urra, ele se atira sobre mim, ele me derruba no chão,

ou as sensações de vida."

Mulheres lutemos pelo respeito à nossa participação social em geral e em todos os sentidos. Mas sem perder a ternura, sem perder o profundo e imensurável sentido de solidariedade humana.

Os velhos conceitos estão desgastados

Há sempre um profundo e velado autoritarismo em supor que se sabe a verdade e o caminho certo para os outros. As controvérsias que surgiram na organização do 3.º Congresso da Mulher Paulista são sistematizadas numa (falsa) divisão: entre aquelas mulheres que estão interessadas apenas na libertação do povo (essa entidade abstrata, sem sexo, cor ou idade) e outras, que estariam mais interessadas em olhar o próprio umbigo, numa atitude chamada de pequeno-burguesa, como se conhecesse a si mesma fosse privilégio de poucos e atitude sem importância.

Essa briga nos faz pensar muita coisa. Feministas, gostaríamos que a comemoração do Dia da Mulher se limitasse a uma enorme concentração de mulheres no dia 8 de março, algo como um passeio bonito, contra uma ordem masculina, dura, rígida e impessoal. Mas o feminismo nasceu viciado. Falamos de São Paulo, onde atuamos e conhecemos melhor. Quando começamos, lá por 1975, como o todo movimento social, tínhamos que definir um interlocutor. Era a fase de auto-afirmação. A direita, refratária a qualquer mudança, era (e é) a inimiga. O feminismo é anticapitalista por excelência. Não há liberdade possível na miséria e na opressão. Além disso, como diz Marcuse, reivindicar um lugar para o feminino é, em si, uma exigência anticapitalista. O feminino, tal como concebido em nossa sociedade, é antitese do espírito capitalista: opõe-se à sua razão, eficiência, competição e produtivismo.

Dialogávamos com a esquerda, nossos aliados. Para eles, no entanto, o problema da mulher era secundário ou irrelevante, face à libertação de toda a sociedade. Ele seria resolvido depois... Era perante esses aliados que — pensávamos — devíamos nos justificar: convencê-los de que aquilo que dizíamos era importante. Pagamos um preço. Emprestamos da esquerda sua postura típica de militantes e sua linguagem (especialmente no que tem de doutrinário), usando-as para impor nossas idéias. Na prática, o feminismo negara aquilo

que é sua essência: a exigência da subjetividade no espaço político. Somos feministas porque somos mulheres. Não falamos em nome de... Não somos delegadas, nem redentoras. Somos oprimidas. Se é fundamental a perspectiva de unidade para dar força ao movimento de mulheres, isso não pode impedir que cada mulher fale por si, porque cada uma vive à sua maneira a condição de sexo oprimido.

É importante que as mulheres se juntem, organizadas, em qualquer espaço. Mas tem que ser do nosso jeito feminino de ver e fazer as coisas. Continuamos presas ao aprendizado político e cultural que, precisamente, queremos combater. Está aí a preparação do 3.º Congresso para confirmar. A briga tem a ver com disputa pela hegemonia, poder e direção da massa de mulheres que compõem o movimento feminino hoje — como se alguém tivesse a verdade para dar a alguém. Tudo isso em nome da organização, de um programa de lutas — raciocínio político linear que vem de uma concepção política e modo de ser masculinos.

Nós mulheres somos ligadas ao caos aparente da vida. Falamos ao mesmo tempo, sempre. Somos ligadas à emoção, à intuição, à terra, à fantasia, à magia. Uma concentração de mulheres, descobrindo seu ritmo, ao som de panelas, gemendo suas dores e amores coletivamente, como numa tribo, tornando-a música...

Menos discurso impregnado de conceitos desgastados pelo uso e abuso, menos nomes. Alguma coisa mais primitiva, visceral, como aquilo que nos une a todas e nos faz sentir na carne a dor da perda do amor da outra (oh Yoko, ô Ana do Santo), daquela que vai partir, que a gente reconhece de longe como igual, abaixo ou acima da escala social, na responsabilidade pelos encargos sombrios, subalternos, pelas sempre mesmas tarefas auxiliares, pela insegurança igual à nossa, estrutural quase, de quem foi obrigada a serboalhaticar quietinha a não criar problema, etc.

Aquela que, ao mesmo tempo, morre de inveja. O movimento feminista no Brasil se baseou em Marx, mas ainda não descobriu Freud, sequer para criticá-lo. E, críticas à parte, é preciso reconhecer que a inveja é básica na personalidade feminina. Do pênis? Na verdade, daquilo que o pênis, identificado com o phallus, significa: PODER. Despossuídas, temos inveja do poder. E inveja mal transada acaba vazando na própria mesa onde preparamos nosso pão, que amarga e apodrece. Em lugar de amor, trocamos ódio. A mulher vê a outra como rival. Consegue se solidarizar muito mais com a dor da outra, que as iguala, do que com a alegria e felicidade, que dá inveja.

O feminismo se defronta com a contradição de lidar com o subjetivo (a afetividade), num espaço onde as relações são objetivas e racionais. Atuou principalmente no plano político. Falou-lhe expressão cultural, embora muitas mulheres se desatassem individualmente neste plano. Talvez, por isso, não houve criatividade na linguagem do movimento feminista. E isso que se busca agora. No ano que passou, fizemos (as feministas) duas passeatas. Numa fomos vestidas de negro: era um ato público em solidariedade às mães da Praça de Maio. Na outra, branco era a cor. Protestávamos contra a violência sexual. Foi bonito: a mudança no visual era uma tentativa de romper com as formas políticas tradicionais. O SOS Mulher, que atende casos de violência sexual, é um passo adiante nessa direção.

Não queremos ser iguais aos homens, competir no mercado de trabalho, essa coisa toda. O papo é outro. Falamos do direito à diversidade, sem desigualdades. Descobrir o feminino, como algo complementar ao masculino, não como seu negativo, sua falta. Criar, inclusive, espaço para que o homem possa ser frágil, emotivo e acabar com seu desempenho de ser humano completo e infalível. Afinal, se algo pode ser dito da es-

sência humana, é que somos todos carentes. Falamos de mudar o homem e a mulher. Sem ressentimentos: o feminismo é uma exigência de amor.

Há maneiras e maneiras de se fazer as coisas. É preciso descobrir a nossa, ligada à tradição ancestral das mulheres. Não ficar servindo de joguetes ao vírus do Poder, quer defendendo posições "populares", à custa de correntes de ferro, que ardem como chibatadas, ou "tradicionais", de um feminismo impregnado de concepções e objetivos de uma política partidária masculina, que não são nosos.

Reconheçamos-nos mulheres: caóticas, solidárias, solitárias, subversivas, impossíveis, amorosas, invejosas, sedutoras, inseguras, desamparadas e fortes. Só aí podemos partir e chegar, não tão eficientemente como acreditam os que vêm só a olho nu. Mas chega de Palavras de Ordem, de tentativas de Congressos para tirar Programas de Luta. Tudo isso é velho e está, até visivelmente, contaminado. Feminizar o mundo: a frase é de Yoko Ono.

GRUPO NOS MULHERES: Bró Jatobá, Marina Abreu, Cida Aider, Márcia Vicepe, Cintia Sarti, Maria Morais, Eliane Morais, Renata Pallottini, Heloisa Pontes, Sílvia Lustig, Ilana Novinsky, Sonia Barros, Inês Castilho, Vera Mangabeira.

 NA AGRODORA TEM TUDO PARA SEU JARDIM!

Sempre com atendimento especializado.

SEMENTES DE FLORES E HORTALICAS MUDAS FERRAMENTAS LIVROS FERTILIZANTES

PASSE AGUI PARA VER!

R. Cristóvão Colombo, 2 tel.: 36-3667

R. da Consolação, 208 Tel.: 257-1540.

Tudo para seu jardim e seus vasos.

PEÇA GRATIS GUIA DE COMPRA DE CVC 951-37

As manifestações contra a violência sofrida pela mulher

A violência de gênero é uma das formas inequívocas do machismo e do conservadorismo social. Os assassinos de mulheres, na maior parte das vezes, ex maridos, noivos, namorados que não aceitavam o rompimento e matavam, eram absolvidos na justiça em nome de crime da honra ou em nome de crime do amor.

E o tema da violência e a necessidade de reagirmos contra os assassinatos de mulheres terminou por levar à criação do SOS Mulher em São Paulo. A questão do combate à violência foi a bandeira do Primeiro Congresso Feminista, realizado em de Valinhos, em 1980.

Em dia 31 março de 1981 Eliane de Grammont foi assassinada por seu ex marido Lindomar Castilho. A missa de sétimo dia, na Catedral da Consolação foi o ponto de partida de uma passeata de mulheres conta a violência, exigindo a punição do crime.



Foto: Blog R. Moreno



Mulheres em passeata exigem: PENA MÁXIMA PARA LINDOMAR

Reportagem: Ezio Ribeiro/Texto: Rosângela Petta/Fotos: Paulo Salomão

Na tarde do último sábado, perto de mil mulheres se reuniram na igreja da Consolação (S.P.), protestando contra o assassinato de Eliane.

Não mate, ame!" Quase mil vozes, na grande maioria femininas, gritaram palavras de ordem como essa na tarde do último sábado, em plena rua da Consolação, interrompendo o trânsito em

São Paulo. Eram as pessoas que foram assistir à missa de sétimo dia em memória de Eliane de Grammont, assassinada na madrugada de 31 de março pelo seu ex-marido, o cantor Lindomar Castilho.

Logo em seguida, mulheres, homens e até crianças saíram da igreja da Consolação e seguiram em passeata até o Cemitério do Araçá, onde Eliane foi sepultada. Vestiam preto e carregavam faixas que manifestavam toda a sua revolta. Organizações feministas, como o *SOS Mulher*, se faziam presentes distribuindo folhetos de protesto: "Ela não o quis. Ele a matou. São essas coisas que nós chamamos de violência e eles justificam como 'defesa da honra'".

Com lágrimas nos olhos, pediam

justiça. Muitas das mulheres entrevistadas exigiram pena máxima para Lindomar — o único meio de serem garantido o seu direito de ser livres e respeitadas, e não apenas uma propriedade do homem.



A atriz Eva Wilma compareceu à missa e foi levar seu apoio à manifestação.

24 TV contigo



Na cerimônia fúnebre, a dor das irmãs Helena e Carmem e da mãe (de óculos).

Mulheres no poder

Em 1970, as mulheres brasileiras começaram a ocupar espaços de poder político e social, marcando o início de uma nova era de participação feminina na sociedade. Este período foi caracterizado por uma série de movimentos e ações que buscavam a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.

Um dos pontos centrais desse movimento foi a luta por melhores condições de trabalho e salários para as mulheres. Muitas delas atuavam em profissões tradicionalmente masculinas, como engenharia, arquitetura e direito, e buscavam reconhecimento e igualdade de oportunidades.

Além disso, houve uma forte atuação em áreas como a educação e a saúde, com a criação de organizações que promoviam a conscientização e o empoderamento das mulheres. Essas ações foram fundamentais para a construção de uma identidade coletiva e para a formação de uma consciência política.

Esses movimentos não apenas buscavam a igualdade de gênero, mas também promoviam a transformação social e política. As mulheres passaram a ser vistas como agentes ativos na sociedade, capazes de influenciar e mudar o curso da história.

Essa década foi marcada por uma série de conquistas e desafios. Embora ainda houvesse muito a ser feito, as mulheres brasileiras haviam dado passos decisivos rumo à plena participação na vida pública e política do país.

A interrupção da gravidez indesejada

A luta pela descriminalização do aborto foi uma das maiores derrotas do feminismo. E para isso pesou a influência conservadora da Igreja Católica e de todas as igrejas atuantes nas últimas décadas. Também da covardia da maior parte dos parlamentares em enfrentar o conservadorismo. E também pela falta de solidariedade dos movimentos homossexuais para quem essa questão não diz respeito.

Se fosse preciso apontar alguém como a maior militante da questão do direito da mulher a decidir sobre seu próprio corpo, essa pessoa seria Carmen Barroso, que foi a mais importante figura para a institucionalização dos estudos sobre mulher, com o apoio da Fundação Ford.

Você é a favor do aborto clandestino?

Article layout with multiple columns of text, a central illustration of a woman, and a date stamp '3/11 de Agosto de 1942'.

As coisas, em se tratando de uma sociedade livre, não seguem linhas dadas. A cada geração há um conjunto de valores, princípios e ideologias que se estabelecem e evoluem...

Pág. 2 - BM

ABORTO: UM DIREITO DE TODA MULHER

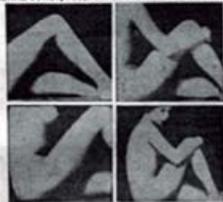
Ser mãe, evitar filhos, aborto, são problemas que a mulher brasileira enfrenta e que permanecem à sombra. São tratados de forma superficial, leviana, sentimental e repressiva. A sociedade tenta preservar o único papel que nos destinou: ser esposas e mães. Em nome de tão "honrado papel feminino", que nos ignora como pessoas, somos obrigadas a abrir mão de nossos direitos mais elementares, entre eles, a liberdade de dispor de nosso próprio corpo.

A discussão que atualmente se dá em torno do aborto, levantada inicialmente pelos grupos feministas, tende hoje a ser manipulada pelos meios de comunicação, que tentam silenciar a opinião de quem tem e deve ter o direito de decidir sobre o assunto. Nós mulheres, vamos começar a dizer o que pensamos sobre isso.

A falta de informação sobre o nosso corpo, sobre a sexualidade e métodos para evitar filhos faz com que a possibilidade de uma gravidez indesejada seja muito grande. E isto afeta a mulher de forma profunda, moral, psicológica e economicamente. Uma gestante jamais conseguirá emprego e se já tem, provavelmente, vai perdê-lo. São poucas as

garantias trabalhistas dadas à mulher grávida na atual legislação, junta-se a isso as péssimas condições em que vive a maioria do povo brasileiro: salários baixos, falta de creches, de escolas, de hospitais.

Se uma mulher quer ter um filho, que se vires. A sociedade não lhe dá qualquer tipo de apoio. Se ela precisar ou quiser interromper uma gravidez, que se vires também. Caso tenha condições, recorre a clínicas clandestinas;



nas; se não, cai nas mãos dos "abortórios" ou nas garras dos hospitais públicos, onde a cunetagem a frio é a punição para quem rejeita o "ato sublime da maternidade", algo que a falta moral da sociedade não pode suportar.

No Brasil só existe até agora um projeto de legislação do aborto, do deputado João Mendez, e que é bastante limitado: preocupa-se apenas com a volta da permissão do "aborto sentimental" - para as vítimas de violência sexual.

Nós do Brasil Mulher, reivindicamos e lutamos pela legalização do aborto, livre e gratuito, como opção garantida à mulher que desejar realizá-lo, assim como acesso à informação, obtenção e controle do uso dos anti-concepcionais. No entanto, é necessário também que se garantam as condições à maternidade, pois muitas mulheres optam pelo aborto por não terem como criar um ou mais filhos. Assim, lutamos também para que o Estado assumira sua responsabilidade junto aos hospitais públicos, que se criem creches e se amplie o número de escolas, que se melhorem os salários e as condições de vida em geral.

A luta por creche tem muito a ver com a luta da mulher!

Você se pergunta o que tem a luta por creches a ver com a libertação da mulher? Tem tudo a ver! Olha só: — Mulher não nasceu para ser só mãe. 24 horas por dia, todos os dias de sua vida, desde o instante em que dá à luz. A gente também tem que ter tempo para se realizar como mulher, como ser humano, como trabalhadora, como ser político e social. — Quando a gente não tem condições, para se realizar nisso tudo, fica-se uma mulher frustrada, reprimida, fechada à força entre quatro paredes e quatro bebês. E você não pode comparar a inteligência de um bebê, com a inteligência de um bebê. Por mais que a gente tente conversar com as crianças e preencher todas suas necessidades, elas não preenchem as nossas necessidades. E nem poderiam. E aí, a gente fica um pouco mais insatisfeita. — Mulher insatisfeita, reprimida, só pode espalhar reprocho e criar dependência em torno dela. O marido, os trabalhos, os filhos, na escola ou brincando, a mãe, trancada em casa sozinha. — Precisamos de tempo para viver, para respirar, precisamos de um tempo de silêncio para poder pensar. Precisamos de sossego para ir ao trabalho. Precisamos de um tempo para estudar, para ler um jornal, para participar de alguma reunião no sindicato ou no bairro, em outro lugar qualquer. É claro que precisamos também de um tempo para fazer, para diversão. Todo mundo precisa disso, não é isso aí? — Com isso tudo nossa vida fica mais cheia, mais animada, é mais satisfatória. Claro que vamos assim também ter nossos problemas para resolver. Mas pelo menos sentimos que estamos fazendo algo para enfrentar a vida e resolver os problemas, e não

ficar em casa sentada remoendo por dentro e torcendo para que o marido e os filhos resolvam a situação. — Para isso tudo, precisamos de tempo e cabeça tranquila. Com as creches. — Se elas forem do jeito que a gente quer, ou seja, toda financiada pelo Estado e a gente participando da orientação da educação das crianças. Assim podemos ficar tranquilos, e nos meter pela vida adentro, crescendo como indivíduos, como ser humano, como mulher. Os filhos não são só da mãe, é interessante a toda a sociedade é justo portanto que toda sociedade valde da criação e educação das crianças, de uma forma que permita a libertação do batalhão de mulheres que ficam presas, numa casa cuidando de seus rebentos, como se ela os tivesse gerado sozinha. — Com mais tempo para nos realizarmos como mulher, como ser humano seremos até mais mulheres. — O que a creche tem a ver com a libertação da mulher? Tem tudo a ver! Sem elas não há condições de ser nada além de uma mãe reprimida e repressiva, castigada e castradora, pensada e pensada. E ser mulher não é só ser mãe. É muito mais.

E como ainda a luta pro creches em São Paulo?

As reivindicações algumas vezes. Por outras vezes — as lutas e alguns momentos de protesto, que logo são apassivados por meio de concessão de 800 creches, no período de 3 anos. Isso faz uma concessão nova. A decisão que tivemos no 1º Congresso de Mulher Paulista de unir nossas forças, ampliar e multiplicar os grupos nos bairros, onde o pessoal está organizando e unindo esforços e Movimento de Luta Por Creches foi decisiva nesse sentido.

Além disso temos reivindicações — através manifestar, ato público, e a pressão ao COBES, pressão por a construção de creches. Mas, ao lado disso sabemos que a prefeitura não interessada em construir as creches, não vai mantê-las. Sua manutenção ficará por conta da comunidade. Ou, não vão manter o tempo suficiente. Como vamos lutar as creches? E qual o objetivo das creches que queremos? — Há mesmo alguma experiência com as creches militares, onde a presença da mãe para orientação dos desenhos de cada criança, e sabemos as enormes dificuldades para manter essas creches. Isso deve estar sob que queremos as creches totalmente financiadas pelo Estado. Não temos acesso ao se profiss, sem concessão de 800 de crianças. Preciso se pensarem a participação da comunidade, desde fazer na creche. Como vamos conseguir manter essas creches no Estado e das crianças para dentro a educação que elas acham melhor. Não queremos que essas creches não fiquem comprometidas entre si, mas, que aprendam a se usar para resolver juntas os problemas. Que a educação do momento não seja diferente da anterior, ou seja, mantendo os métodos e valores anteriores, e as crianças a serem pensadas. Que aprendam a transferir o método militar e não a obedecer oprimidos. — É verdade, conseguimos algumas vitórias mas temos muito ainda para discutir e promover nesse lado.



Conselho Deliberativo do Sindicato Brasil Mulher: Beatriz do Vale Bergoni (presidente), Rosalene Santa Cruz Leite (secretária de integração e parcerias), Amélia Almeida Telles e Iera Amora Prado (secretárias de publicações), Elza Machado (secretária administrativa), Lúcia Maria R. Asses, Angélica Barboza, Elizabeth Santelli e Lúcia Amador. Diretora Responsável: Lúcia Beck, jornalista sindicalista. Editores: Amalinda Almeida Telles e Iera Amora Prado. Redação: São Paulo: Carmo, Doris Swainman, Gilvane V. Coimbra, Paula Siqueira, Raquel Moreno, Rosalene Santa Cruz Leite, Vera Lúcia, Yari. Rio de Janeiro: Lúcia Amador, Maira Barros, Maria. Fotos: Jesus Carlos, Márcia. Diagramação: Madalena de Franco e João Paulo Basti. Secretária Gráfica: Fátima Prado. Departamento Jurídico: Maria Ramos de Souza e Luis Edson de Góes. Vendas: Rio de Janeiro: Em todas as livrarias Entre e Livres, Livraria Maru e R. Visconde de Paqueta 464 e na Livraria Leonardo da Vinci - Av. Rio Branco. Contato: Edições Jornalísticas AFA. Tiragem: 5000 exemplares. Sindicato Brasil Mulher: São Paulo - Rua Flávia, 148, sala 18, CEP 05423 Vila Madalena - Rio de Janeiro: Rua Rui Barbosa, 702 - Flamengo - 20000.



Na França em 1971 o aborto era severamente punido. Frente a um processo que revoltou as feministas, 345 mulheres entre artistas, cantoras, escritoras, médicas e advogadas assinaram um manifesto dizendo: eu também abortei. Simone de Beauvoir, Catherine Deneuve, Marguerite Duras, Agnès Varda, Cristine Delphy estão entre as signatárias. Cerca de 3 anos depois a interrupção voluntária da gravidez foi aprovada.

Tentando repetir o impacto aqui no Brasil, a jornalista Laura Capriglione propôs uma matéria, com direito a uma capa, em que inúmeras artistas, intelectuais, apresentadoras de TV e mulheres de várias classes sociais também afirmavam: eu abortei. Para nosso espanto, a revista não causou maiores reações e, em 2016, com o Congresso mais conservador e reacionário dos últimos 40 anos, uma projeto sobre “o direito do nascituro” está em tramitação!







Fúlvia e Cristina: das universidades para os "quetos"

COMPORTAMENTO

O parto dos anos 70

O que mudou na situação da mulher brasileira

Como a mulher brasileira atravessou a década de 70? Em que áreas ela conseguiu alargar seu espaço e participação? A mulher valorizou-se devidamente nesses anos todos? Para responder a tais perguntas, a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) recrutou, em 1981, oito cientistas da Fundação Carlos Chagas, chefiadas pela socióloga Carmem Barroso. Elas analisaram os dados estatísticos disponíveis e, a partir desses números, traçaram um amplo perfil feminino. O resultado, recém-chegado às livrarias do país, tanto confirma quanto surpreende a noção que o senso comum possui da condição da mulher no Brasil — algo como ser mãe, ter o lar quase invariavelmente como palco central de sua vida, estar sempre distante da escola, do emprego e da política.

De início, constatou a psicóloga Fúlvia Rosemberg, 40 anos, que "nunca tantas mulheres ingressaram nas escolas". Elas terminaram representando, ao fim dos anos 70, 51,1% das matrículas desde o 1º grau até a pós-graduação. Em 1971, a matrícula de moças nos cursos de 2º grau equivalia a 52,9% do total. No final da década, elas ultra-

passavam 55%, enquanto ousavam tornar-se franca maioria no ensino universitário — 60% de participação estimada em 1980. Mais ainda, romperam a barreira do mestrado, saltando de 26% em 1971 para 58,6% em 1980, e até do doutorado — de 17,3% para 49,4%. Isso não significa, no entanto, um passo definitivo rumo a uma melhor situação feminina no capítulo da escolaridade. Como no passado, a mulher ainda predomina nos cursos de humanas (52% de par-

ticipação nas matrículas em 1975) e letras (72%), de acordo com a pesquisa. Um quadro que inclusive já se firmava desde o 2º grau.

Algo de semelhante, por sinal, revelou-se na participação feminina no mercado de trabalho. Se por um lado ela se expandiu, por outro mantém-se restrita à atuação em "quetos" profissionais. Assim, segundo os dados estatísticos encontrados pela socióloga Cristina Bruschini, 38 anos, o índice de mulheres que trabalham subiu de 18,42% em 1970 para 35% em 1977. Para as mulheres com curso médio, a principal oferta concentrou-se no comércio e nas funções de secretária, professora primária e atividades paramédicas. Já no caso das jovens com formação superior, o magistério permaneceu a grande fonte de emprego.

O magistério fornece, aliás, um reflexo exato da natureza da expansão da escolaridade e profissionalização da mulher — um processo que não foi acompanhado pela ampliação das opções de trabalho. "Por um lado, há indícios expressivos de que a mulher preferiu cursar o secundário em detrimento do normal. Por outro, entre as universitárias absorvidas pelo mercado de trabalho, a maioria dedicou-se ao ensino secundário e superior", comenta Fúlvia Rosemberg. Significativamente, as profissões "femininas" são atividades de pior remuneração. "Não há dúvida", assegura Cristina Bruschini, "de que a mulher tende a ingressar no mercado de trabalho pelas portas que o homem deixa abertas, por não lhe serem atraentes economicamente".

A psicologia, como se sabe, foi



Marta Moraes: atividade política longe das instituições

*São dois livros: "Mulher, Sociedade e Estado no Brasil" e "A Educação da Mulher no Brasil".